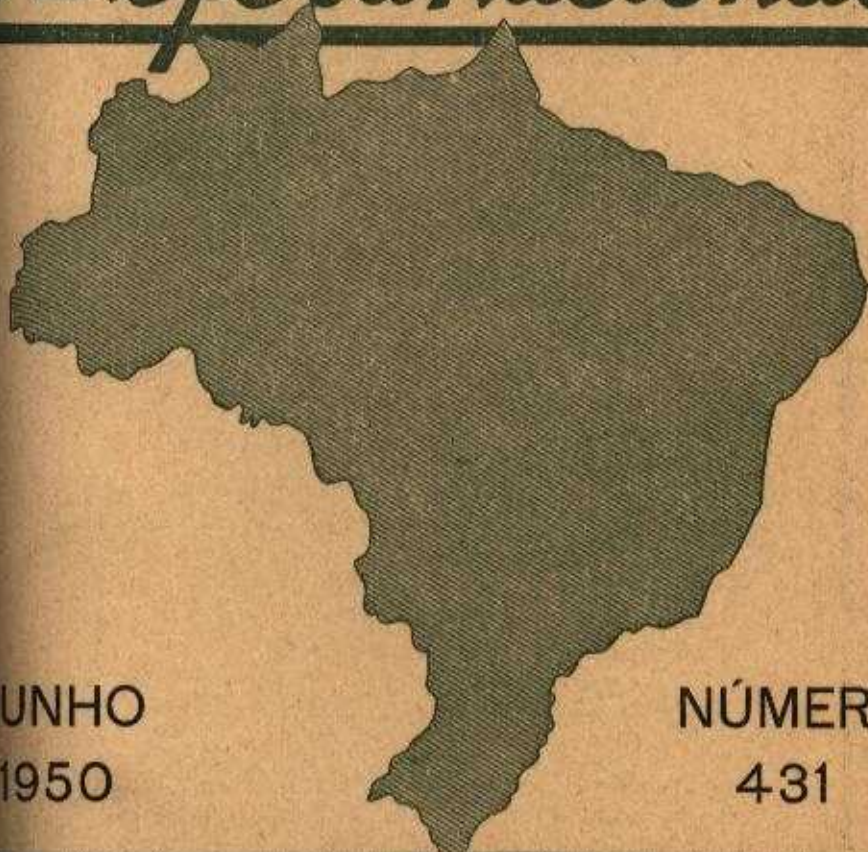


Defesa Nacional



JUNHO
1950

NÚMERO
431

Coronel RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Ten.-Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1950

N. 431

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A Preparação para a Guerra — Gen. A. Castro Nascimento.....	5
Justiça Militar — V — Cel. Niso Montezuma.....	15
A última carga — Ten.-Cel. J.H. Garcia.....	23
Serviço de Informações em Campanha — V — Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.....	25
Minas terrestres — Tradução do Maj. César Neves.....	31
Combinado Cavalaria-Blindados — Tradução do Maj. Lafayette de Brito.....	41
A defesa anticarro nas marchas e nos estacionamento — Cap. Amerino Raposo Filho.....	45
Emprego tático da Artilharia de Campanha — Cap. Nilton Freixinho.....	51
Aspectos da foto-informação — 2os Tenentes José Figueiredo de Albuquerque e Hélio Augusto Canongia.....	53
Processo de condução de tiro com o transferidor de locação (Notas de aula da E.A.O.).....	55
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Problemas do Brasil — II — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	63
Economia e Finanças:	
O que é inflacionismo monetário — Cel. J.B. Magalhães.....	73
Política monetária italiana (Transcrição).....	75
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Triglo Férrea do Rio Grande do Sul — Ten.-Cel. Manoel Ignácio Carneiro da Fontoura.....	77
Ata e o Mar — 1º Ten. Jonas Correia Neto.....	87
OPINIÕES	
Um programa de trabalho e um objetivo — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	95
Os novos ensinamentos — Ten.-Cel. A. Sena Campos.....	97
O recrutamento de instrutores em nossas Escolas de oficiais — Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.....	99
Quatro de Generais do Exército — Maj. Saturnino Lange.....	103
Campanhas do Amapá — Cap. Acaia.....	109
DIVERSOS	
"Histórico de Eficiência" do Exército Americano — 1º Ten. Gualter Gill.....	111
Ministério & Legislação.....	127

EDITORIAL

As efemérides do mês assinalam duas datas de alta significação militar: a primeira, engalana a gloriosa Marinha Nacional que, para festejá-la, faz desembarcar de suas belonaves embandeiradas em arco, seus valentes marinheiros em significativa homenagem de flores, continências, desfiles, clarinadas e hinos marciais, exaltando a memória do ínclito Almirante FRANCISCO MANOEL BARROSO DA SILVA, o vencedor da memorável batalha "de la Vuelta del Riachuelo", na jornada épica de 11 de junho de 1865; a outra, dois anos mais moça, já quase esquecida, desconhecendo-se mesmo os nomes dos heróis que dela participaram, constitui mais um fato para pôr em relêvo a sabedoria e clarividência do incomparável CAXIAS que, desejoso de arrancar suas fôrças dos paludes insalubres de Tuyuty, e, por fazê-lo em segurança e informado, fêz subir, pela primeira vez nos céus sul-americanos, no dia 24 de junho de 1867, um balão de observação, para reconhecer as posições inimigas do Sauce e as do N. do Estero Rojas, data que, se não marca o advento das Fôrças Aéreas no país, pelo menos celebra a primazia da utilização da terceira dimensão na arte da Guerra crioula.

Cronologicamente distanciadas, essas duas datas se irmanam e se aproximam por sua significação histórica que se concretiza na exuberante lição que delas emana, de perfeita e bem compreendida cooperação das Fôrças Armadas de um país, de vez que, nas barrentas águas de RIACHUELO foi desvanecida, pela Marinha a ambição megalômana de um ditador desvairado, ao mesmo tempo que se abria e se apontava o caminho da completa vitória terrestre de CAXIAS que, tão sábiamente soube se servir do ar, para formular e completar seus planos de esmagamento do inimigo. "Nil novi sub sole", palavras sábias de Salomão, e aí estão lembrados fatos, dos primórdios da nossa magnífica História Militar que atestam o acerto da sentença, mostrando-nos a nós outros da era atômica, que não é de hoje que a Glória de um Povo e a Soberania de uma Nação, repousam na perfeita união de sentimentos e na completa cooperação das Fôrças Armadas do País.

Viva a Marinha Nacional!

Glória a seus heróis, para eles são as homenagens do mês.

Guarda-Marinha GREENHALG, real marinheiro MARCÍLIO DIAS, inesquecíveis protomártires da heróica "PARNAHYBA", permiti que, por seus atos não menos meritórios, por sua bravura tão indômita quanto a vossa, se alinhem convosco o denodado Capitão PEDRO AFFONSO e o intrépido Tenente ANDRADE MAYA, ambos da gloriosa brigada BRUCE, para convosco constituírem e tetrápode respeitável de Exército e Marinha em que assenta a glorificação do grande Almirante BARROSO, o chefe magnânimo que reconhecendo os feitos da Brigada que iniciou suas operações de guerra numa retumbante batalha naval, registrou-os simples, porém eloqüentemente, inserindo na sua parte de combate a seguinte frase lapidar:

"Só o uniforme distinguia as corporações, nos navios da esquadra, na batalha do Riachuelo."

Viva a Fôrça Aérea Brasileira!

No ar, que é seu domínio, CAXIAS foi buscar as informações de que necessitava para construir a sua Vitória.

Viva o Exército de CAXIAS!

Vivam as Fôrças Armadas do BRASIL!

Comboiado por navios da Marinha e apoiado pelos invictos aviões da F.A.B., pôde o Exército lutar, há um lustre atrás, dentro do mesmo espírito de comunhão de esforços, em territórios de além-mar, na cooperação com as Nações Democráticas para a destruição de ambições desvairadas de um Povo tomado de megalomania mórbida. Dentre os reditivos de Pistóia, alguns há que não tiveram, na cruz simbólica, inscrição de corporação do Exército, como que apontando às gerações futuras, — como em Riachuelo nos foi ensinado —, que o brasileiro é sublime na adorável loucura de morrer pela Bandeira e que as Fôrças Armadas do Brasil sempre foram, são e serão eternamente unidas em fraternal e modelar amizade, desconhecendo privilégios outros que não sejam os de, no momento oportuno, mutuamente se auxiliarem na sagrada missão de defender a Pátria.

Há 85 anos uma sinfonia de côres atopetava os penóis da fragata "AMAZONAS", sinalizando uma ordem que se tornou célebre:

"O Brasil espera que cada um cumpra o seu Dever...", a qual jamais deixou de ser cumprida com devotamento e convicção; mas estejamos sempre alerta; pois pode haver falsos caminhos que não conduzam à meta. Alimentemos com ardor a sublime mística da união e da cooperação irrestrita e ascensionemos nossas almas às etéreas alturas do Ideal, para melhor escolhermos a verdadeira trilha da bemaventurança e do reconhecimento nacional.

Os h
entemen
cia um
As Naç
importa
fortes o
u'a me
OBJET

O Ob
present
seado
econôm
gicas da
Sob o
ração de
conceito
decorrer
vindica
dos, exp
de mer
Exempl
com a s
posições
nômicas
totalitár
conquist
nômicos

Nosso
da Am
ainda in
superfíc
lução, c
geiros p
res e co
imposto
e adver
tivos po
guerra.

O alt
fismo te
dição p
irmãos.
Nunca
sejaram

A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA

Gen. A. CASTRO NASCIMENTO

"A Nação, organizando-se para a guerra, está também se preparando para uma vida melhor." (Gen. Div. T. A. Araújo).

Os homens ainda que inconscientemente, trazem em sua existência um roteiro. Seu ideal é a meta. As Nações, qualquer que seja sua importância, grandes ou pequenas, fortes ou fracas, também procuram u'a meta. Chama-se a esta — **OBJETIVO POLÍTICO.**

O Objetivo Político Nacional representa a aspiração suprema, baseado nas necessidades políticas, econômicas, geográficas e ideológicas da Nação.

Sob outro aspecto, é uma aspiração de predomínio das nações no conceito nacional ou continental, decorrente da necessidade de reivindicações de territórios perdidos, expansão territorial, aquisição de mercados, hegemonia política. Exemplo contemporâneo: a Rússia com a sua doutrina comunista, imposições de doutrinas sociais e econômicas; exemplo de certos países totalitários impondo suas idéias de conquista através de tratados econômicos e comerciais humilhantes.

Nosso país, como muitos outros da América, dotado de riquezas ainda inexploradas e com imensa superfície em relação à sua população, com grandes quistos estrangeiros próximos às nossas fronteiras e com fatores de desagregação impostos pelas influências políticas e adversas, tem carecido de objetivos positivos em sua política de guerra.

O altruísmo e acentuado pacifismo tem caracterizado nossa tradição política com os outros povos irmãos.

Nunca os pacifistas de casaca desejaram a guerra; fomos arrasta-

dos ao grande conflito mundial por agressão aos nossos barcos e por motivo de compromissos internacionais, porém, nossa condição de povo favorecido pela natureza nos impõe certos deveres:

— Saber defender o legado que nos deixaram os nossos antepassados.

Estarão os países dispostos a viver em paz?

O panorama do mundo não confirma essa assertiva.

Os países ocidentais liderados pelos Estados Unidos procuram, por todos os meios, conquistar a paz através de sua política internacional. No entanto, vemos do outro lado, a Rússia com seus países satélites, querendo impor a sua doutrina ao mundo, perturbando tôdas as tentativas em prol da paz.

O caso da Alemanha, da Grécia, da Iugoslávia e da China, está desafiando a argúcia dos estadistas mundiais.

A O.N.U. sente-se impotente para resolver os casos que se apresentam no panorama internacional.

Desejam os países da América reivindicar territórios cedidos ou conquistados?

O predomínio econômico e cultural exercido por certos países sobre outros mais fracos, deixa dúvidas sobre as suas intenções.

Os governos fascistas com suas ambições de conquista e de glórias fáceis, levam-nos a concluir que, tão logo estejam militar, econômica e politicamente preparados, tentarão com uma coligação com os demais, executar as conquistas terri-

toriais e impor a paz, que será perdida depois de atingido o seu objetivo econômico-geográfico.

Enquanto contemplamos os incidentes da política internacional, confiamos na política de boa vizinhança, sem nos prepararmos para a luta que se vislumbra no horizonte.

As nações, como os mortais, necessitam de um farol que lhes alumie na incerteza e guie seus esforços, em suma: de um Objetivo Político Nacional.

O objetivo de Guerra é sempre derrotar o inimigo.

Exemplo:

Na 2ª Guerra Mundial, Franklin D. Roosevelt precisou o *Objetivo Político Nacional* dos Estados Unidos ao afirmar: "assim o faço pela liberdade do Mundo e segurança do nosso Continente".

O objetivo era, entretanto, derrotar as potências militares alemã e japonesa.

O Presidente Truman, em sua recente mensagem ao Congresso, assim se expressou:

"Nossa superioridade geográfica desapareceu com o advento da bomba "robot", da bomba foguete, dos porta-aviões e dos exércitos transportados pelo ar. A garantia mais segura para que nenhuma nação se atreva novamente atacar-nos é prosseguirmos poderosos com a única força, que um agressor pode compreender: O Poderio Militar."

"As investigações científicas, os novos materiais e as novas armas não bastarão para conter um poderoso inimigo. Devemos ter homens adestrados para a defesa. Os progressos tecnológicos não eliminaram a necessidade do homem adestrado.

As autorizadas palavras de um dos Grandes que conduziram a vitória ao pórtico da paz, nos evidenciam que a segurança de uma nação para rechaçar uma agressão externa depende de uma preocupação de governantes e governados, soldados e cidadãos e muito especialmente "dos Serviços que praticamente podem prestar todos os va-

rões fisicamente capazes e em idade militar".

"A bomba atômica tem pouco valor sem um adequado exército, marinha e aeronáutica."

Há pois, duas necessidades imperiosas para garantir a segurança de uma nação:

a) Ordem de urgência de seus preparativos, das aquisições e das vias de comunicações que permitam desenvolver todo o potencial das Forças Armadas.

Em suma: Um "PLANO DE DEFESA NACIONAL".

b) Conjunto de previsões de toda ordem para pô-lo em execução imediata no início do conflito, com o fim de alcançar o objetivo ou objetivos políticos que se procuram por meio da força, ou seja um "PLANO DE GUERRA".

O Plano de Defesa Nacional é o programa de conjunto, e em ordem de urgência, de todas as atividades e aquisições necessárias durante o período de paz, para pôr as forças totais do país, em condições capazes de enfrentar uma luta. Suas características essenciais são: Ser único, ter sua progressividade condicionada a uma ordem de urgência e ser desenvolvido antes da luta.

Em nosso país competem ao Presidente da República as atribuições e direção da Política de Guerra, tendo como consequência lógica o Plano de Guerra, que também é da sua alçada.

O Plano de Guerra é preparado também na paz, sob o fundamento de uma doutrina de guerra, contém o modo como o governo fixa o objetivo da guerra, para o mais acertado emprego das Forças Armadas em caso de beligerância.

Em consequência do Plano de Guerra surgem os Planos Militares, atribuição do Estado-Maior das Forças Armadas e o Plano de Mobilização Nacional, incumbência do Conselho de Segurança Nacional, do qual fazem parte integrante todos os Ministros de Estado e outras autoridades especiais.

Os Planos Militares afetam ao Exército, Marinha e a Aeronáutica, através de seus respectivos Estados-Maiores.

Dos Planos

— Plano
trial Militar
— Plano
— Plano
do Interior
— Plano
diferentes r

Deste Pla
Operações
o primeiro
dante da Z
do Comand

Do Plano
nal surgem
ção Polític
e o Plano
mica, atrib
Civis.

O Plano
elaborado pe
termina:

— fins po
guerra:

— advers
— objetiv
teatro de op
— forças
— cooper
e navais e d
o caso;

— coordena
versos teatro

— mobiliz
— ação di

O Plano d
documento
conjunto de
rados:

— plano d
— plano d
— plano d
— plano d
— plano d
— plano d
cos.

Um Plano
nal deve con

— Um Pla
terna;

— Um Pla
terna;

— Um Pla
dustrial e Co

— Um Pla
— Um Pla

Dos Planos Militares surgem os :

- Plano de Mobilização Industrial Militar ;
- Plano de Produção Militar ;
- Plano de Organização da Zona do Interior ;
- Plano de Campanha, com as diferentes hipóteses (A, B, C, etc.).

Deste Plano surgem os Planos de Operações e o Plano de Manobra, o primeiro atribuição do Comandante da Zona Militar e o segundo do Comandante do Exército.

Do Plano de Mobilização Nacional surgem os Planos de Mobilização Política Interna e Externa e o Plano de Mobilização Econômica, atribuições dos Ministérios Cíveis.

O Plano de Guerra, documento elaborado pelo Governo Federal determina :

- fins políticos visados pela guerra ;
- adversário ou adversários ;
- objetivos geográficos em cada teatro de operações ;
- forças a opor em cada teatro ;
- cooperação das forças aéreas e navais e das forças aliadas, se for o caso ;
- coordenação das ações nos diversos teatros ;
- mobilização ;
- ação diplomática.

O Plano de Operações não é um documento único e compreende o conjunto de planos abaixo enumerados :

- plano de informações ;
- plano de manobra ;
- plano de reunião das tropas ;
- plano de cobertura ;
- plano de transportes ;
- plano de emprego dos Serviços.

Um Plano de Mobilização Nacional deve conter :

- Um Plano de Política Externa ;
- Um Plano de Política Interna ;
- Um Plano de Mobilização Industrial e Comercial ;
- Um Plano Econômico ;
- Um Plano Financeiro ;

— Um Plano de Propaganda visando a guerra Psicológica.

A preparação dos diferentes planos estão a cargo :

- Do Ministério das Relações Exteriores ;
- o plano de Política Internacional.
- Do Ministério da Justiça e Negócios Interiores :
- o plano da Política Interna.
- Dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Agricultura :
- o plano de Mobilização Industrial, Comercial e Agrícola.
- Do Ministério da Fazenda :
- os planos Econômico e Financeiro.
- Do Ministério da Justiça :
- os planos de Propaganda e de preparação e guerra psicológica.

O General Giovanelli assim se expressa :

"é imperioso que os civis, destinados a ocupar altos cargos no Governo, no Congresso, nos diferentes ramos da administração, na indústria, economia e finanças, tenham um conhecimento claro, exato e completo dos problemas relacionados com a Defesa Nacional."

O Exmo. Sr. General Cordeiro de Farias, em sua palestra na E.E.M., frisou a lição de guerra total, na seguinte síntese :

"A última Grande Guerra teve como aspecto característico o emprego em massa levado ao extremo de suas atividades, da totalidade dos recursos morais, humanos e materiais das nações que nela a fundo se empenharam."
"A vitória coube aos que mais recursos possuíam e a eles souberam imprimir uma planificação mais lógica e mais racional."

Referiu-se à "cooperação do esforço de todos, em benefício da Na-

ção, e também à "extensão" do perigo da guerra a toda a superfície do país".

"Em consequência, surge a participação de "todos" na luta armada ou na clandestina, cuja aplicação organizada, por todos os beligerantes, constitui uma normalidade peculiar do último conflito.

Desses três fatores, cooperação de "todos", para o esforço de guerra, perigo para "todos" no caso de um conflito e possibilidade de "todos" serem transformados em combatentes ativos, nasce uma maneira nova de se encarar a guerra e em consequência, a mobilização que passará à fórmula clássica de mobilização geral para a de mobilização total e da qual de "mobilização militar" é simplesmente uma das partes, um dos ramos, uma das facetas."

MOBILIZAÇÃO TOTAL

Diz o mesmo General, "pensadores militares dividem a mobilização total em quatro partes: 1) Mobilização moral do país e ataque ao moral do adversário, o que corresponde à chamada guerra psicológica. 2) Mobilização da produção e ataque à produção inimiga, o que corresponde à guerra econômica. 3) Mobilização das amizades exteriores o que corresponde à guerra diplomática.

Trata-se, em suma, de ter uma política exterior segura e organizar, consequentemente, suas Forças Armadas de acordo com os compromissos dela decorrentes. 4) Mobilização militar, subdividida, para maior clareza, em mobilização das Forças Armadas propriamente ditas e mobilização para pôr em condições de segurança a totalidade da população. Ampliação do conceito das "Forças Territoriais", seja para proteger contra "todos" os perigos, seja para lhes permitir participar do combate ou da resistência no caso de invasão."

PRENÚNCIOS DE NOVA HECATOMBE

"Vive-se hoje "a guerra fria" que prenuncia nova hecatombe."

Nessa situação, a nenhuma Nação, ciosa de sua soberania, é lícito deixar de encarar a realidade dos dias que correm e de se preparar, na medida de suas possibilidades, para lutar pela sua sobrevivência, examinando com maior acuidade as hipóteses sobre a guerra futura.

SEGURANÇA NACIONAL

Na situação atual do mundo, vive o Brasil, membro da O.N.U. e signatário do Tratado Interamericano de Assistência Mútua, numa posição relativamente vulnerável.

"Precisamos preparar-nos para a eventualidade da terceira guerra mundial, o que é uma consequência do panorama internacional, uma política de autodefesa, um imperativo da nossa soberania e do nosso espírito de sobrevivência. Viver despreocupadamente deste problema, num mundo que não se entende, é ter uma mentalidade suicida."

"A defesa nacional não é propriedade exclusiva, nem incumbência peculiar dos homens de farda, mas sua responsabilidade deve ser compartilhada pelo trabalho, pelo capital, pela agricultura, pela indústria e por outros grupos que contribuem para o mosaico nacional."

"É preciso que nesse sentido se evolua e se compreenda que nos dias que correm "a nação organizando-se para a guerra, está, também, preparando-se para uma vida melhor."

Que é a guerra?

"A guerra é uma contenda entre grupos sociais de interesses opostos". O que parece constante é o elemento interesse.

As primeiras guerras nasceram do roubo, — pela resistência do espoliado ao espoliador.

Se hoje não se fazem guerras para escravizar o braço humano (e isto é discutível: os alemães na Rússia), fazem-se para conquistar alimentos, matérias primas, combustível ou mercados de expansão econômicas, — seja em nome dum excesso de população, seja em nome

de
liza
É
A
men
mais
toda
pree
dum
abati
vos e
sober
idéia
poder
vítim
A
dade
povo.
A
as F
as po
dade
os me
do co
dever
Assi
total:
Interes
Qua
pectos
o jôgo
dústria
teorias
as nov
destrui
noção
trita de
bito da
fácilme
car um
mentos
tinent
pode to
para os
A gue
basta
para ver
ou men
em que
A M
A Mo
medidas
meios, o
do estado
de todos
uma Naç

de propósitos humanitários e civilizadores.

É a guerra inevitável?

A História diz-nos que o fenómeno da belicosidade humana é o mais exclusivamente humano de todos os fenómenos. De resto, compreende-se que o aumento de poder dum povo só é possível à custa do abatimento do poder de outros povos e que, pela própria essência de soberania nenhum povo abdica da ideia de afirmar e aumentar o seu poder, fácil será concluir pela inevitabilidade da guerra.

A guerra é a realidade — realidade das mais graves na vida dum povo.

A guerra total não visa apenas as Forças Armadas, mas também, as populações. Esta é uma verdade inexorável, inevitável, e todos os meios de combate estão de acordo com esta verdade e sempre se deverão adaptar-lhe.

Assim surge a noção de guerra total: a luta por todos os meios interessando a todos.

Quando se atenta para os aspectos atuais da civilização, e para o jogo de interesses criado pela indústria moderna e se pensa nas teorias ideológicas em que esteiam as novas guerras, perigosamente destruidoras, é fácil concluir que a noção da guerra total não fica restrita de modo algum ao mero âmbito das guerras nacionais. Vê-se facilmente a impossibilidade de ficar um povo alheio aos acontecimentos que se passam em seu continente, porque esse alheamento pode tornar-se um foco de perigo para os interesses dos demais.

A guerra é sempre internacional, basta olhar-se um mapa-múndi para ver que todo o planeta é mais ou menos interessado num conflito em que se envolva a Grã-Bretanha.

A MOBILIZAÇÃO INTEGRAL

A Mobilização é o conjunto de medidas necessárias à reunião dos meios, o que dá lugar a passagem, do estado de paz para o de Guerra, de todos os meios existentes em uma Nação.

A Mobilização total pode ser subdividida em função dos seus principais domínios em:

1º. A MOBILIZAÇÃO MORAL do país e o ataque ao moral do adversário, correspondendo ao que se chama de "*guerra psicológica*", chave do espírito de resistência, e cuja obra essencialmente política, incumbe ao Governo e aos órgãos de informação (D.N.P.).

Esta forma de luta foi objeto, nesses últimos anos, de técnicas muito precisas e especializadas, que devem ser estudadas e postas em ação com método e preparação prévia.

Os russos estão pondo em prática a guerra fria combatendo o plano Marshall e o abastecimento da Alemanha. A campanha pró-paz e o congresso de intelectuais são os dois processos mais recentes.

2º. MOBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, tão necessária em nosso país, onde a produção de géneros alimentícios não é suficiente para o abastecimento em tempo de paz e a mesma vem decrescendo com o exodo das populações rurais para as cidades; e o ataque à produção do adversário, correspondendo ao que se denomina de "*guerra económica*". Esta mobilização visa não somente a produção necessária às Forças Armadas, como ainda aos racionamentos do consumo e à racionalização da produção civil, a fim de desembaraçar o máximo de efetivos em prol do combate.

A planificação de guerra, tal como logrou êxito por métodos diferentes tanto na Rússia, na Alemanha, na Inglaterra, como nos Estados Unidos, demanda previsões feitas com antecedência e uma legislação especial completa sobre o assunto.

3º. A MOBILIZAÇÃO DE AMIZADES EXTERIORES, correspondendo à chamada "*guerra diplomática*". Trata-se de orientar e de vivificar a ação diplomática segundo concepção que considere as realidades económicas e estratégicas, tendo em mira a segurança do país.

4º. Enfim, a Mobilização Militar correspondente à preparação para

a luta armada, necessita da cooperação de toda a Nação.

Compreende a mobilização das Forças Armadas e colocação de toda a população em estado de defesa quer para protegê-la contra todos os perigos, quer para permitir-lhe participar do combate ou da resistência, em caso de invasão. (Guerrilheiros, e outras organizações subterrâneas).

É preciso que a Nação esteja preparada para a possível passagem do tempo de paz para o de guerra, a fim de evitar surpresas prováveis como em "Pearl-Harbor".

Na guerra futura é certo que a tendência será para suprimir o intervalo existente entre a declaração de guerra e o início das operações, originando-se assim, as guerras não declaradas, onde o período clássico de mobilização é imperceptível.

Toda a preocupação que tivermos em organizar com cuidado a Mobilização, será no futuro, o melhor seguro para a defesa de nossa pátria.

É preciso que a Mobilização apresente as características seguintes:

— Seja integral e devidamente regulada, com todos os detalhes previstos, em todo o âmbito nacional;

— que seja instantânea e imediata;

— rapidez, segredo e segurança;

— que todos os homens válidos, sem distinção social, sejam mobilizados;

— que se estabeleça a relação do pessoal técnico (destino especial) indispensável às indústrias, à lavoura, comércio, transportes, etc., para que continuem realizando as tarefas próprias de sua especialidade — (trabalho das Diretorias Técnica e de Produção e D.G.A.) — mobilização da mão-de-obra, em ligação com as C.R.;

— aproveitamento de todos os recursos materiais existentes no país.

A PROTEÇÃO NACIONAL — DEFESA CIVIL

Espécie de defesa passiva ampliada, que vai necessitar de meios consideráveis, em face à potência

de destruição das armas atuais, deve ser normalmente e intimamente ligada à organização da interceptação aérea.

Organização da autodefesa dos pontos sensíveis, isto é, não somente das posições, zonas, instalações e depósitos interessantes do ponto de vista estratégico, como também de todas as organizações que tenham importância quer do ponto de vista político, quer da produção.

A autodefesa deverá realizar pereneamente: a proteção, isto é, a guarda desses pontos sensíveis, e, em caso de invasão, a autodefesa deverá iniciar a organização da resistência interior, mediante a constituição de redes de arame farpado, destruições e de guerrilheiros.

Os efetivos para autodefesa só podem ser obtidos pela mobilização local das populações inspiradas na "HOME GUARD" e na "DEFESA CIVIL" americana.

As engrenagens do Governo e da vida econômica dum país dependem das medidas eficazes de defesa civil.

A nação que se descuidar dessa consideração, ver-se-á arrastada para a desorganização completa de sua vida, para a perda de todo o controle e para o caos, que se seguirá inevitavelmente.

Numa guerra futura, a população não combatente será, sem dúvida alguma, submetida a sofrimentos bem superiores aos que suportou. A responsabilidade de cada soldado é, evidentemente, de importância capital; eis por que é natural e justo que nós outros, soldados, nos interessemos. Devemos, todavia, compreender bem a íntima relação existente entre a defesa civil e as unidades combatentes, e devemos estar prontos para representar o papel auxiliando as autoridades civis ao primeiro apelo.

Na Inglaterra, são instruídos todos os soldados em matéria de defesa civil, e mais, certas unidades conservam-se prontas, como reservas móveis, para auxiliar as autoridades da defesa civil onde e quando forem chamadas.

Cumprir preparar o aprestamento das forças territoriais.

As forças territoriais devem constituir-se de unidades de mobilização local: estas serão organizadas de maneira a fornecer as permanências suficientes para a guarda e proteção de zonas sensíveis e do funcionamento dos serviços territoriais da defesa aérea, costeiras e terrestres, sem que, para isto, se desorganize a produção. Em caso de perigo, esses meios se reforçarão mediante o alistamento da população, da qual uma fração continuará a trabalhar, enquanto que, em caso de ataque, todos os reservistas concorrerão para a defesa.

Notam-se as interferências desta mobilização total, embora diferenciada, com a própria vida da região e os problemas que daí resultam para as relações entre o Comando Militar e as Autoridades civis.

Isto tudo deve ser regulado em leis que deverão ser votadas.

Em relatório recente apresentado ao presidente Truman, por uma comissão especial, chegou-se à conclusão de que a Defesa Civil deve ter uma estrutura nova e ainda estar subordinada às autoridades militares, para poder cumprir a sua missão e ser auxiliada pelas forças combatentes.

O POTENCIAL HUMANO

As reservas humanas constituem o fator mais importante da mobilização econômica e militar de qualquer nação, as máquinas e o material de nada servem se não houver homens para manejá-los com eficiência. O potencial humano de uma nação é necessário para as fábricas; para agricultura; para mineração, a manufatura e os transportes; para manter a economia civil e, finalmente, guarnecer as Forças Armadas.

O homem é o instrumento fundamental da guerra.

Em tempo de guerra, as reservas humanas saem de sua população. O valor do fator humano do potencial bélico de uma nação depende do vulto, da distribuição por idade e sexo e do crescimento da população, do número de indivíduos em idade de trabalhar e lutar; da dis-

ponibilidade e produtividade de sua mão-de-obra.

Não se falando nas limitações evidentes de idade e do sexo, a habilidade, a inteligência, o nível de educação e a saúde são fatores de importância primordial tanto para as Forças Armadas quanto para a capacidade industrial da nação.

O valor do nosso homem depende de dois fatores: Saúde e alfabetização, ambos prejudicam grandemente qualquer cálculo estatístico que se queira fazer com relação à mobilização do pessoal.

CONCLUSÃO

Afirmamos que, principalmente os países de fraco potencial econômico devem dar prioridade à manutenção de uma aviação, de uma marinha e de um exército fortes, bem aparelhados e constantemente atualizados. Eles garantirão, pelo domínio do ar, do mar e das fronteiras, a melhor cobertura para por em situação de alerta as suas organizações de guerra.

Deve-se dar maior amplitude ao Serviço Militar Nacional e obrigatório, que assumirá aspecto verdadeiramente democrático, sem haver as dispensas odiosas e os excessos de 3ª categoria.

Que a maior das nossas necessidades implica em proceder conforme uma *diretriz nacional única*, com perfeito conhecimento de causa, com resolução firme e persistente capaz de alcançar todos os resultados possíveis, rápida e economicamente. Nenhuma solução se obterá satisfatoriamente se as questões a tratar não forem subordinadas a uma idéia de conjunto nitidamente formulada cuja realização se busque mediante um plano largamente concebido a ser executado segundo um método adequado às realidades brasileiras.

Há de abranger o conjunto de questões referentes ao aperfeiçoamento do homem e à conveniente utilização da terra.

Não se pode mais, dadas as condições do mundo moderno, dividir a Nação em Forças Armadas e Civis. Toda ela tem que ser militar, tem que ter uma atividade militar,

estar pronta para desempenhar seu papel na guerra. Quer dizer que devem estar todos instruídos e em estado de treinamento correspondente ao papel que lhes é reservado desempenhar. Devem todos ter rigorosos hábitos de disciplina, mas disciplina de fundo, preche de iniciativas.

A Defesa Nacional, na guerra moderna deve considerar principalmente:

- 1) Que enquanto não se modificar a natureza humana, a guerra, como fenômeno social, é inevitável.
- 2) Que só podemos ter garantia de paz enquanto formos fortes, mesmo a despeito do nosso espírito pacifista.
- 3) Que a Mobilização Nacional não pode improvisar-se. Tem que ser prevista e preparada nos seus mínimos detalhes.
- 4) Objetivo Político definido.
- 5) Ministério de Defesa Nacional que centralize e coordene a ação dos três Ministérios Militares.
- 6) Que a nossa Lei Fundamental de preparo do país para guerra seja atualizada.
- 7) Que seja aprovada a Lei de Requisições.
- 8) Que seja organizado o Conselho de Defesa Nacional.
- 9) Que seja previsto e organizado desde o tempo de paz o Comandante-Chefe.
- 10) Que sejam criados a Escola de Alto Comando e os Cursos de Altos Estudos.
- 11) Que seja organizada uma cobertura sólida e materialmente capaz de deter um exército invasor moderno.
- 12) Que seja organizada a Defesa Civil, nos moldes da dos Estados Unidos.
- 13) Que se incremente a exploração do Xisto Betuminoso para a consequente extração do Petróleo.
- 14) Que se colonizem as nossas fronteiras com brasileiros.
- 15) Que sejam organizados os postos de vigilância nas fronteiras.
- 16) Que seja ativada a Produção.
- 17) Que seja organizado e prevista a Economia de Guerra.

18) Que seja preparada a Mobilização industrial e agrícola.

19) Que seja prevista e preparada a guerra psicológica.

20) Que seja incrementada a Remonta Nacional.

21) Que sejam ampliados os meios de transportes ferroviários.

22) Que se trate da eletrificação das vias-férreas.

23) Que esteja prevista a Mobilização da mão-de-obra.

24) Que seja abordado o problema do reabastecimento nacional.

25) Que sejam ampliadas as redes das vias-férreas e rodovias.

26) Que seja aumentada a frota marítima.

27) Que sejam multiplicados os Campos de pouso.

28) Que sejam criados novos Aéreo-Clubes.

29) Que sejam organizadas as reservas instruídas para as Forças Armadas.

Em síntese, não temos ambições imperialistas.

Não pretendemos reivindicar um palmo de território alheio. Não desejamos nos envolver na política interna de qualquer país. Não é nossa intenção submeter o Continente ao domínio da nossa vontade e exercer, na América do Sul, o papel de senhor e guia das outras nações. Nada nos leva a uma política agressiva. Nenhuma hostilidade alimentamos contra os nossos vizinhos. Nenhum deles terá que temer coisa alguma da nossa parte. Dos mais fracos aos mais fortes, podem todos continuar tranquilos dentro das suas fronteiras, que a nenhum iremos tirar o sossego.

Do nosso pacifismo inúmeras são as provas. Mas na situação atual do mundo há sempre que contar com a loucura de alguém. A paz ainda não se firmou entre as nações da Europa porque a Rússia não a deseja. A sua política tem sido, até hoje, de franca provocação e de má vontade contínua.

Queiramos ou não queiramos, seja qual for o quilate do nosso pacifismo, o certo é que não podemos viver de braços cruzados a contemplar a paisagem e a celebrar as

nossas
que esta
traço
sagrado
mar a
nossos p
ao exer
todos.

A situ
como pa
tem ver
solu
convide
(Trecho
de São

Vinda
lutar se
hor mo
idéia é
morte.

"O E
Pereira

A fim

Bicicle
Encera

RUA

Filial:

nossas maravilhas naturais. Temos que estar prevenidos contra assaltos traiçoeiros. O direito de defesa é sagrado. Ninguém nos poderá chamar a contas nem desconfiar dos nossos propósitos se nos dedicarmos ao exercício desse direito que é de todos.

A situação internacional não é, como parece a muitos que não querem ver, de uma tranquilidade absoluta, de uma tranquilidade que convide ao repouso e à indiferença. (Trecho de um artigo do "Estado de São Paulo", de 7-I-949).

Vinda a guerra é preciso lutar; lutar seja com o que for e do melhor modo possível. Fora dessa idéia é aceitar antecipadamente a morte.

BIBLIOGRAFIA

- A Guerra Total — do General Ludendorff.
 A Compreensão da Guerra — do Cel. J.B. Magalhães.
 Coletânea N. 1 — da E.E.M.
 Mobilização Econômica — Major I.E.D. Paranhos Antunes.
 A Defesa Nacional — Ns. 390 e 391, de 1946.
 A Defesa Nacional — N. 392, de 1947.
 A Defesa Nacional — N. 399, de 1947.
 Military Review — N. 4, de 1948.
 A Defesa Nacional — N. 402, de 1947.
 A Defesa Nacional — N. 411, de 1948.
 A Defesa Nacional — N. 418, de 1949.

OFERTAS À NOSSA BIBLIOTECA

"O EXÉRCITO — A IGREJA E A NAÇÃO", pelo Coronel Rinaldo Pereira da Câmara.

AGRADECEMOS.

AOS SRS. MILITARES

A fim de facilitar à classe militar, lançamos o seguinte plano que tem repercutido favoravelmente

EIS AS VANTAGENS DO NOSSO SISTEMA

- 1º VENDEMOS EM 10 PRESTAÇÕES
- 2º NÃO EXIGIMOS ENTRADA NEM FIADOR
- 3º ENTREGAMOS IMEDIATAMENTE O ARTIGO

São os seguintes os nossos artigos:

Bicicletas, Ventiladores, Rádios, Rádios Pilha, Aspiradores de Pó, Enceradeiras Elétricas, Rádio-Vitrola Automática, Máquinas de Costura, Máquinas Fotográficas, Relógios

Facilitamos, para demonstração, no trabalho ou na residência de V.S.

CASA NENO

RUA DO NÚNCIO, 7

TELEFONE 22-7586

Filial: Rua Buenos Aires, 151, 1º andar — Telefone 43-7778

JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA

V

III — POLÍCIA

INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR

Dizia o grande criminalista brasileiro, Dr. Esmeraldino Bandeira, que "as condições de um meio e estado de cultura de uma época modalizam o delito, plasmando-o na brutalidade primitiva ou na alicantina moderna".

"Cada aperfeiçoamento, cada época tem a sua criminalidade específica".

"Cada aperfeiçoamento, cada invento, ao lado do benefício novo que possa trazer à humanidade, traz um crime novo com aplicação do mal desse invento e desse aperfeiçoamento".

É evidente, pois, que o meio ambiente evolui de conformidade com o progresso das sociedades trazendo incontestavelmente grandes e sensíveis modificações na maneira de perpetrar os crimes, às vezes por criminosos de tirocínio internacional.

Dai decorre a necessidade de, para bem julgar, a justiça precisar estar bem informada por uma polícia hábil.

É natural que a evolução do Código Penal imponha correspondente evolução ao Código do Processo Penal.

Mas, assim como no meio civil o inquérito policial-militar foi mantido como processo preliminar ou preparatório da ação penal porque "o ponderado exame da realidade brasileira desaconselha o repúdio do sistema vigente para ado-

tar o preconizado Juízo de Instrução", também cabe observar as consequências dessa evolução no meio militar.

Entretanto, o atual anteprojeto conservou certos dispositivos que o recusado em 1945 se limitava a copiar do Código Comum sem o indispensável exame da diferença existente entre autoridade militar e autoridade policial civil nem entre o ambiente quartel e o ambiente via pública, em geral.

"Dados os progressos da ciência e dos meios de que podem lançar mãos, inteligentemente, a audácia dos criminosos atuais, não se pode enfrentá-los sem os conhecimentos especializados da polícia científica. As necessidades da vida moderna, os vícios decorrentes das próprias aglomerações humanas em meios civilizados, as idéias surgem com as grandes transformações sociais e fatores outros do desenvolvimento do crime, estão a reclamar os meios de prevenção e reação na altura de sua capacidade maléfica".

Não se deve, pois, admitir a solução simplista de ir sobrecarregando de atribuições policiais a vida já assoberbante dos oficiais arregimentados.

A polícia moderna é uma atividade que se vai tornando cada vez mais difícil e o meio militar, com a atual organização judiciária, não comporta — pelo menos por enquanto — a mesma amplitude de ação da polícia judiciária civil, não só por falta de aparelhamento adequado como por ser, ainda, exer-

cida por extensão de atribuições por militares preparados para outra finalidade.

Além disso a um policial moderno não basta a boa vontade, é preciso a vocação encaminhada dentro de ambiente especializado.

É, naturalmente, este o sentido que se dará ao desenvolvimento da nossa novel e luzida Polícia do Exército, para se poder acompanhar a evolução do processo sem

pretender transformar os oficiais, principalmente os arregimentados, em detetives; sem lhes dar atribuições inadequadas, sem expô-los a constantes críticas do Poder Judiciário e sem prejudicar a aplicação da justiça por um preliminar trabalho policial menos hábil.

1. Entretanto o anteprojeto não se apercebeu disso e cria disposições ainda inoportunas:

Código atual

Art. 115, § 3°. Em casos excepcionais, a autoridade que instaurou o inquérito, poderá, a pedido do encarregado do mesmo, solicitar que o Promotor acompanhe as diligências.

O anteprojeto recusado em 1945 chegou a ser cognominado de "Código de Vantagens para a Justiça Militar". E esta comparação faz ressaltar a preocupação de dificultar o mais possível a saída do Promotor senão mesmo de exonerá-lo do incômodo de se locomover dentro da jurisdição da respectiva Auditoria, mesmo excepcionalmente, quando o interesse da Justiça o exigir! Ora, com a nossa organização atual, ainda não é possível, nesse ramo do Poder Judiciário, levar a burocracia a tão alto grau.

Não se diga que o seu deslocamento importaria na paralisação do serviço na sede da Auditoria. Os arts. 6°, parágrafo único, 16 e 54, do Código atual, assim como os 4°, 18 e 88, IV, do anteprojeto destruiriam a alegação.

A necessidade e o interesse da Justiça são de caráter geral, não devem, pois, sofrer restrições de locais; devem ser iguais dentro ou fora da sede da Auditoria. Cabeiria invocar a organização judiciária militar argentina, inclusive o recente ato de 28 de setembro de 1948, criando junto à Auditoria

Anteprojeto

Art. 131. O encarregado do inquérito poderá, em caso excepcional, solicitar a assistência do Promotor aos atos de inquérito, se as diligências policiais tiverem de ser realizadas em lugar compreendido na sede da Auditoria, consultada, previamente, no caso de delegação, a autoridade delegante.

Geral da Guerra e Marinha, a Inspeção de Justiça Militar...

2. Em contraposição, atente-se bem:

"Art. 134. Logo que tiver conhecimento da prática de crime, a autoridade militar deverá":

"I) se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, enquanto necessário;

II) apreender os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato."

"Art. 231. A autoridade deverá providenciar imediatamente, no caso de exame no local onde tiver sido praticado o crime, para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos".

Eis o absurdo a que leva a cópia servil dos arts. 6°, I e II e 169 do Código do Processo Penal Comum (Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941), destinado a outro meio, que não o militar.

Pelos arts. 115 e 116 do Código atual e pelos arts. 129 e 130 do

anteprojeto a expressão *autoridade militar* não tem, nem pode ter, a mesma significação de *autoridade*, empregada no art. 4º do Código do Processo Penal comum, de onde foram copiados os dispositivos transcritos.

No meio civil "a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

No meio militar "a polícia militar será exercida pelos Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, Chefes de Estado-Maior, Comandantes de Região ou autoridades correspondentes, Diretores ou Chefes de órgãos da administração militar, ou Comandantes de força, zona, base ou unidade, por si ou por delegação a oficial.

Vê-se, pois, desde logo, que são coisas muito diferentes e que tal cópia não pode ser conservada no Código da Justiça Militar.

Uma autoridade militar, daquelas que exercem atribuições policiais, não pode nem deve ser exposta a atos públicos de desconsideração como qualquer investigador de polícia. Precisa ter assegurada a sua liberdade de ação que, em qualquer caso, se necessário, poderá ser, eventualmente, apreciada sem os inconvenientes de se preestabelecer — como regra — que leigos no assunto (técnica de comando) possam discutir o que seus atos tiverem de possível e conveniente.

Ainda recentemente vimos um oficial superior, Coronel, Comandante de um Estabelecimento de Ensino, ser denunciado juntamente com o motorista do veículo em que ele era conduzido, como se em tal situação lhe pudesse caber responsabilidade no acidente de que fora vítima!...

A autoridade jamais deve ser, assim, exposta a exhibições de força de outro poder nem a atos que a possam diminuir aos olhos de seus comandados nesta época de propósitos dissolventes. A disposição em exame é perigosa por dar margem a que outrem, fora do ambiente e

da mentalidade militar, se divirta em divergir da autoridade sobre a possibilidade e conveniência de dirigir-se a determinados locais em certas ocasiões, quando isto geralmente, envolve questão de técnica de comando.

É preciso não esquecer que há polícia civil, patrulhas de forças armadas, oficial de dia, etc.

É preferível deixar de estabelecer uma regra, cuja inexistência não impedirá a verificação de um procedimento irregular, quando necessário, do que instruí-la como ameaça à liberdade de decidir, que faz parte do prestígio da autoridade.

De qualquer forma, porém, não se devem confundir as atribuições policiais daquelas autoridades militares citadas com as dos delegados e comissários da polícia civil nem o ambiente de guarnição, quartel ou navio com o da via pública em geral.

O oficial de dia no Exército e na Aeronáutica assim como o oficial de serviço, ou de quarto, na Marinha, é um representante, um agente do Comandante do Corpo ou Navio, mas a eles não estão implicitamente delegadas as atribuições policiais que competem a essas autoridades.

Entretanto é ele — o oficial de dia, de serviço ou de quarto — que superintende o serviço dos plantões, vigias, rondas, etc. Um crime cuja apuração interessa a uma autoridade militar poderá ser cometido dentro ou fora do quartel, dentro ou fora das horas de expediente.

Em tais condições, normalmente, quando um delito chega ao conhecimento da autoridade militar (na acepção do Código) não é mais em tempo dela evitar "que se alterem o estado e a conservação das coisas, enquanto necessário", nem com oportunidade para "apreender os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato", chega à autoridade através da participação do fato e de suas circunstâncias.

Assim, o dispositivo poderá tornar-se adequado desde que conve-

nientemente adaptado como, por exemplo, com a seguinte redação:

"Art. 134. O militar que primeiro tomar conhecimento da prática de crime esforçar-se-á por:

I) evitar que se alterem o estado e a conservação das causas enquanto necessário;

II) apreender os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato, sempre que possível".

"Art. 231. No caso de exame no local onde tiver sido praticado crime, providências deverão ser tomadas para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos".

3. "Art. 133. Quando no curso do inquérito surgir indício de criminalidade contra oficial mais antigo ou de posto superior ao do respectivo encarregado, a delegação deverá ser transferida, por novo ato, a outro oficial".

Eis um dispositivo que vem fazendo falta. Entretanto, parece que ele ficaria melhor com a seguinte redação:

"Art. 133. Quando no curso do inquérito surgir indício de criminalidade contra oficial mais antigo ou de posto superior ao do respectivo encarregado, este deverá dar-se por impedido de continuá-lo e a delegação será transferida, por novo ato, a outro oficial".

4. "Art. 145. Todas as peças do inquérito serão, num só processo, reduzidas a escrito ou dactilografadas e, neste caso, rubricadas pelo respectivo encarregado".

Ainda que se trate de reprodução do art. 9º do Código do Processo Penal Comum, o escrito também poderá falsear idéias e conter incorreções. Por isso parece ser conveniente que, em qualquer caso, o encarregado do inquérito autentique, com a sua rubrica, tudo o que constar do processo.

5. "Art. 149. O prazo para a conclusão do inquérito é de trinta dias, prorrogável por motivos excepcionais, por mais trinta, por determinação da autoridade imediatamente superior àquela que ordenou a instauração do inquérito e, quando por igual motivo, for necessário maior prazo, será exigida a prévia determinação do respectivo Ministro, mediante oportuna solicitação do encarregado do inquérito".

Um Ministro de Estado tem numerosas preocupações que, são em regra, de ordem geral. É possível que muitas vêzes, seja levado a conceder prorrogação de prazo sem maior exame, automaticamente. Por outro lado, não é de se prever que ele venha a negar prorrogações encaminhadas por altas autoridades, mais aproximadas do local dos acontecimentos. Não se deve, pois, sobrecarregá-lo com assuntos que possam deixar de ser privativos das atribuições dele. O princípio é descentralizar. Além disso, um Comandante de Região ou autoridade equivalente na Marinha e na Aeronáutica, pelas suas próprias atribuições normais sobre ser particularmente interessada no andamento dos inquéritos deve merecer crédito de confiança suficiente para se lhe atribuir poderes para conceder tal prorrogação.

Nestas condições, parece que a redação desse artigo poderia ser, mais ou menos, a seguinte:

"Art. 149. O prazo para a conclusão do inquérito é de trinta dias, prorrogável por motivos excepcionais, por mais trinta, a critério e por decisão da autoridade imediatamente superior à que o tiver mandado instaurar e, quando por igual motivo for necessário maior prazo, será exigida a prévia autorização do respectivo Comandante de Região, de Distrito Naval ou de Zona Aérea, mediante oportuna solicitação do encarregado do inquérito, encaminhada pelos canais competentes".

6. a 285.
Trat
planta
Código
e, com
ao c.
atual
que m
sidade
ser ex
nessa
de que
Forças
ência e
oficiais
ou nor
Justiça
outros
superio
rais —
das d
precisa
clarec
tubelec
porque
contrár
como fo
quanto
justiça
reito m
desemp

7. C

cul
das
seri
"pod
p e
par
alme
men

Em f
Constitu
rimos o
seja acr

"pod
tide
"2

(1) "

(2) "

atual ent
crita.

6. Das testemunhas. Arts. 262 a 285.

Trata-se de uma pobre transplantação dos arts. 202 a 225 do Código do Processo Penal Comum e, como tal, mais uma vez inferior ao capítulo correspondente do atual Código da Justiça Militar, que muito melhor atende às necessidades do meio militar. Precisa ser examinado outra vez. E se nessa ocasião houver lembrança de que se está a legislar para as *Forças Armadas* haverá conveniência em deixar bem claro que os oficiais encarregados de inquéritos ou nomeados para Conselhos de Justificação, etc., poderão ouvir a outros — mais antigos, de posto superior e, mesmo, oficiais-generais — como testemunhas. É uma das dúvidas generalizadas, que precisa ser convenientemente esclarecida, assim como deve ser estabelecida a maneira de fazê-lo porque "a jurisdição militar, ao contrário da justiça civil, se afirma como fortemente hierarquizada, enquanto que, no direito comum a justiça é igual para todos, em direito militar o *intuitus personae* desempenha papel importante.

7. Cartas:

"Art. 293. As cartas particulares interceptadas ou obtidas por meios criminosos, não serão admitidas em juízo".

"Parágrafo único. As cartas poderão ser exibidas em juízo pelo respectivo destinatário, para a defesa do seu direito, ainda que não haja consentimento do signatário".

Em face do art. 141, § 5º, da Constituição da República, sugerimos que esse parágrafo único seja acrescido do seguinte:

"As cartas anônimas não poderão ser aceitas nem consideradas".

"Art. 300.

"§ 1º. Proceder-se-á busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem para:

f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato".

Trata-se de cópia do art. 240 do Código do Processo Penal Comum, aprovado pelo Decreto-lei n. 3.931, de 10 de dezembro de 1941 e, por conseguinte, na vigência da Constituição de 1937. Esta, em seu artigo 122, n. 6, assegurava a inviolabilidade do domicílio e de correspondência, *salvas as exceções expressas em lei*.

A) Araujo Castro, ao comentá-la (1), invoca:

a) entre outros dispositivos da Consolidação das Leis Penais os:

"Art. 193. A autoridade que, de posse de carta ou correspondência particular, entregá-la, para qualquer intuito, seja embora o da descoberta de um crime ou prova deste, incorrerá na pena de perda do emprego e na multa de 100\$000 a 500\$000".

"Art. 194. As cartas obtidas por meios criminosos não serão admitidas em juízo" (2).

b) Bento de Faria, que escreve sobre o art. 193 "cumpre entender o dispositivo supra de modo a não criar o absurdo. O que a lei veda à autoridade é violar a carta ou correspondência que tenha em mãos, pois o princípio da inviolabilidade do segredo é absoluto. Assim, não pode abri-la ainda que tenha certeza de que nela encontrará a prova do delito ou um plano para execução do crime. Tal não se dá, entretanto, quanto aos papéis, cartas ou qualquer corres-

(1) "A Constituição de 1937", 2ª edição, pág. 331.

(2) Vemos na transcrição do art. 293 a conservação desse dispositivo no atual anteprojeto, por conseguinte, em contradição com a letra f), acima transcrita.

pondência já aberta, lida pelo destinatário, e em seu poder. Neste caso, é legítima a busca e apreensão de tais papéis, nos termos do art. 193, do Código do Processo; cessa a inviolabilidade do segredo. Podem estas ser utilizadas pela autoridade, no intuito de descobrir a verdade ou a prova de um crime.

c) "Tem direito de abrir a correspondência, como meio de prover à educação e fiscalizá-la devidamente e, pois, não incorrem em crimes, os pais em relação à dos filhos sujeitos ao seu poder; os tutores e curadores, em relação à dos tutelados; os diretores dos institutos de ensino, por delegação dos pais, em relação à dos educandos. Igualmente os diretores de um hospital de alienados, em relação à destes; o síndico, em relação à do falido, nos termos da lei. Nega-se, porém, tal direito ao marido em relação à da mulher; ao patrão em relação à dos criados (*Florian Manzini*) (*Galdino Siqueira*: ob. cit., págs. 238 e 240).

B) *Carlos Maximiliano*, em seus "Comentários à Constituição Brasileira" (ns. 448 e 449), diz:

a) "Alguns autores consideram o respeito ao sigilo da correspondência como um desdobramento da garantia da propriedade em toda a sua plenitude. Pertence a carta a quem a escreve, a princípio; ao destinatário, depois; portanto quem sonega ou lê, apropria-se do alheio, e pode, com o seu ato indiscreto, causar grave dano a terceiro".

b) "O § 18, protege o sigilo de qualquer correspondência: epistolar e telegráfica, feita por intermédio de repartições públicas, ou de indivíduos ou empresas particulares. Onde a lei não faz distinções, é força não as estabeleça o intérprete".

"Há exceções universalmente aceitas: a) abrem-se e queimam-se, depois, as cartas cujos destinatários se não encontra; bem como

as que encerram valores ou objetos proibidos de serem transportados por aquela forma ou sujeitos a impostos aduaneiros; b) a correspondência de falido é entregue aos síndicos e aos liquidatários, e estes podem abri-la".

c) "Os publicistas e a jurisprudência concordam em permitir o que o Código Penal Brasileiro proíbe: a leitura das missivas escritas ou recebidas pelo acusado, autorizada por ordem escrita do juiz formador da culpa. Entretanto esta disposição rigorosa do Código não se observa na prática, sobretudo nas prisões, onde as cartas têm levado a polícia a descobrir cúmplices dos detidos e provas esmagadoras de crimes algo misteriosos".

C) *Barbalho* (3) diz que "são as cartas comunicação de idéias a pessoas ausentes, conversação por escrito, que nas relações da vida, o afeto, o dever, o interesse entretêm. Elas constituem uma necessidade e uma obrigação no trato social. Contêm intimidades, expansões, ditadas pela confiança e não destinadas à publicidade. Torná-las invioláveis, em respeito ao direito de quem as envia e de quem as recebe, é um dever do Estado e ao mesmo tempo seu interesse pelo seguro cultivo e desenvolvimento das relações que elas mantêm e fomentam".

D) *Ainda Araújo Castro* (4), diz: "O princípio da inviolabilidade de correspondência, diz Orban, é sagrado: violar cartas é penetrar no segredo dos indivíduos e famílias, isto é, naquilo que eles têm de mais íntimo e intangível em seus pensamentos, desejos, sentimentos e interesses.

E) É de se observar, também, que o dispositivo em apreço foi copiado de um Código aprovado na vigência da Constituição de 1937, uma Carta outorgada, de caráter especial e a única que, em seu texto admitiu limitação no tocante à inviolabilidade da corres-

(3) "Comentários", 2ª edição, pág. 438.

(4) "A Constituição de 1937", pág. 329.

pondência. E essa mesma, segundo os comentaristas não permitia o que o anteprojeto pretende introduzir no meio militar em sua letra f) do § 1º, do artigo 300. Se tal acontecia com aquela, muito menos poderá ser admitido com a Constituição atual que — como as de 1891 e 1934 — declara categoricamente: “é inviolável o sigilo da correspondência” (art. 141, § 6º). É, pois, de se duvidar da constitucionalidade atual de um dispositivo copiado de documento aprovado na vigência de outra Constituição e de outro regime. Carece ele de mais acurado exame para poder ser admitido num Código que não deve surgir obsoleto, mas, sim, atualizado.

(Continua)

ERRATA

No artigo da revista de abril, convém corrigir:

- na pág. 7, coluna da esquerda, linha 18 ler: — “os promotores, advogados de ofício”... etc.
- na linha 30, ler: — “militares e COMUNS”, etc.
- na pág. 8, coluna da esquerda, linha 10, ler: — “política, numa razão de estado... etc.
- na pág. 9, coluna da esquerda, linha 34, ler: — “é a pior das soluções”.
- na linha 36, ler: — “mais se constitui de voluntários”... etc.
- na pág. 13, coluna da direita, linha 48, ler: — “evoluir em base firme”.

LIVROS À VENDA:

	Cr\$
O FENÔMENO MILITAR RUSSO — Coronel J. B. Magalhães.....	30,00
ALGUMAS COUSAS DA RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	12,00
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS (Assuntos de Cultura Geral):	
Vol. I — ESTUDOS SOBRE A RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	20,00

Compreendendo:

Que se passará na Rússia atual? — Sobre a política exterior da Rússia — A guerra e a Rússia — A propósito das atividades internacionais da Rússia — Retoques e complementos: O eterno imperialismo russo — O patriotismo americano e a guerra — A guerra, a América e o Brasil — A guerra dos mundos e o Brasil — Guerra ou Paz? — O pacto do Atlântico.

A ÚLTIMA CARGA !

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

Extrato do artigo "The Lost Charge !", de M. K. DZIEWANOWSKI, oficial polonês, publicado na "Armored Cavalry Journal", Volume LXVII, n. 5, de 1949

Uma Brigada de Cavalaria polonesa, composta de três Regimentos de Cavalaria, um Regimento de Artilharia e um Grupo de Carros Leves vinha combatendo dia e noite, cobrindo o flanco esquerdo do Grupo do Exército Nereu, que recuava com grandes perdas; a Bda., mais móvel, sofria menos.

No dia 7 de setembro e semana seguinte a Bda. continuou lutando e tentando se adaptar à nova forma da guerra. Entretanto, seus componentes não perdiam a esperança de se lhes apresentar a situação desejada para reviver as tradições da gloriosa arma.

"Se pudessemos chegar ao corpo a corpo" era o tema comum das conversas...

A 9 de setembro a Bda. recebeu a missão de: "Aliviar a pressão dos Alemães sobre Varsóvia, ganhando tempo para a organização das posições, destruir a ponte sobre o Rio Narew perto de Zawadow e fazer saltar os trilhos entre as estações de Rogowek e Chwalewo".

O General disse a seus oficiais que marchariam à noite pelo campo, evitando as estradas principais. O esquadrão de engenharia cumpria sua missão coberto pela Bda. Executada a missão a Bda. se dirigiria para a floresta de Bialowieza.

A notícia foi recebida com alegria por todos: teriam ocasião, pensavam os oficiais, de agir com uma grande unidade de cavalaria em uma missão para a qual havia sido preparada.

Diz o autor, que era Tenente de um dos regimentos, que estavam

com duas horas de sono; alguns esquadrões com menos, mas o pensamento no raide a todos revigorava.

Iniciaram a marcha às 19 horas, regimentos e esquadrões desfilaram ao trote diante de Cmt. da Bda. que inspecionava sua dizimada mas ainda dura Brigada.

Durante toda a noite marcharam por terrenos acidentados.

Uma densa rede de patrulhas fazia-lhes a segurança.

A madrugada do dia 10, nevoenta e fria, encontrou a Bda. nas orlas N. da floresta de Zambrow, mais ou menos umas 10 milhas da ponte?

Às 6 horas as patrulhas informaram que um Batalhão de Infantaria alemão marchava pela estrada entre Rogowek e Chwalewo; elas não viram patrulhas inimigas mas informaram que uma coluna de carros e caminhões movia-se paralelamente aquela coluna.

Eis o momento de uma difícil decisão para o Comandante. As condições para surpreender o inimigo eram ideais. Estavam na floresta a cerca de 1 1/2 milha do inimigo.

Agora ou nunca, pois, o Comandante participava das conversas de seus oficiais. Por outro lado o perigo era grande; um ataque com toda a Bda. podia prejudicar o cumprimento da missão.

Por fim o Comandante decide atacar.

Os regimentos reuniram-se na orla do mato: entre eles e o inimigo na estrada de rodagem, uma faixa de terreno pedregoso de mais ou menos 1 milha de comprimento.

De um ponto mais alto via-se completamente quem andava na estrada.

Com mais de 2 milhas de comprimento a coluna serpenteava vagarosamente pela estrada.

O Comandante decidiu: O 1º e o 3º R.C. carregarão; o 2º ficará como reserva; o Esq. Mtr. Pesadas apolará a carga; o Esquadrão Antitarro cobrirá a direção de W, e o Esquadrão de Engenharia, aproveitando do ataque, fará as destruições.

Os esquadrões saíram da floresta, desenvolvendo-se em formação de ataque.

O inimigo nada ainda tinha visto...

O sol nascente prometia um dia claro...

O quadro dos regimentos saindo da floresta era tão encantador que parecia irreal.

Os alemães marchavam calmamente...

Súbito, rajadas de metralhadora vêm da floresta sobre a coluna; há uma parada...

O Comandante da Bda. manda "desembainhar espadas e galope" que passa de esquadrão a esquadrão.

Os carros procuram defender a infantaria... uns param, outros avançam...

Na estrada reina confusão...

A Bda. continua na carga... Ouvem-se os primeiros tiros dos alemães por sobre nossas cabeças. Estamos, então, a uns 500 metros da estrada e vemos os alemães sob o fogo de nossas metralhadoras. Al-

guns procuram posições de tiro no barranco da estrada, outros entre e atrás dos caminhões...

A parte da coluna mais próxima da vila de Rogowek parece mais confusa...

Já se pode ver a silhueta dos infantes, porém começamos a sentir e ver os efeitos de seus fogos.

Homens e cavalos são mortos e feridos...

Súbitamente nossas metralhadoras cessam fogo...

E poucos segundos estamos na estrada, usando espadas e lanças.

Os infantes desviam nossos golpes com seus fuzis e alguns simplesmente cobrem a cabeça com os braços. Nossas lanças alcançam até os que estão no meio dos caminhões.

A carga ultrapassa a estrada e persegue os que fogem.

Um esquadrão da reserva é lançado em perseguição dos fugitivos.

O combate declina...

Os alemães começam a se render em grandes grupos.

Estamos cansados, mas orgulhosos da ação que tanto foi esperada.

A Bda. teve apenas 3 homens mortos.

O clarim toca reunir e começamos a nos reunir vagarosamente, levando os prisioneiros pela frente...

Neste meio tempo ouvem-se duas explosões e poucos segundos mais tarde outras duas, para o lado do N. É o sinal de que o Esquadrão de Engenheiros tinha destruído a ponte e a via-férrea.

A missão estava cumprida... e isto aconteceu em 1939...

IMPORTANCIA DOS BANCOS

"Uma vez que a existência de fundos disponíveis em nossa sociedade econômica, não basta para financiar todos os empreendimentos, é óbvio que nem todos os que deles necessitam poderão obtê-los. Os bancos que fornecem a maior parte desses financiamentos, exercem por isto — também é óbvio — controle sobre a produção. Isso lhes dá realmente poder de vida e morte sobre grande parte dos interesses econômicos." (Fundamentals of Economics, Gemmill).

Vê-se, por aí que não é desprezível ao homem que exerce influência política ou social, conhecer ou não, a função econômica e o modo de ação dos bancos...

VIII —

A nos
é neces
órgão e
na I.D.
na A.D.
na sua

A raz
resulta
aquêles
constitu
momento
da D.I.

Não q
mandos
que mar
Os órgã
mentos
dinados
mantê-fo
situação.

També
de ver, o
perdeu a
outroza.

O conc
função o
visão, co
ataque, li
e no espa
volver-se
rito, em
tática a

Por isso
tuição int

N.R. —

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES EM CAMPANHA

Pelo Ten.-Cel. MANOEL CHAMORRO
MARTINEZ

Extrato do Boletim n. 333, do Circulo Militar,
pelo Ten.-Cel. NEWTON FRANKLIN DO
NASCIMENTO

V

VIII — SERVIÇO DE INFORMAÇÃO NA D.I.

A nosso fraco modo de ver, não é necessária a existência de um órgão especializado de informações na I.D., como também não o existe na A.D., tomando-se o vocábulo na sua verdadeira acepção.

A razão é simples, intuitiva e resulta de necessidade de aligeirar, aqueles comandos, de órgãos cuja constituição possa ser realizada, no momento necessário, pelo Comando da D.I.

Não quer isto dizer que os Comandos de I.D. ou A.D., tenham que marchar sempre às cegas. Não. Os órgãos Informativos dos Regimentos ou Agrupamentos subordinados e os da Divisão, deverão mantê-los sempre ao corrente da situação.

Também a nosso obscuro modo de ver, o órgão informativo da D.I. perdeu a importância que possuía outrora.

O conceito que hoje se tem da função operativa da moderna Divisão, convertida em coluna de ataque, limitou sua ação no tempo e no espaço, obrigando-a a desenvolver-se num campo mais restrito, em face da função puramente tática a desempenhar.

Por isso, a organização e constituição interna do órgão informa-

tivo da Divisão tem que ser muito mais simples, ligeira e elástica, com o fim de adaptar-se facilmente às frequentes variações da situação.

Atualmente, considera-se sua Seção de Informações como um órgão secundário, com a missão principal de reunir e transmitir os informes colhidos pelas Equipes de Informação dos Regimentos, após um ligeiro exame desses informes.

A função desta Seção é de caráter temporário, em face das missões essencialmente táticas que cabem à Divisão, por períodos de tempo mais ou menos curtos.

1º) Missões da Seção de Informações:

As missões da Seção de Informações resumem-se no seguinte:

— dirigir e coordenar a atividade informativa das Equipes de Informação que lhe estão subordinadas, segundo o plano traçado pela Seção de Informações do Corpo do Exército, e segundo as normas estabelecidas pelo Comando da Divisão;

— completar o trabalho de informações na zona de ação da Divisão, conforme as normas e empregando os meios que determine o Comando da Divisão;

— recolher as informações dentro da zona de ação da Divisão,

para transmiti-las à Seção de Informações do C.Ex., após um exame das mesmas informações;

— transmitir às tropas e comandos subordinados todas as informações que lhes interessam, para execução das respectivas missões.

2º) Fontes da Seção de Informações:

Estas fontes são limitadas e escassas: uma de caráter e funcionamento permanente (observação); a outra de caráter eventual (exploração tática terrestre).

A primeira organiza observatórios próprios, com pessoal pertencente à Divisão. A segunda desenvolve-se, normalmente, dentro do quadro do C.Ex., por Núcleos de Exploração do C.Ex., ou em sua falta, por Núcleos de Exploração de Infantaria. Só em circunstâncias particulares, como no caso de uma grande compartimentação do terreno, realiza-se esta forma de atividade informativa, sob a dependência do Comando da Divisão.

3º) Composição da Seção de Informações:

O pessoal da Seção de Informações é o constante do quadro de organização da Divisão, sob a chefia de um oficial.

4º) Funcionamento da Seção de Informações:

Podemos resumir o trabalho da Seção em duas partes:

Obtida a informação, o chefe de Seção trata de examiná-la, para verificar sua exatidão e determinar seu grau de importância e de urgência, comunicando-a imediatamente ao comando da Divisão e aos demais órgãos interessados.

A comunicação das informações efetua-se utilizando os meios de transmissão existentes na rede de Comando da Divisão.

5º) Documentos a redigir:

A Seção de Informações redige, como documentos, a Situação Gráfica e Descritiva do Adversário, o Registro de Informações, a Fôlha de Informações e o Plano de Busca

de Informações, baseado no Plano de Informações do Comandante da Divisão e de comum acordo com a Seção de Operações.

IX — SEÇÃO DE INFORMAÇÕES DO CORPO DE EXÉRCITO

Atualmente, o conceito tático do C.Ex. está tão ampliado, que é considerado o centro da atividade tática da grande Unidade. E, ao aumentar a importância tática do C.Ex., também aumentou, paralelamente, a de seu órgão informativo, razão porque o devemos considerar como o elemento em que se centraliza a atividade informativa tática de toda a G.U., admitindo, como necessário, que o dito órgão desça à busca de informações em minúcia, diretamente, ou por meio dos órgãos que lhe estejam subordinados.

Seu órgão informativo deve estar dotado de meios suficientes, que permitam obter informações diretas, imediatas e impressões completas do que ocorre no campo de batalha, servindo de origem às diversas fontes de informações de excepcional importância, tais como a exploração tática (aérea e terrestre), a qual, atuando sob sua direta dependência, proporcione informações em profundidade.

Deve contar com rede de observação própria, além de outras estabelecidas para outros fins, tais como a de observação de Artilharia, a de observação da defesa antiaérea, a de defesa química, etc.

Deve intervir nos interrogatórios de prisioneiros e desertores, possuindo organização adequada para esse fim.

1º) Missões da Seção de Informações do C.Ex.:

As missões específicas, que podemos atribuir a Seção de Informações do C.Ex., são as seguintes:

— organização e direção da atividade informativa na totalidade do C.Ex., em função da decisão operativa do Comando desta G.U. e das diretivas que receba do órgão de informação do Exército;

— busca de informações, com os meios postos à sua disposição;

— orientação sobre a situação do adversário, às Divisões que devem substituir as de primeira linha;

— determinação detalhada da situação adversária em frente à zona de ação do C.Ex. e consequente difusão entre os interessados.

2º) Fontes de Informações:

— Exploração tática (aérea e terrestre);

— observação;

— foto-interpretação;

— interrogatório sumário de prisioneiros e desertores.

3º) Composição da Seção:

A Seção de Informações do C.Ex. pode ter a seguinte composição:

— um chefe de Seção (Oficial de E.M.);

— um Oficial para observação aérea;

— dois Oficiais, sendo um de Artilharia;

— seis suboficiais e tropa.

Além deste pessoal, deve contar com o necessário para o serviço de ordenanças, ligação, etc., assim como com os meios de transporte e elementos de transmissões indispensáveis para cumprir as missões que lhe forem distribuídas.

4º) Missões do pessoal:

a) *Do Chefe de Seção* — Deve dirigir todo o serviço de Informações do C.Ex., conforme diretivas que receba do órgão informativo superior, e instruções dadas pelo General Comandante. Redige os planos de informações correspondentes, mantendo em dia a "situação do adversário" e demais documentos de que trataremos adiante.

b) *Do Oficial para observação aérea* — É o Oficial de ligação com as Unidades de aviação encarregadas da exploração aérea. Participa, quando necessário, destas missões e interpreta as fotografias tiradas do ar e da terra.

c) *Do Oficial de Artilharia* — Mantém em dia a situação e atividade da Artilharia inimiga, assim

como os trabalhos de fortificação realizados no campo adversário. Deve estar em contacto constante com os órgãos de informação de Artilharia pertencentes às Unidades desta arma, assim como os observatórios do C.Ex.

O outro oficial é o auxiliar do Chefe de Seção, na redação dos documentos informativos e realiza os interrogatórios, quando estes não se efetuam por pessoal expressamente destacado pelo órgão informativo do Exército.

5º) Elaboração e comunicação das informações:

Dada a proximidade do inimigo, é imenso o volume de informações que chegam à Seção de Informações do C.Ex., obrigando-a a agir com plena iniciativa e liberdade de ação.

A comunicação das informações realiza-se uma a uma, quando são importantes e urgentes, no documento informativo chamado "situação do adversário".

6º) Documentos a redigir:

Os documentos a redigir são os seguintes: o plano de informações, a situação do adversário e o registro de informações.

A situação do adversário deve conter o maior número possível de informes. Este documento é redigido com periodicidade mais frequente do que no Exército, podendo até converter-se em documento diário. É dada a conhecer ao órgão superior, aos laterais e aos elementos de comando a que possa interessar, mormente aos das Divisões de primeira linha.

X — SEÇÃO DE INFORMAÇÕES DE EXÉRCITO

O órgão informativo do Exército é o centro principal do Serviço de Informações em Campanha.

Sua ação não se limita ao campo operativo territorial da zona do Exército, mas estende-se, à contra-espionagem e Polícia Militar, seja sobre as tropas, seja sobre a população civil que vive e transita pelo território submetido à jurisdição do Exército.

1ª) Missões da Seção de Informações do Exército:

As missões da Seção de Informações do Exército podem ser as seguintes:

- organização e direção dos órgãos informativos do Exército, isto é, dos órgãos próprios e dos das Grandes Unidades subordinadas;
- emprego dos meios postos à sua disposição, repartindo-os entre os órgãos dependentes, ou empregando-os reunidos, sob sua própria direção;
- utilização das informações provenientes do Alto Comando, sobre a situação geral do adversário e a particular do Exército;
- busca direta de informações, para completar as precedentes, efetuadas com o emprego de meios próprios de que dispõe a Seção;
- determinação de situação adversária na frente do Exército;
- orientação sobre a situação geral do inimigo aos órgãos interessados;
- contra-espionagem e Polícia Militar, na zona do Exército;
- interpretação, decifração e interpretação dos despachos recolhidos ao inimigo.

2ª) Fontes de informações:

Podem relacionar-se assim:

- exploração estratégica (aérea e terrestre);
- observação e escuta;
- foto-interpretação;
- interpretação;
- decifração;
- interrogatórios de prisioneiros, desertores e pessoal civil;
- exame de documentos.

A massa de informações recolhidas pelas diversas fontes, exige considerável trabalho de depuração e controle, a fim de determinar-lhe o grau de veracidade e poder classificá-las segundo sua importância, urgência e possibilidades de utilização.

Este trabalho é de particular interesse e efetua-se com a precisão que as disponibilidades de tempo o permitam, segundo a urgência que reclamem as circunstâncias,

fazendo recolher aos órgãos interessados, com a maior exatidão possível, a situação das forças adversárias empregadas na frente do Exército.

3ª) Composição da Seção:

A composição da Seção de Informações no Exército de Espanha pode ser a seguinte, a título de sugestão:

- um Chefe de Seção (Coronel ou Tenente-Coronel de E.M.);
- dois Tenentes-Coronéis ou Majores de E.M.;
- quatro oficiais, sendo um de Artilharia e outro de Engenharia;
- um oficial para observação aérea;
- dois oficiais criptólogos;
- oito suboficiais e tropa;
- quatro suboficiais da Guarda-Civil espanhola e cinco guardas.

A organização da Seção poderia ser a seguinte:

- uma Subseção, chamada de "situação", que seria encarregada de recolher, elaborar e interpretar as informações obtidas pelas diversas fontes, mantendo em dia a situação do inimigo;
- uma Subseção chamada de interior, que seria encarregada de dirigir o serviço de contra-espionagem, e de Polícia Militar, bem como de seguir passo a passo, o espírito e a moral das tropas amigas;
- uma Subseção de criptografia e decifração, encarregada de cifrar e decifrar os despachos próprios, confeccionar as chaves e decifrar as transmissões interceptadas ao inimigo;
- uma Subseção de ligação e transmissões, que atenda à organização das ligações especiais do Serviço de Informações, às redes de transmissões correspondentes, bem como à interceptação das transmissões adversárias.

4ª) Documentos a redigir:

A Seção de Informações do Exército deve redigir os seguintes documentos: o plano de informações, a situação adversária e a folha de informações.

O plano de informações deve ser o documento em que se fixem os objetos informativos a alcançar, se repartem as missões entre os órgãos de busca, se indiquem as modalidades a seguir para alcançá-las e se estabeleçam as ligações a utilizar para a chegada rápida e oportuna das informações.

É redigido segundo as diretivas do Comandante do Exército e de acordo com a Seção de Operações. Tem excepcional importância e compreende um plano de ação amplo, que responde a critérios estratégicos e táticos, levadas em conta as necessidades operativas da Grande Unidade de que se trata.

Os objetivos de informação fixados no plano de informações devem ser precisos no tempo, no lugar e na essência, evitando-se designar objetivos vagos e pouco definidos.

No plano de informações são também fixadas as normas a observar pelos elementos postos à disposição da Seção de Informações (observatórios, postos de interceptação, etc.), assim como as disposições eventuais e demais detalhes sobre ligação e transmissões.

Em um Exército em contacto com o inimigo, os objetivos principais de informação, para o período de ataque, poderiam ser os seguintes:

- modificações no dispositivo das forças inimigas em frente à própria G.U.;
- modificações no dispositivo da Artilharia adversária;
- idem da organização defensiva inimiga;
- situação, importância e disponibilidades das reservas;
- possibilidades do serviço de reabastecimento;
- sintomas de contrapreparação inimiga.

Determinados os objetivos principais de informação, o plano deve conter os seguintes pontos:

- 1º) os objetivos de informação;
- 2º) os órgãos encarregados da busca;
- 3º) as missões respectivas;
- 4º) as modalidades de ação.

Todo o trabalho de exame e controle da Seção de Informações se concretiza na redação do documento chamado "situação adversária", dentro da periodicidade exigida pelo Comando e pelas circunstâncias.

Será dado a conhecer ao órgão informativo superior, aos órgãos imediatamente subordinados, laterais e aos elementos do Comando que necessitam servir-se do dito documento.

Este documento constitui a base de partida da atividade informativa dos órgãos inferiores, uma vez que a atividade destes últimos se desenvolve conforme a aludida situação, segundo normas que se fixem a este respeito no plano de informações.

A folha de informações é utilizada para a comunicação de informações que se transmitem aos órgãos especializados do Exército.

Com a devida vênia trataremos, em futuro próximo, de outro trabalho do Cel. Chamorro, sugestivamente intitulado "Planejamento e Solução dum Tema no S.I.C."

(Continua)

FABRICA BANGÚ
TECIDOS PERFEITOS

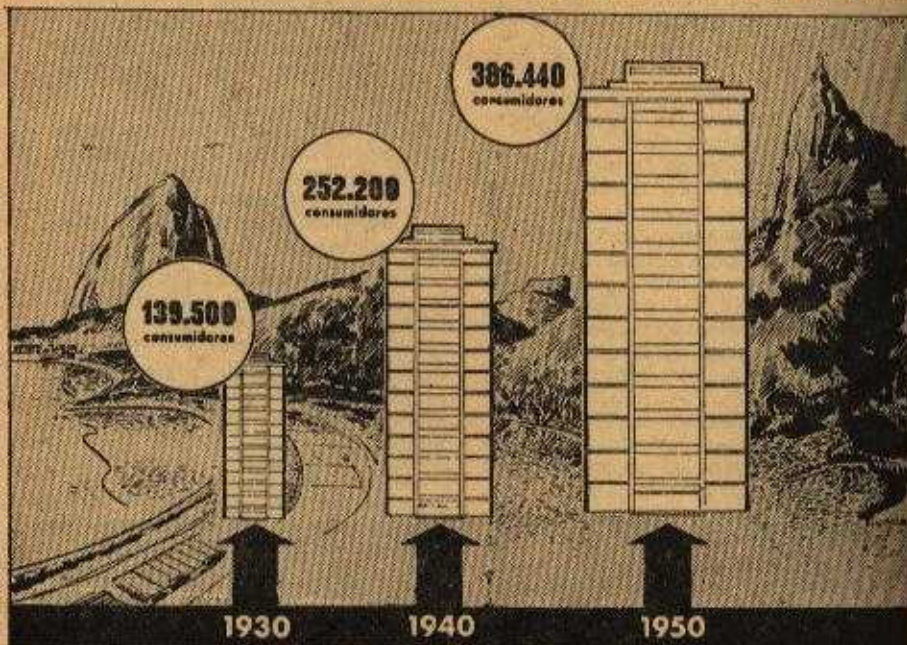
Preferidos
no
Brasil

BANGÚ

Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGÚ-INDUSTRIA BRASILEIRA

O CONSIDERÁVEL AUMENTO DO CONSUMO DE ELETRICIDADE EM 20 ANOS



O PROGRESSO VERTIGINOSO DO

Rio de Janeiro

De 1930 a 1950 o Rio de Janeiro cresceu vertiginosamente. Centenas de novas construções ergueram-se sob os céus cariocas, enquanto seu parque industrial teve idêntico desenvolvimento. Esse progresso, como era de esperar, ocasionou um grande aumento no consumo de eletricidade.

Já, então, prevendo a necessidade de aumentar o fornecimento de energia elétrica para a Capital da República, a Light, no decorrer destes últimos anos, levou a efeito a instalação de 4 grupos geradores em suas Usinas com uma capacidade total de 194.000 cavalos. Planejou e iniciou as gigantescas obras em Santa Cecília, para desviar parte das águas do rio Paraíba elevando-as num total de 45 metros de altura por meio de bombas e conduzindo-as

através de túneis e canais numa extensão de 25 kms., aproximadamente, para a Usina de Fontes.

Essas obras, em virtude das operações financeiras, estiveram paralisadas e a prolongada estiagem verificada no ano passado, a qual ocasionou a queda do nível das águas armazenadas em Lajes, ameaçou uma séria crise na produção de eletricidade para esta Capital. Agora, as obras prosseguem num ritmo acelerado, embora o reservatório ainda esteja desfalcado de, aproximadamente, 50% da sua capacidade, e, assim, para evitar que a situação se agrave, é preciso que todos economizem eletricidade, obedecendo às disposições do racionamento e gastando, se possível, menos do que a quota que lhes foi atribuída.



ECONOMIZAR ELETRICIDADE AGORA É COOPERAR

PARA O PROGRESSO DA CIDADE NO FUTURO

I — AS

As minas
têm um
não deve se
prêgo per
e, frequen
prêsa.

II — EMP

A)

A intercep
nas, de um
perdas de
elevadas qu
rentes tipos
rado como
no sistema
ções modern

B)

A eficiência
sentir tanto
manentes co
e nos campos

C) Lm

As linhas M
pregaram m
impedir a
obras.

Na Muralh
fortificações
África e no
do Leste da E
sempre empre
cala.

MINAS TERRESTRES

CONSTANTIN VON GROMANN
(ex-Major do Exército Alemão)

Traduzido e adaptado da Revista do Círculo Militar Argentino, de outubro de 1948, pelo Major CÉSAR NEVES

I — AS MINAS COMO MEIO DE COMBATE

As minas, de qualquer tipo, constituem um meio de combate que não deve ser desprezado. Seu emprego permite economizar forças e, freqüentemente, evitar a surpresa.

II — EMPREGO DAS MINAS NAS FORTIFICAÇÕES

A) Intercepção

A intercepção por meio de minas, de um modo geral, provoca perdas de pessoal e material tão elevadas que a utilização dos diferentes tipos de minas já é considerado como um meio indispensável no sistema defensivo das fortificações modernas.

B) Eficiência

A eficiência das minas se faz sentir tanto nas fortificações permanentes como nas de campanha e nos campos de combate.

C) Linhas fortificadas

As linhas Maginot e Sigfried empregaram milhões de minas para impedir a penetração em suas obras.

Na Muralha do Atlântico, nas fortificações de campanha na África e no Teatro de Operações do Leste da Europa, as minas foram sempre empregadas em larga escala.

As perdas de pessoal e material provocadas pelas minas, podem ser de tal maneira elevadas que, muitas vezes, chegam a afetar os objetivos táticos e até mesmo estratégicos do adversário.

III — PRINCÍPIO DE EMPREGO

Da mesma maneira que os outros obstáculos, também para a intercepção por meio de minas rege o princípio de que elas somente representam um obstáculo eficiente quando disposta no terreno de modo que possam ser batidas por fogos observados. Fora disso deverão ser apenas consideradas como um obstáculo que proporciona surpresas desagradáveis e inquietantes ao inimigo; no entanto não poderão impedir, por muito tempo, o seu ultrapassamento ou destruição.

IV — MÉTODO DE EMPREGO

A) Barreira rápida

O método de colocar minas sobre o solo, sem enterrá-las, denomina-se comumente Barreira Rápida; empregada, com eficácia, contra blindados, sempre que for batida por fogos observados, para impedir assim sua remoção pelo inimigo.

B) Minas enterradas

Em princípio as minas devem ser empregadas contra veículos de toda classe, enterradas e disfarçadas.

1 — Camuflagem — a camada de terra colocada sobre a mina não

deve exceder de 5 cm de espessura. (Fig. 1).

2 — As paredes laterais da cavidade onde for colocada a mina devem ter inclinação suficiente para evitar que a roda passe por ela sem tocar na mina.

3 — De acordo com a experiência que obtive, a camada de terra para a camuflagem das minas não deve ser menor do que 3 cm de espessura, a não ser em casos muito especiais.

V — FUNCIONAMENTO DA ESTOPILHA

A) Determinação da pressão

A pressão necessária para fazer acionar a estopilha é muito variável e dependerá em grande parte da finalidade do emprego da mina.

Naturalmente a finalidade que se deseja obter para uma interceptação contra blindados, não poderá

ser obtida se as minas empregadas entrarem em ação a simples passagem de uma motocicleta ou de um "Jeep" (Fig. 2).

A fim de evitar o funcionamento das minas anticarro, pela passagem apenas de elementos a pé ou de aminais, quase todos os Exércitos empregam atualmente estopilhas que funcionam sob uma pressão concentrada da ordem de 150 a 200 kg.

B) "Mina-Caixa"

É um tipo de mina muito engenhoso, empregada pelos russos a qual pode entrar em funcionamento de duas maneiras:

1 — Sob a pressão exercida pelo peso de um homem (cerca de 70 kg), quando a pressão se exercer sobre a borda da tampa;

2 — Pela pressão exercida por um veículo (da ordem de 500 kg)

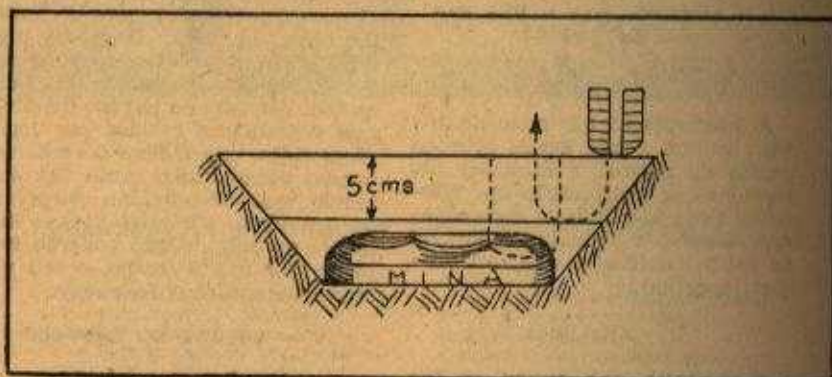


Fig. 1

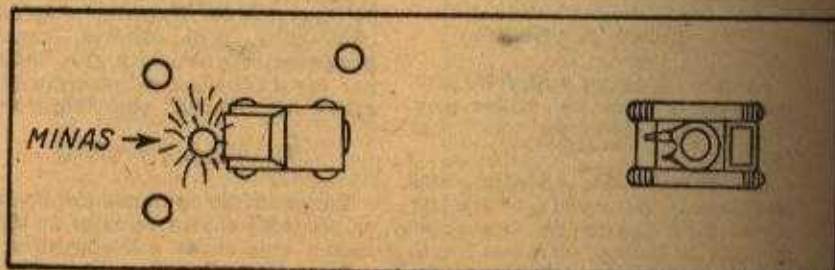


Fig. 2

diretamen
deira.

Sempre
a "mina-
veículos o
tes, o me
para a pr

VI — L

As min
no ferren

A)

Nestê c
das no te
plano espe
campos de
dados tira
bras.

B)

Conform
as minas
reco, sem
e sem ord
dante da t
postas no
iniciativa
como fina
casos, a de

Embora
cia tática,
produzido,
êxito loca

VII — C

A) Ide
de min

A fim de
possam re
existência
nas, cada u
cado por r
sentado em

B)

Os falsos
minas quan
migo, surten
resultados,
colocação
inimigo a p
e, portanto,
mentos.

diretamente sobre a tampa de madeira.

Sempre que se desejar empregar a "mina-caixão" somente contra veículos é necessário desligar, antes, o mecanismo de funcionamento para a pressão de 70 kg.

VI — DISPOSIÇÃO DAS MINAS NO TERRENO

As minas podem ser colocadas no terreno de duas maneiras:

A) Campos de minas

Neste caso as minas são colocadas no terreno de acordo com um plano especial para a instalação de campos de minas, estabelecidos com dados tirados do Plano de Manobras.

B) Minas disseminadas

Conforme a palavra está dizendo as minas são disseminadas no terreno, sem atender a plano algum e sem ordens especiais do Comandante da tropa. As minas são dispostas no terreno de acordo com a iniciativa dos subalternos, tendo como finalidade, na maioria dos casos, a defesa imediata.

Embora destituído de importância tática, este procedimento tem produzido, em diversas ocasiões, êxitos locais surpreendentes.

VII — CROQUIS DOS CAMPOS DE MINAS

A) Identificação dos campos de minas das tropas amigas

A fim de que as próprias tropas possam reconhecer no terreno a existência de seus campos de minas, cada um deles deve ser marcado por meio de sinais e representado em croquis especiais.

B) Falsos croquis

Os falsos croquis de campos de minas quando cai em mãos do inimigo, surtem, por vezes, excelentes resultados, sem a necessidade de colocação de minas, obrigando o inimigo a proceder com prudência e, portanto, retardando seus movimentos.

VIII — FORMAS DE COLOCAR AS MINAS NO TERRENO

Há várias formas de dispor as minas no terreno, porém, as mais comuns são:

A) Tabuleiro de Xadrez

É a forma mais conhecida. A colocação das minas por esta forma assegura uma probabilidade de 100 % de um veículo tocar em uma das minas, seja qual for o modo porque se descoloque (Fig. 3).

B) Em forma de V

Colocado em sentido normal ao eixo da estrada ou da direção de marcha (Fig. 4).

IX — CUIDADOS ESPECIAIS QUANTO A COLOCAÇÃO DAS MINAS

A) Evitar o desbordamento

Ao colocar as minas no terreno, barrando uma determinada estrada, é preciso ter o cuidado de que as minas sejam colocadas em todas as partes, onde o inimigo possa desviar-se da estrada, impedindo assim o desbordamento do obstáculo (Fig. 5).

B) Proteção

A instalação das minas no terreno deve ser levada a efeito, além das zonas indicadas pelas considerações de ordem técnica, também nos lugares onde, de acordo com as conclusões obtidas do estudo do terreno, seja possível um ataque de blindados inimigos.

X — ESPÉCIES DE MINAS

Quanto ao seu emprego, distinguem-se duas espécies de minas:

As minas anticarro (AC) e as minas antipessoal (AP).

A) Minas anticarro (AC)

As minas anticarro mais conhecidas são:

1 — "Mina disco" — Alemã, que contém 5 kg de explosivos dentro de uma lata chata e de forma redonda (Fig. 6).

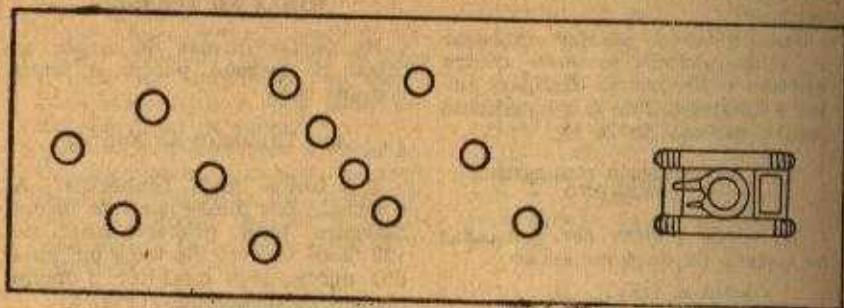


Fig. 3

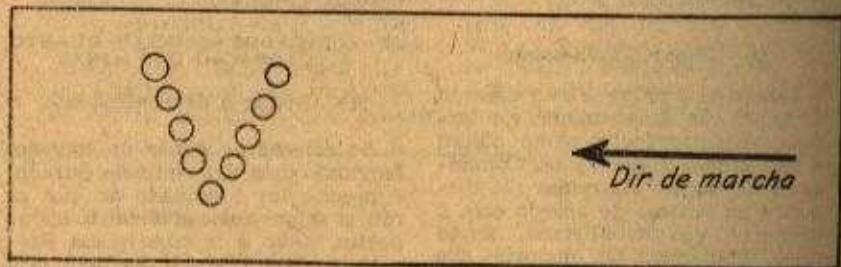


Fig. 4

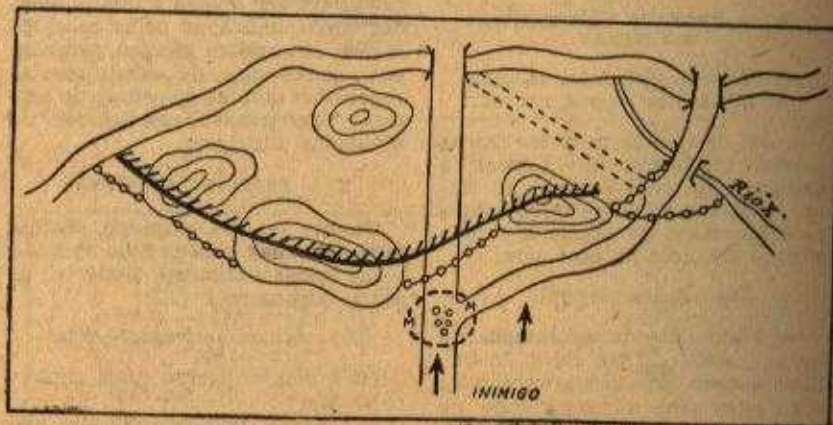
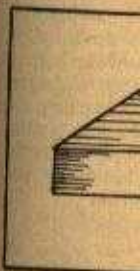


Fig. 5

2 — "Mina
Russa, fabricada
tendo 3 kg



3 — "Mina
cuja forma
uma lata cilíndrica
de 1 kg, tendo
1 kg de explosivo"



4 — Conclusão
minas a que
de emprego
"mina disco"

2 — "Mina quadrangular" — Russa, fabricada de latão fino, contendo 3 kg de explosivos (Fig. 7).

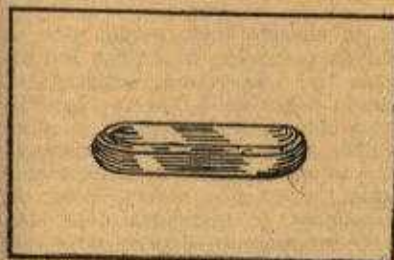


Fig. 6

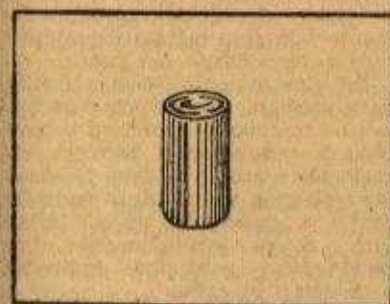


Fig. 7

3 — "Mina antitanque" — Inglêsa, cuja forma é parecida com a de uma lata cilíndrica, de conservas, de 1 kg, tendo em seu interior 1 kg de explosivos (Fig. 8).

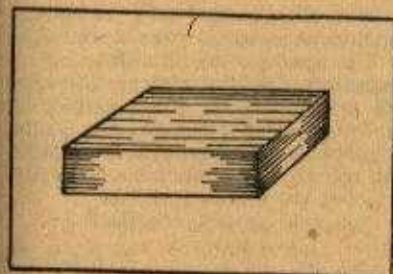


Fig. 8

4 — Conclusão — De todas essas minas a que oferece possibilidades de emprego mais vantajoso é a "mina disco" — alemã, de 5 kg,

podendo um homem transportar, facilmente, quatro dessas minas, dentro de um dispositivo especial de transporte.

A quantidade de explosivo, que contém este tipo de mina, é suficiente para destruir a mais resistente lagarta, de qualquer tipo de viatura, atualmente em uso.

Para se obter um efeito destruidor maior, colocam-se duas minas, uma sobre a outra, armando-se somente a de cima, que ao entrar em funcionamento aciona a de baixo por transmissão da onda explosiva.

XI — TENDENCIAS DOS BLINDADOS MODERNOS

A) Aumento de espessura de blindagem

O espessamento das blindagens é uma consequência lógica do aumento da capacidade de perfuração das granadas dos canhões anti-carros.

B) Maior tonelagem

O aumento de espessura das chapas de blindagem acarretou o aumento de peso do tanque.

C) Maior largura das lagartas

O aumento da largura das lagartas tem em vista:

1 — Facilitar o deslocamento através campo, especialmente nas regiões pantanosas e nos solos arenosos.

2 — Suportar melhor a maior tonelagem, devido ao espessamento das blindagens.

No início da guerra passada os tanques alemães dispunham de lagartas com as seguintes dimensões:

MARK III — 0,42 m

MARK IV — 0,28 m

Os russos apresentavam o tanque "T. 34" (considerado um dos melhores blindados de sua classe) com lagartas de 60 a 80 centímetros de largura.

XII — MINAS MAGNÉTICAS

A) Emprego

A mina magnética não precisa ser enterrada, basta ser colocada sobre o solo e camuflada, com a passagem do blindado até a distância de um metro, ela é atraída magneticamente e salta de encontro ao tanque.

Igualmente presta-se ao lançamento, podendo ser arremessada por uma só pessoa; dado o seu caráter magnético, ela adere às paredes do tanque e explode.

B) Características

1 — **Pêso** — Tendo em vista suas condições de emprego, seja por atração de força magnética ou arremesso e aderência magnética ao blindado, o seu pêso não deve ser excessivo.

2 — **Carga** — A fim de proporcionar a uma carga explosiva, tão pequena, a máxima força de penetração, o explosivo foi disposto de modo que os efeitos se concentrem em um só ponto.

3 — **Princípio de funcionamento** — O princípio de funcionamento corresponde, aproximadamente, ao da potência de ignição de um espelho côncavo, que concentra a força dos raios solares sobre um mesmo ponto, produzindo temperaturas extraordinariamente elevadas.

C) Defesa contraminas magnéticas

Têm-se obtido bons resultados na defesa contraminas desta classe, empregando-se diversas camadas isolantes antimagnéticas.

D) Tomada do Forte "Ebenmael"

Na tomada, por assalto, do célebre Forte Ebenmael, a conhecida obra fortificada 501, as minas magnéticas foram empregadas em grande quantidade, obtendo-se pleno êxito.

XIII — DETEÇÃO E LIMPEZA DE CAMPOS MINADOS

A) Aparelhos de detecção

As consideráveis perdas que as minas causaram às tropas induziram os Exércitos beligerantes, desde o fim da I Guerra Mundial, a adotarem instrumentos e aparelhos para a detecção e remoção das minas, os quais até o momento atual, ainda não correspondem às condições de eficiência desejadas.

O instrumento detetor de minas mais simples é o chamado pelos alemães de "ferro busca minas", constituído, apenas, por um pedaço de arame de aço de aproximadamente 1 m (um metro) de comprimento, terminando em ponta.

Este instrumento serve, somente, para assinalar a existência de minas no terreno. O mineiro incumbido de vasculhar o terreno, vai cravando o arame no solo, polegada por polegada, e, no lugar onde ele sentir a batida em algum objeto duro, coloca imediatamente uma bandeirinha vermelha indicando a presença de mina.

Os demais elementos da equipe, que trabalham na remoção das minas, cavam, com cuidado, em torno de cada bandeirinha vermelha para desenterrar as prováveis minas.

Este sistema, apesar de simples, tem seus inconvenientes:

1°. Só apresenta probabilidades de êxito em terreno mole;

2°. O pessoal fica completamente exposto ao fogo do inimigo.

Um aperfeiçoamento deste instrumento é o detetor elétrico Siemens, de origem alemã, que funciona em acordo com o princípio do radar, indicando ao operador a presença de minas metálicas, através de variações de ondas sonoras.

Detetor elétrico "Siemens" — Este instrumento é composto de fones, de um equipamento elétrico em forma de mochila e de um detetor que é movimentado, por um operador, na superfície do solo, alternadamente para a direita e esquerda, como se fosse um aspirador de pó, sem, contudo, chegar a tocar o chão.

O fu-
trico, s-
uniform-
rador,
sença
tando a
do se

Na-
que en-
empreg-
cípio de
para lo-
feridos
pelos a-

O de-
tão per-
importa-
minas,
dado cu-
com inv-
ou ma-
como é
portant-
mina.

Apres-
veniente
metálica
seu rai-
do dete-
operado
também
ao fogo

XIV —
DES-
NAD

1 —

Quanc-
área do
muitas
caso de
em rede
grande
redes an-
prévio o

2 —

A rede
por uma
rastilho
estende
como can-
Acende
extremid-
malhas fo

O funcionamento do detetor elétrico se faz emitindo um zumbido uniforme, audível nos fones do operador, que se altera com a presença de um objeto metálico, voltando à sonoridade uniforme quando se afasta do corpo de metal.

Nas salas de operações, se bem que em menor escala, também se empregou, durante a guerra, o princípio de funcionamento de aparelho, para localizar no corpo de alguns feridos as esquilas ocasionadas pelos arrebentamentos de granadas.

O detetor Siemens, de construção tão perfeita, teria representado um importante progresso na detecção de minas, se não tivesse ele mesmo dado causa à fabricação de minas com invólucro de "bakelite", vidro ou madeira, em presença do que, como é natural, não reage deixando, portanto, de acusar a presença da mina.

Apresenta, no entanto, um inconveniente: todo cartucho ou peça metálica, que se achar dentro de seu raio de ação, dá causa à reação do detetor, desorientando assim o operador; além da desvantagem de também expor o pessoal da detecção ao fogo do adversário.

XIV — ACIONAMENTO PRÉVIO OU DESTRUIÇÃO DOS CAMPOS MINADOS DO INIMIGO

A) Rede antimina

1 — Indicação de emprego:

Quando em uma determinada área do terreno são descobertas muitas minas, especialmente no caso de serem as mesmas grupadas em redes, faixas ou campos é de grande vantagem o emprego das redes antiminas para o acionamento prévio ou destruição das minas.

2 — Modo de funcionamento:

A rede antiminas é constituída por uma rede de malha aberta, de rastilho de queima rápida, que se estende sobre o terreno, assinalado como campo minado.

Acende-se a rede em uma das extremidades e a medida que as malhas forem explodindo, vão acio-

nando as minas que estiverem próximas, por transmissão da onda explosiva.

XV — PROTEÇÃO DAS TROPAS MOTOMECANIZADAS CONTRA A AÇÃO DAS MINAS

A) Projetos de equipamentos detetores

Várias tentativas foram feitas, no decurso da última guerra, no sentido de dotar as tropas motomecanizadas de instrumentos de detecção e destruição de minas.

Os projetos organizados baseavam-se no seguinte:

1 — O equipamento de destruição, autopropulsado, devia provocar a explosão das minas por efeito de seu enorme peso, sem ser afetado em seu funcionamento, permanecendo, portanto, intacto.

Um equipamento de ensaio, foi construído antes da II Guerra Mundial, pelo conhecido Aldett, de Berlim, satisfazendo ao objetivo proposto, porém seu peso de 80 toneladas, foi considerado excessivo e em consequência o seu emprego foi desprezado.

2 — O equipamento devia ser ajustado ou instalado no interior blindado.

Os franceses e os russos procuraram sempre acionar as minas, adaptando na frente da viatura um rôlo ou então discos pesados colocados um ao lado do outro que eram empurrados pelo blindado. É lógico que qualquer dobra do terreno, sanga córrego e até mesmo uma simples cratera de bomba ou tóco de árvore era para eles um obstáculo.

Tais equipamentos só podiam, portanto, ser empregados sobre caminhos firmes, por consequência depois das primeiras explosões sofriam torções e travamentos.

Não tendo sido estes equipamentos organizados em condições de girar sobre uma só roda, nem de descrever uma curva fechada, tornaram-se inadequados para serem empregados, com eficiência, em campanha.

Os ingleses, por ocasião do desembarque em Dieppe, empregaram um equipamento semelhante ao arado, ajustado a uma armação rígida colocada na parte anterior do tanque. Naturalmente, um equipamento desta natureza só pode ser empregado em terreno arenoso, sendo impróprio para qualquer terreno.

No campo de treinamento de tropas em Kummesdorf (arredores de Berlim) e nos arquivos secretos do Departamento de Experiência de Armamento do Alto Comando do Exército Alemão, foi possível o estudo minucioso de quase todos os tipos de equipamentos de proteção contraminas, conhecidos até então, não só empregados no Exército do Reich como nos demais Exércitos beligerantes, determinando as deficiências de cada tipo.

3 — Para o acionamento prévio das minas foi proposto o emprego de grandes macêtes ou marteletes, movidos de modo semelhante aos dos rolos compressores usados na construção de estradas. Esta idéia devido a sua impraticabilidade, foi também desprezada.

B) Os rolos em cadeia, empregados, recentemente, pelos ingleses e americanos, eram constituídos por meio de cadeias pesadas acionadas por um mecanismo especial que socavavam o solo, na frente da viatura, com força extraordinária, provocando, assim, a explosão das minas.

Este equipamento, considerado como uma das armas mais modernas do seu tipo, já havia sido examinado, pormenorizadamente, pelo Alto Comando Alemão, antes do início da última grande guerra, tendo sido considerado ineficiente.

C) Na fase final da II Guerra Mundial, o alto Comando alemão desenvolveu o mais moderno e eficiente equipamento de proteção contraminas. Tal sistema era constituído de rolos vasios que para passar em áreas minadas eram encheidos com areia ou terra, que passavam a ser tracionados na frente da viatura. Infelizmente, este equipamento não pôde ser empregado por causa da terminação da guerra.

Suas possibilidades de emprego bem como a sua eficiência foram constatadas por ocasião de sua utilização nas operações na frente de Narwa, com as tropas do General Conde Strachwitz, Comandante das forças blindadas, e certamente podem ser considerados como superiores a qualquer outro equipamento deste tipo existente no mundo.

Naturalmente este equipamento possui, também, suas deficiências, porém, estas se resumem, no momento, apenas, na sua ineficiência com relação as minas dotadas de estopilhas com retardo. Certamente, o inconveniente assinalado não é de tal monta que não possa ser sanado de maneira cabal. A este respeito é oportuno declarar que o Departamento de Experiências de Armamento do Alto Comando Alemão, realizou algumas tentativas neste sentido.

Nas paredes externas do tanque, foram colocados tubos de 4 metros de comprimento, três do lado direito e três do lado esquerdo os quais eram lançados, sucessivamente, no solo na posição correspondente à passagem das lagartas. Continham, tais tubos, um explosivo, que apresentava segurança contra os choques, não funcionando em percussão, e, só explodindo sob a ação de um sistema especial de ignição. Uma vez em funcionamento os cilindros faziam explodir, por transmissão da onda de explosão, todas as minas que se achassem próximas.

Destarte o mencionado equipamento proporciona uma área livre de minas, da largura da via do tanque e numa extensão de 12 metros, permitindo assim a viatura manobrar com segurança.

XVI — CONCLUSÃO

Terminado o II Conflito Mundial, reunidas as observações dos diversos Teatros de Operações uma conclusão pode ser feita no que tange à guerra de minas é que: apesar de todas as medidas de proteção tomadas e das invenções mais ou menos eficazes realizadas no do-

mínio das minas, esta arma tratada simplesmente, por berias e tanques de guerra causados a...

Por exemplo, asseverar a ação da anticarro,

Em re...
noso o Bur...
utilizasse t...
de combust...
membé, em...
por tonelad...
depósitos e...

No Val...
que se este...
desde muit...
é o xisto su...
tagem de ó...
Neste apro...
dade de pa...

No mor...
quelas rese...
nhado na t...
função do...
e lubrifican...
cional do P...

Numa c...
de propried...
cluídos estu...
porções.

Nada m...
de xisto ole...
são, sem dú...

Não obs...
agido com u...
fonte de sim...
micos compe...
sentido pois

mínio da detecção e destruição das minas, estas continuam a ser uma arma traiçoeira e perigosa, precisamente, porque sempre são descobertas e tem então início os trabalhos de detecção, depois de haver causado as primeiras vítimas.

Por experiência própria posso asseverar que: muito mais do que a ação da artilharia e das armas, anticarro, as tripulações dos blindados temem, com muita razão a

mina disfarçada e traiçoeira.

Contra o fogo dos canhões pode-se opor uma couraça resistente. Contra as armas anticarro, uma Infantaria Blindada é capaz de agir eficientemente e dar ao tanque o apoio necessário, mas contra a mina ainda não há, até hoje, um talismã que sirva para livrar o tanque de pisar u'a mina.

XISTO IGUAL A PETRÓLEO

Em recentes estudos sobre as reservas brasileiras de xisto betuminoso o Bureau de Minas dos Estados Unidos sugeriu que o nosso país as utilizasse tendo em vista uma pronta solução para o problema da escassez de combustíveis líquidos. Segundo análises já procedidas o xisto de Tremembé, em São Paulo, acusa um teor de óleo equivalente a 36,1/2 galões por tonelada, percentagem esta superior à mais alta já verificada nos depósitos existentes na Califórnia.

No Vale do Paraíba, onde estão localizados os depósitos de Tremembé, que se estendem deste município paulista ao vizinho de Taubaté, já existe desde muito um aproveitamento primário do xisto. Extraído e britado é o xisto submetido a um processo de destilação, dando elevada percentagem de óleo cru utilizado na movimentação de importantes indústrias. Neste aproveitamento primário é obtida também considerável quantidade de parafina.

No momento, caminhamos para um aproveitamento mais racional daquelas reservas. Um importante grupo financeiro paulista está empenhado na tarefa de instalação de uma moderna usina de destilação e refinação do xisto para produção de gasolina, querosene, óleos combustíveis e lubrificantes. Os planos, já devidamente aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo, estão ao que parece, em execução nos Estados.

Numa outra região paulista está funcionando uma pequena destilatória de propriedade de uma outra organização brasileira, enquanto são concluídos estudos para a instalação de um equipamento de maiores proporções.

Nada menos de dez Estados brasileiros contam com grandes reservas de xisto oleífero, mas ao lado das reservas paulistas as mais importantes são, sem dúvida, as de Maraú, na Bahia.

Não obstante a grande luta pelo combustível líquido no Brasil, temos agido com uma certa displicência no tocante ao aproveitamento de uma fonte de simples aproveitamento e capaz de oferecer resultados econômicos compensadores. Os europeus têm uma grande experiência neste sentido pois consomem grandes quantidades de gasolina de xisto.

"O Jornal" de 2 de abril de 1950.

POLÍTICA MONETÁRIA

Padrão-ouro e papel-moeda: "O padrão-ouro assegura à moeda um valor relativamente constante", porque o valor da moeda corresponde ao do ouro.

"O padrão-ouro funciona quase automaticamente", porque os movimentos do metal, de um país para outro tendem a sanar os desequilíbrios das balanças de pagamento, isto é, dependem do balanço entre a importação e a exportação.

"O padrão-ouro garante a estabilidade dos câmbios", porque o preço do ouro é estável ou correspondente ao volume de entrada e saída do metal, mas isto à custa da variação dos preços no custo das mercadorias no mercado interno, isto é, de sucessivas, ou automáticas, inflações e deflações.

"No padrão-ouro o nível dos preços ajusta-se ao poder de compra do metal amarelo e como este se conserva relativamente constante, também aquêle conhece variações restritas; no papel-moeda pelo contrário, o nível dos preços encontra-se desligado do poder de compra de qualquer mercadoria e é susceptível, portanto, de variações ilimitadas."

Dai decorre que o papel-moeda "dá margem ao arbítrio dos homens, permitindo inflações demesuradas, enquanto que o padrão-ouro refreia a ação dos Bancos emissores, consentindo apenas inflações relativamente diminutas".

As características do papel-moeda são:

— "a circulação depende da política adotada pelo Governo e por ele imposta ao Banco emissor;

— é um sistema de moeda dirigida;

— é um sistema capaz de equilíbrio automático da balança de pagamentos, mas à custa da variação dos câmbios;

— é um sistema que consente a estabilidade dos câmbios, mas com sacrifício do comércio internacional;

— nem o Banco nem o Governo tem diretamente presa alguma sobre a velocidade de circulação da moeda."

Do cotejo dos dois sistemas resulta:

"Sob o ponto de vista do comércio internacional, parece fora de dúvida que a balança pende decisivamente a favor do padrão-ouro."

"O papel-moeda para nos dar a estabilidade dos câmbios, tem de proceder ao equilíbrio dirigido da balança de pagamentos, através do licenciamento das importações e dos entraves à saída dos capitais."

"O papel-moeda oferece-nos a manobrabilidade: pode ser livremente adaptado às circunstâncias"; "permite uma política independente, tanto em matéria de câmbios como de preços internos."

Mas, "permitir uma política qualquer não é o mesmo que realizá-la"; e "realizar uma política qualquer não é o mesmo que realizar a melhor política" o que depende dos homens que governam "sempre susceptíveis de erros e centros de interesses". "Com uma agravante: quem manobra a moeda é o Governo, mas quem paga as despesas da sua política ou das suas faltas é o público, somos nós..."

Todavia "como os povos, decerto, hão de continuar a preferir, ao livre desenvolvimento das forças económicas, o seu domínio sobre elas, também o padrão-ouro não terá lugar no mundo de amanhã".

O pior inconveniente do papel-moeda é depender da moralidade dos homens que governam, muitos dos quais não trepidam em lançar o papel nas garras da inflação, só por demagogia, toleima ou negociismo.

(Extratos de "Introdução ao Estudo da Moeda", de José Joaquim Teixeira Ribeiro, Professor em Coimbra.)

J.B.M.

Os E
mecani
tupendo
nico, es
levou s
de mec
mentos
Todos
automóv
coisa de
lamente
pos de l
desempe
laria sen
círculos
papel.
Pósto
infantari
a cavale
muitos
conceito
conhecer
básica.
sucesso
blico am
as operac
sido desp
pela util
pela falta
cito dos
turas, im
hacuna qu
dicap" op
tros de g
A Cava
foi freqü
municados
tais comu
unidades
de reconh
Teatro Eu
Cavalaria
Pacífico.

(1) O

COMBINADO CAVALARIA-BLINDADOS

Tradução do "The Cavalry Journal", n. 2, de 1945, pelo Major LAFAYETTE DE BRITO, da D.A.

Os Estados Unidos é a nação da mecanização no mundo. Seu estupendo desenvolvimento mecânico, especialmente nos transportes, levou seu povo a sentir em termos de mecânica o problema dos movimentos militares (1).

Todos sabem como dirigir um automóvel e quase todos alguma coisa de sua manutenção. Paralelamente a esta tendência, nos campos de batalha, as forças blindadas desempenharam o papel da cavalaria sendo consideradas em muitos círculos como adequadas para este papel.

Pôsto que no início da guerra, a infantaria, e de modo semelhante a cavalaria, tenha se afigurado a muitos como obsoleta, hoje este conceito foi retificado para se reconhecer a infantaria como arma básica. A despeito do prodigioso sucesso da Cavalaria russa, o público americano continua olvidando as operações desta arma, não tendo sido despertado o seu interesse, seja pela utilidade da Cavalaria, seja pela falta que venha a ter o Exército dos EE.UU. nas guerras futuras, impondo sacrifícios e uma lacuna que pode vir a ser um "handicap" operacional em alguns teatros de guerra.

A Cavalaria nesta última guerra foi frequentemente citada em comunicados de várias frentes. Mas tais comunicados se referiam às unidades mecanizadas da Cavalaria de reconhecimento que atuaram no Teatro Europeu ou à 1ª Divisão de Cavalaria que operou no Teatro do Pacífico.

Esta Divisão, parcialmente blindada e parcialmente motorizada, agiu como uma Divisão de Infantaria de tipo especial, cumprindo missão da Cavalaria e Infantaria. Como tal se tornou famosa. Entretanto todas suas unidades conservaram a rapidez e os princípios de ação da Cavalaria.

As notas presentes visam, entretanto, ressaltar o valor da cavalaria a cavalo, do combinado Cavalaria a cavalo-Cavalaria Mecanizada e o emprego da Cavalaria a Cavalo com forças blindadas.

Nesta guerra os exemplos positivos do valor da Cavalaria a Cavalo foram estabelecidos nos surpreendentes sucessos da Cavalaria russa.

Pôsto isto, pergunta-se: Não deveria a Cavalaria a Cavalo ter sido útil para o Exército dos Estados Unidos?

Quem quer que suponha o que seria dado à Cavalaria realizar se empregada nesta oportunidade, certamente seria levado a conjecturar, baseado nos estudos das diferentes campanhas e conhecimento das possibilidades da Cavalaria moderna, o que dela se poderia esperar, com seus cavalos, com seus veículos motorizados, blindados ou não, com seus cargueiros, com o apoio de suas metralhadoras, bazucas, morteiros de 80 mm, e com sua grande mobilidade em qualquer terreno. Dos relatos de várias fontes, obtidos através da imprensa, relatórios, comunicados, cartas e conversações com oficiais que regressaram de vários campos

(1) O grifo é do tradutor.

de batalha, conclui-se que houve oportunidade para o pleno emprego da Cavalaria. Estas oportunidades não somente ocorreram, mas a falta da Cavalaria se fez sentir de modo crucial. A ausência da Cavalaria acarretou perda de pessoal e tempo e impediu o coroamento dos esforços.

Em notas publicadas anteriormente em *The Cavalry Journal* — foi ressaltado que as unidades de Cavalaria Mecanizadas de reconhecimento — por mais úteis e bem sucedidas que tenham sido — poderiam ter tido mais êxito com menores perdas se fossem empregadas com os Regimentos de Cavalaria a Cavallo ou por eles apoiadas. Outrossim ficou estabelecido que a Cavalaria a Cavallo quando empregada em combinação com forças blindadas daria resultados muito melhores, em todas as ações de Cavalaria — ofensivas ou defensivas, que as forças blindadas quando empregadas isoladamente.

A importância das ações retardadoras foi ilustrada particularmente, nesta guerra, no "Bolsão Belga", em que por certo tempo pareceu impossível resistir ao ou retardar o rápido deslocamento das colunas alemãs. As tropas que se esforçaram por combater em ação de retardamento a tais colunas, foram rapidamente envolvidas, isoladas e tiveram que se render. Não havia tempo para levar outras tropas para deter a progressão das colunas alemãs e limitar a sua penetração em nossas linhas. Deste modo, criou-se uma situação perigosa e alarmante.

Um Corpo de Cavalaria por Exército ou alguns corpos na reserva geral, dotados fartamente de bazucas e morteiros de 80 mm, tanto quanto de outras armas, teriam evitado pelo seu emprego em ações retardadoras o envolvimento completo e a derrota de muitas unidades de nosso Exército que ficaram inteiramente sacrificadas.

Não existe tropa em condições de substituir bem a Cavalaria em ações retardadoras e na perseguição.

Unidades de Cavalaria a Cavallo empregadas em combinação com tropas blindadas seriam de valor inestimável. Teriam dado o tempo necessário ao comando para deslocar forças capazes de deter e limitar o ataque das colunas alemãs. Posteriormente quando fosse possível organizar o nosso contra-ataque, estes corpos de Cavalaria habilitariam nossos Exércitos a repellar com perdas elevadas os alemães. Se assim fosse, nossas tropas blindadas e motorizadas seriam melhor empregadas sobre as estradas ao em vez de em movimentos através campo que limitam bastante sua velocidade. Deste modo as tropas alemãs que foram repelidas não seriam capazes de escapar e teriam sido batidas.

Tropas que, sem oposição, se deslocam pelas estradas, podem facilmente aprofundar seus movimentos, como se deu no caso da França após a ruptura da Normandia. Entretanto quando existe oposição só a manobra através campo pode vencer as resistências e ameaçar de destruição importantes forças oponentes. Na maior parte dos casos há mais terreno impraticável para os tanques e tropas motorizadas se deslocarem rapidamente.

Quando em movimento por estradas a Infantaria e as forças blindadas se deslocam com maior rapidez do que a Cavalaria a Cavallo. Mas se a Cavalaria é mantida razoavelmente cerrada sobre a frente de contacto, pode ser empregada quando necessário e progredir do mesmo modo que as tropas blindadas sob as mesmas circunstâncias. Ela então será indicada para os movimentos em terreno variado.

Na primeira parte da Campanha da Itália a Cavalaria teria sido uma arma extremamente vantajosa, e mais tarde, na perseguição dos alemães na cabeça de praia de Anzio para o Arno a necessidade de Cavalaria foi quase trágica.

Os seguintes detalhes concernentes a esta operação são particularmente significativos:

O ataque do mês de maio danificou seriamente as forças alemãs

que so-
pessoal
evidente
desagrega-
as medi-
tiam me-
claro.
madas
tras uni-
precipita-
tazia con-
porque
dirigidas
quadro
assim:
fatigados
perlotado
linhas e
muitos
enfermos
intactas.
abandon-
juziam a
As estrad-
achavam
Capturam
instruções
Florença
detalhes
quadro de
desastre
havia ain-

Meu in-
sua opini-
laria de
de conco-
completa
Nosso Ex-
Passo do
duzida, S-
quem as u-
Cavallo no
brado o
capturados

Da cabe-
a distância
o terreno
é acidentado
onde é mo-
gião é bem
reno varia-
bons pont-
tem campe-
por sebes o
que não se
pedir a mo-
Cavallo,
Nossa 1ª
lançada n-

que sofreram pesadas perdas em pessoal e material. Havia indícios evidentes e variados de confusão e desagregação. Eles desprezavam as medidas de segurança; transmitiam mensagens pelo rádio em texto claro. Havia muitas unidades formadas com os remanescentes de outras unidades e que foram reunidos precipitadamente. A progressão se fazia com amplitude, sem oposição, porque tais tropas se acharam mal dirigidas. Muitos civis pintaram o quadro da retirada sobre Roma assim: observamos homens muito fatigados, sujos, em caminhões superlotados, em muares, cartas italianas espalhadas por toda parte, muitos extraviados a pé. Apreendemos muitas baterias antiaéreas intactas. Havia muitos veículos abandonados e alguns em chamas jaziam atravancando os caminhos. As estradas em muitos lugares se achavam obstruídas pelos veículos. Capturamos pequenos grupos com instruções escritas "voltem para Florença como puderem". Estes detalhes retratam com fidelidade o quadro de um Exército a beira do desastre — "mas o desastre não o havia ainda atingido".

Meu informante disse que, em sua opinião, um Corpo de Cavalaria de duas divisões, seria capaz de concorrer para a destruição completa do 4º Exército Alemão. Nosso Exército marcharia para o Passo do Brenner com oposição reduzida. Se se dispusesse de pequenas unidades de Cavalaria a Cavalos no 5º Exército ter-se-ia dobrado o número de prisioneiros capturados.

Da cabeça de praia do Arno até a distância de cerca de 350 milhas, o terreno tem pouca altitude, mas é acidentado (salvo próximo à costa onde é montanhoso). Toda a região é bem servida de água. O terreno variado oferece cobertas e bons pontos de observação. Existem campos cultivados separados por sebes ou baixas cercas de pedra que não são obstáculos para impedir a manobra da Cavalaria a Cavalos.

Nossa 1ª Divisão Blindada foi lançada neste terreno. Ela se

achava completa em tanques, Infantaria e Artilharia e dispunha de reforços de unidades de pára-que-distas, distribuidores de tanques, etc. Quando os alemães se detiveram e resolveram oferecer-nos combate, todas as tropas foram empregadas. Mas não havia tropa capaz de manobrar neste terreno com rapidez, a não ser os tanques. Muito tempo se perdia com as nossas tropas alongadas nas estradas por muitas milhas com um só pelotão atacando. Não havia mobilidade através campo. Mesmo quando o terreno se nos afigurava a distância praticável aos tanques, a sua abordagem surgiam fossos e canais, ou ravinas nas encostas das colinas que os tanques não podiam manobrar até desembocar nos caminhos.

O problema para as retaguardas inimigas era facilitado porque defendiam-se apenas ao longo das estradas. Podiam com um pequeno número de canhões e armas antiaéreo em boas posições, barrar a progressão sobre as estradas, das testas das colunas de tanques que as perseguiam, obrigando-os a se bater sem o apoio da artilharia e das tropas da retaguarda. Os flancos de tais posições tiveram de ser abordados com Infantaria deslocada a pé através campo com perda de tempo a grande fadiga. Nossa Artilharia, muito atrás das colunas, teve que entrar em posição face o inimigo antes que a progressão da Infantaria fosse efetivada. Por muitas horas, poderosas colunas se detiveram. Destarte um senso de frustração e impotência frequentemente absorvia os comandos das colunas que lideravam a progressão. Muitas vezes as forças retardadoras do inimigo não se opunham às nossas.

Um só Regimento de Cavalaria a Cavalos teria manobrado as pequenas resistências alemãs e disporia de força suficiente para incidir rapidamente sobre suas retaguardas ou as teria capturado, em combinação com as forças da frente ou retaguarda. Em muitos casos, apenas um Regimento de Cavalaria teria concorrido para dobrar a velocidade das colunas nas estradas.

As forças de retardamento dos alemães, eram invariavelmente compostas de pequeno número de tanques, canhões antitanque e Infantaria semitransportada. Uma Cavalaria bem provida de bazucas tê-las-ia reduzido, a menos que se retirassem muito rapidamente, o que resultaria em pequena ação de retardamento e conseqüente acréscimo de velocidade para as nossas colunas nas estradas.

Então com os nossos Regimentos de Cavalaria mecanizados de reconhecimento empregados na testa de tôdas as colunas de nossas vanguardas blindadas e umas poucas Divisões de Cavalaria se deslocando independentemente entre estas vanguardas, os resultados teriam sido estupendos. O 4º Exército alemão teria sido completamente destruído, não porque nossa Cavalaria apenas o tivesse destruído, mas porque o perseguiria,

e, com outras tropas, avançaria com velocidade dobrada ou talvez mais que dobrada daquela que realmente atingia naquela emergência.

Este é apenas um entre muitos exemplos que se podem dar para ilustrar o valor da Cavalaria como arma quando empregada em combinação com a Cavalaria Mecanizada de Reconhecimento e as tropas blindadas. De fato, como muitas vezes antes ressaltamos, o emprego combinado de tanques ou mecanizados com a Cavalaria a Cavallo seria capaz de ações ainda desconhecidas dentro do nosso Exército.

Meses de campanha, milhares de vida, muito material ter-se-ia poupado, em muitas oportunidades, se tivéssemos dotado o nosso Exército dos elementos essenciais e ainda necessários — de Cavalaria a Cavallo.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

O RELATÓRIO DA SUA DIRETORIA APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL

É cada vez maior o desenvolvimento do porto de Santos. Em seu relatório apresentado à Assembléia de acionistas, em abril último, a Diretoria da Companhia Docas de Santos, sua concessionária, além de enumerar tôdas as suas atividades no exercício de 1949, focaliza vários pontos importantes que merecem registro: aumento da tonelagem de importação e exportação; obras realizadas para a ampliação das instalações portuárias; aumento do tráfego de navios e construção de um oleoduto para transporte de combustíveis entre Alamoia e a ilha do Barnabé e cujo material já foi encomendado na Inglaterra.

Assinala o importante documento que a tonelagem movimentada no citado porto alcançou a soma de 5.198,767 ton. registrando assim mais um record. Põe em relêvo, também, a visita que o Presidente Eurico Dutra fez às instalações portuárias afirmando que desde Afonso Pena nunca mais outro chefe de Estado ali estivera em caráter oficial.

O relatório da Companhia Docas de Santos, que mereceu a aprovação dos acionistas, é um documento da maior expressão, por isso que demonstra os grandes serviços que o importante porto brasileiro presta ao desenvolvimento econômico do país.

Dai a repercussão que deve certamente ter nos nossos veículos financeiros e no seio das classes produtoras,

B) Defesa

1) Situa

O exerc
âmbito de
105. Cart

"Q 1º G
para a reg
os meridia
4-5, onde
de retomar
quer mon

— Há po
de carros.

2) Deso

Admitam
itinerária,
o desloca
mento. A
meça, efeti
no do esta
quando po
ação de car

A previs
nosso esta
vir de base
medidas a
dados. Par
niente aper
em condiçõ
mento dent
faremos, po
de OT. L
guna coisa
pessa ser
tempo,

N.R. — C

A DEFESA ANTICARRO NAS MARCHAS E NOS ESTACIONAMENTOS

Cap. AMERINO RAPOSO FILHO

B) Defesa anticarro em estacionamento

1) Situação :

O exercício vai se processar no âmbito de um Grupo de Obuses 105. Carta de Resende, 1/20.000.

"O 1º G.O. -105 vai se deslocar para a região compreendida entre os meridianos 11-12 e os paralelos 4-5, onde estacionará, em condições de retomar o movimento, a qualquer momento."

— Há possibilidades de incursão de carros.

2) Desenvolvimento :

Admitamos como sendo a marcha itinerária, isto é, fora de situação o deslocamento para o estacionamento. A situação para nós começa, efetivamente, no dia seguinte ao do estacionamento, a partir de quando poderemos estar sujeitos à ação de carros.

A previsão sobre a duração do nosso estacionamento vai nos servir de base para os trabalhos e as medidas a tomar contra os blindados. Para o caso tenhamos em mente apenas que o grupo ficará em condições de retomar o movimento dentro de 2 a 3 dias. Não fuermos, portanto, muitos trabalhos de OT. Limitar-nos-emos a alguma coisa indispensável, que possa ser executada em pouco tempo.

Então, vejamos o seguinte :

Já que tememos os carros, a partir do dia seguinte ao do estacionamento, consideremos :

— se a região em que vamos estacionar se presta a uma defesa segura contra os blindados ;

— quais as vias de penetração ao estacionamento ;

— se existem bons obstáculos naturais ;

— se, na ausência dos obstáculos naturais, poderão ser construídos obstáculos artificiais, de fácil emprego ;

Dentro dessa idéia procuraremos responder a cada uma das perguntas, tocando de início no problema, de modo geral.

Dado o ponto de destino procuramos ver, dentre as áreas apresentadas na região, qual a que permite uma segurança anticarro maior. É claro que a área selecionada não é ideal, absolutamente ; apresenta algumas restrições ; contudo, parece resolver o problema, em meio às escolhidas.

Admitamos que a área de estacionamento seja a da quadricula citada. Todo o nosso exercício vai se apoiar sobre as vantagens e as desvantagens que poderá apresentar tal região para o estacionamento do grupo de obuses em estudo.

A primeira condicional para a escolha dessa área foi a existência de obstáculos naturais, para atendimento à primeira das condições de

segurança anticarro em estacionamento.

Fazendo um ligeiro reconhecimento na carta dos possíveis eixos de penetração aos blindados, podemos concluir claramente — sem perder muito tempo — que a área em que vai estacionar o nosso grupo (a Leste de Faz. da Barra e a SE de Engenho Central) tem boas possibilidades de defesa, dada a conformação topográfica do terreno nas imediações. Convém, no entanto, esclarecer aqui o seguinte:

— estamos em presença de um caso onde os postos de defesa do estacionamento não poderão ficar rigidamente a 200, 300 ou 500 metros da unidade a defender. O que se dá é justamente o contrário: para uma interdição segura e maiores possibilidades de defesa, portanto, temos de estender muitíssimo os nossos postos de defesa para 1.500, 2.000 e, talvez, mais, se quisermos aproveitar os obstáculos naturais.

Mormente se estiver o grupo isolado nessa região, onde o sistema de P.A. deve ser levado mais adiante, como que constituindo um anel de segurança e proteção do acampamento.

a) Obstáculos naturais:

No caso em estudo podemos assinalar os seguintes obstáculos naturais, realmente bons:

— o Paraíba, ao Sul do estacionamento e que o livra, portanto, de qualquer penetração por aí;

— o Pirapitinga que, se orientando por todo o vale, no sentido Norte-Sul, vai fazer junção com o Paraíba;

— além dessa proteção natural ao Sul, Leste e Oeste, pelos citados rios, o Norte — balizado pelos Morros do Arruda, Forte e Queima Pito — é impraticável aos carros, por ter essa linha de alturas.

Então, por uma simples inspeção na carta, podemos concluir que, o que nos parecia uma boa região tendo em vista a segurança anticarro — ressalta-nos agora como ótima área para estacionamento do grupo, pela excelência dos obstáculos naturais existentes e pelo caprichoso do terreno vizinho.

b) Segurança nas Baterias:

Sendo assim, já temos uma idéia de como fazer a instalação dos postos e onde distribuí-los.

As subunidades, no seu âmbito, não precisarão instalar postos de defesa e nem prever medidas anticarro. Propositadamente o caso considerado na carta isenta as bias, de quaisquer providências que respeitem à segurança anticarro. Será desnecessário qualquer trabalho nesse sentido.

Isto serve para mostrar que nem sempre são tomadas tôdas as medidas. As regras de segurança estabelecidas para um estacionamento — e que já foram preconizadas quando estudamos o assunto, constituem o caso geral. Poderemos ocupar certo estacionamento em que, mesmo havendo possibilidades de ataque de carros inimigos, algumas subunidades não precisarão tomar nenhuma providência.

Basta considerar sua posição em meio às tropas vizinhas e sua disposição face aos obstáculos naturais apresentados pelo terreno.

O trabalho consistirá em o Sub-cmt. coordenar as medidas para interditar alguns pontos de passagem obrigatória e designar as bias, que vão fornecer pessoal e armamento para esse plano.

c) Vias de acesso aos carros:

Se procuramos ver a existência desses obstáculos é porque, logicamente, os carros poderão nos atacar. Mas, por onde?

A resposta a esta pergunta será o estudo das únicas vias de acesso ao estacionamento.

Retomando o estudo do reconhecimento na carta, quanto aos obstáculos, podemos observar que só há 3 penetrações possíveis para os carros, sendo apenas, provável, uma delas:

— a estrada que, saindo de Resende, se dirige para Leste, passando por Aviário, Retiro, Faz. da Barra e Faz. da Mangueira;

— a incursão pelo vale do Pirapitinga, no sentido Norte-Sul;

— a penetração pela estrada que circunda o Engenho Central, a

Leste, e

Pito e o

Qualq

carros, v

poderá

ponte e

estrada

Essa

mais pr

possibil

d) Po

Vistas

onde col

— pôs

Manguei

interdita

tinga, a

de Resen

que, vinc

enta para

Previsã

— posi

Faz. da E

a Leste d

são de a

de passag

— posi

obuses 10

entre Qu

— inter

M. Engen

ximo de

O pôsto

ser perma

instalado

em Faz. d

pio. Os E

ni perman

rebuem s

nando o

O trecho

rojões só

ções, qu

penetraç

provável.

Para os

interdição

Q. Pito e

M. Engen

de região

esses local

mento par

dades e m

a passager

se pudesse

fossos anti

gatórios e

Leste, e vai ter entre o M. Queima Pito e o Paraíba.

Qualquer tentativa de ataque de carros, vindo do Sul da Paraíba, só poderá ser feita, atravessando a ponte em Resende e seguindo a estrada já citada.

Essa é, realmente, a penetração mais provável; as demais são de possibilidade muito remota.

d) Postos de defesa:

Vistas as vias de acesso, vejamos onde colocar postos de defesa fixa:

— posto de defesa em Faz. de Mangueira (1) com a missão de interditar a ponte sobre o Pirapitinga, a estrada que vem de Leste, de Resende e também, a estrada que, vindo de S. Sebastião, se orienta para a Faz. de Mangueira.

Previsão de:

— posições de lança-rojões entre Faz. da Barra e Faz. da Mangueira, a Leste do Pirapitinga, com a missão de anular qualquer tentativa de passagem de carros por aí;

— posição para uma secção de obuses 105, barrando a penetração entre Queima Pito e o Paraíba;

— interdição da passagem entre M. Engenho e o Pirapitinga, próximo de Bananal.

O posto de defesa em (1) poderá ser permanente, ficando o pessoal instalado nas proximidades, isto é, em Faz. da Mangueira, por exemplo. Os homens com o armamento af permanecerão, até que a unidade retome seu movimento, abandonando o estacionamento.

O trecho previsto para os lança-rojões só será ocupado pelas guarnições, quando estiver iminente a penetração de carros pela via mais provável.

Para os pontos onde foi prevista interdição de passagem, entre o Q. Pito e o Paraíba, de um lado, e M. Engenho e Bananal, de outro, da região de Engenho Central, para esses locais basta um reconhecimento para o estudo das necessidades e meios. Talvez que, para a passagem próxima de Bananal, se pudessem mandar construir fossos anticarro nos trechos obrigatórios e preparar barricadas de

minas, para lançar no momento oportuno.

Para a passagem entre Q. Pito e o Paraíba, o posto que, será instalado nesse Morro anunciará, com a devida antecedência, quando devemos colocar a secção de obuses.

e) Composição:

Pôsto fixo em (1):

— 1 secção de 105 da 1ª Bia., com guarnição reduzida.

As peças ficarão desengatadas e será feito o plano de defesa do trecho de penetração aos carros, com roteiro de tiro para as peças; inclusive, poderá ser confeccionado roteiro de tiro para mais duas peças, na previsão de se utilizar a outra secção da Bia., para bater o acesso pela estrada que vem de S. Sebastião.

— 2 lança-rojões, com respectivas guarnições, também da 1ª Bia., para bater a ponte sobre o Pirapitinga.

Guarnições de Lança-Rojões entre Faz. Barra e Faz. Mangueira;

— serão previstas as 8 guarnições de lança-rojões da 2ª Bia., para serem distribuídas, duas a duas, nos melhores locais desse trecho. A Dodge da L.F. poderá ficar de prontidão com esse pessoal e armamento, para imediato transporte, do estabelecimento para os locais de cada guarnição, previamente escolhidos e reconhecidos.

Posição entre o Q. Pito e o Paraíba:

— 1 secção da 3ª Bia., com guarnição reduzida.

Esta secção ficará engatada e de prontidão no estacionamento, em condições de se deslocar imediatamente, ao aviso dos vigias anticarro. O que deverá ser feito é um reconhecimento do local para as peças e o roteiro de tiro para cada uma, depois do que os C.P. retornarão ao estacionamento.

Posição entre M. Engenho e Bananal:

— 3 homens por Bia., num total de 15, seriam enviados para a realização dos trabalhos de OT neces-

sários, depois do que regressariam ao estacionamento.

Nota: na realidade, dêsses trabalhos, seriam incumbidos os civis do casario de S. Sebastião.

Poderão ficar 2 homens em S. Sebastião, como vigias anticarro, utilizando o rádio como meio de transmissão.

f) Postos de vigias anticarro:

Poderão ser previstos os seguintes, com a composição e missão que se seguem:

— 1 posto em (2) no M. Queima Pito:

Composição: 2 homens da 1ª Bia.;

Missão: observar toda a baixada de Engenho Central e a estrada que o circunda, por Leste;

— 1 posto em (3), no M. Forte:

Composição: 2 homens da 2ª Bia.;

Missão: observar o vale do Pirapitinga, no seu desembocar em Bananal.

— 1 posto (dispensável), no casario de S. Sebastião (4);

Composição: 2 homens da 3ª Bia.;

Missão: observar a estrada que se dirige para S. Sebastião, vindo de NE e também o vale do Pirapitinga.

— 1 posto em Resende ou em M. Árvore Grande (5);

Composição: 2 homens da Bia. Cmdo.;

Missão: observar qualquer movimento de carros pela estrada principal que por ali passa.

Meio de transmissão para todos os postos: rádio.

g) procedimento em caso de ataque de carros:

Qualquer aproximação de carros que, ao longe ainda, seja observada pelos postos de vigias do grupo, será imediatamente informada ao grupo, constituindo isso sinal de prontidão. Posteriormente, dar-se-á o de alerta ou não, conforme a intenção dos carros.

Hipótese:

— Carros, penetrando na parte Norte da cidade de Resende, atravessam a ponte sobre o Paraíba e se dirigem para Leste.

Certamente que uma providência mais sensata, na realidade, seria colocar um posto, não em (5), porém em Resende, ao norte da ponte. O ponto (5) poderia ser uma previsão para se colocar outro, ou então, o local para onde iria se retirar o posto de Resende, depois de informar.

Admitamos, pois, que o posto estivesse próximo da estação de Agulhas Negras, ao norte da ponte sobre o Paraíba. Esse posto, portanto, transmite ao grupo, pelo rádio, que carros se dirigem para Leste, pela estrada que vai ter ao estacionamento.

Seria o caso do posto só se aperceber da aproximação dos carros, quando eles aí chegassem, ou haveria um outro meio? É bem possível que já se tivesse uma informação, porquanto há um campo de aviação em Resende e poderia já ter vindo um rádio da aviação amiga da G.U., informando do deslocamento de blindados ao Sul da estrada de ferro, em direção a Leste.

Então, após a transmissão de que uma formação de carros se desloca para a região do estacionamento do grupo, o S2 informa ao posto em (1), o qual toma as seguintes providências:

— a seção de obuses 105 entra em posição, cada peça voltada para seu setor normal de tiro;

— as guarnições ficam a postos;

— são identificados pelos CP, novamente, os diferentes pontos de seus setores e recapitulados os elementos de tiro;

— preparam-se 20 cartuchos de granada anticarro, carga 5, por peça;

— ficam em condições de atirar;

As guarnições de lança-rojões, uma vez informadas, tomam as seguintes providências:

— ocupam seus postos;

— e
rojões

— o
cias pa

— fi

Quan
rem d
em (5)
(pode
te). A
guintes

— os
dualme

— pr
baixas

— os
atirar,

Se al
pelto d

rojões,

bre o P

lizados

incendiá

lança-ro



CO

Em prata

Em ouro

- os carregadores retiram seus rojões;
- os atiradores estimam distâncias para vários pontos;
- ficam em condições de atirar.

Quando os carros se aproximarem de Faz. da Barra o pôsto em (5) dá o sinal de alerta carros (pode ser por meio de um foguete). A este sinal, tomam-se as seguintes providências:

- os obuses abrem fogo, individualmente, a partir de 800 metros;
- procuram atirar nas partes baixas dos carros;
- os lança-rojões começam a atirar, a partir de 300 m.

Se algum carro tentar, a despeito do fogo dos obuses e lança-rojões, se aproximar da ponte sobre o Pirapitinga, poderão ser utilizados 2 lançadores de granadas incendiárias (de uma guarnição de lança-rojão), para incendiá-lo. O

procedimento será como foi prescrito no capítulo correspondente.

3) Síntese e crítica:

Pelo estudo que vimos de fazer no âmbito de um grupo, embora de modo rápido e sem detalhes na bateria, ficamos com a idéia de que, melhor ainda que no caso da unidade em marcha, a defesa anticarro em estacionamento é mais segura, mais sólida e mais eficiente.

Os meios de que dispomos dentro do escalão grupo possibilitam o estabelecimento de P.A. que constituem um verdadeiro anel de segurança e defesa da área da tropa.

Teoricamente teríamos a região em volta dividida em 5 setores, cada um dos quais pertencendo a uma sub-unidade.

Porém, na prática, a coisa é bem diferente. E foi isso que apreçiamos, no caso que foi estudado.

ANÉIS MILITARES



COM TÔDAS AS ARMAS EM ALTO RELEVO

Em prata fina com ouro 18 ql..... Cr\$ 150,00

Em ouro 18 ql. maciço com platina..... Cr\$ 1.500,00

Para o interior pelo Reembólso Postal

Fábrica de Jóias "AZTECA"

RUA REGENTE FEIJÓ N. 18 — RIO

EMPREGO TÁTICO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA

Cap. NILTON FREIXINHO,
Instrutor da Escola de Estado-Maior

A Escola de Estado-Maior do Exército publicou o "Curso de Artilharia" — edição de 1948, onde é estudado o emprego tático da artilharia de campanha nos escalões: Grupo, Agrupamento, Artilharia Divisionária e Artilharia de Corpo de Exército.

A edição está apresentada em três volumes, prefaciados do seguinte modo:

"As Notas do Curso de Artilharia, compreendem três tomos:

Tomo I — Emprego Tático de Grupo e Agrupamento;

Tomo II — Emprego Tático da Artilharia Divisionária;

Tomo III — Emprego Tático da Artilharia de Corpo de Exército.

As Notas, estabelecem a parte doutrinária referente ao emprego da Artilharia de Campanha, de acordo com os princípios táticos que preceitua o Regulamento de Operações C 100 — 5.

No seu conjunto, este trabalho tem origem na transcrição comentada dos textos regulamentares que regulam o assunto tais como C 6 — 20, FM 6 — 100 e FM 6 — 101; Notas da E.A.O.; diversas publicações do Exército Norte-Americano oriundas principalmente da Escola de Comando e Estado-Maior de Leavenworth e da Escola de Artilharia de Fort Sill.

Cumpré assinalar que as regras aqui estabelecidas já concretizam o resultado das reações escolares durante dois períodos letivos (1947 e 1948), através numerosos exercícios na carta e no terreno. Entretanto não podem ainda apresentar um caráter definitivo.

A Divisão das Notas em três tomos foi determinada principalmente pelo modo que são tratados os assuntos referentes ao emprego da Artilharia, na Escola de Estado-Maior.

— O 1º ano estuda o emprego da Arma no escalão Unidade;

— O 2º ano estuda o emprego da Divisão;

— O 3º ano estuda o emprego do Corpo de Exército."

No "Curso de Artilharia" — edição 1948 — E.E.M. — os responsáveis pela instrução do emprego da artilharia de campanha, seja na tropa seja nas escolas de formação e aperfeiçoamento, encontrarão o assunto apresentado com clareza e método.

Os índices dos diferentes Tomos, abaixo transcritos, fornecem ao leitor deste artigo os pontos estudados pelo Curso de Artilharia, Emprego Tático da Artilharia de Campanha.

Tomo I — Emprego Tático de Grupo e Agrupamento:

(Observação: O Tomo I estuda principalmente o Grupo e o Agrupamento de Apoio Direto.)

1ª Parte: Noções Gerais Fundamentais:

Capítulo I — Organização da Artilharia;

Capítulo II — A conduta do tiro;

Capítulo III — A observação;

Capítulo IV — Missões — Fogos — Desdobramento;

Capítulo V — A ligação;

Capítulo VI — Os Serviços no Grupo;

Capítulo VII — As Transmissões no Grupo.

2ª Parte: *Dados Básicos para o Emprego:*

Capítulo I — Marcha e Estacionamento;

Capítulo II — O Grupo na marcha para o combate e nos preliminares do combate ofensivo;

Capítulo III — O Agrupamento de apoio direto no ataque;

Capítulo IV — O Agrupamento de apoio direto na defesa;

Capítulo V — O Agrupamento de apoio direto nos movimentos retrógrados.

Tomo II — *Emprego Tático da Artilharia Divisionária:*

1ª Parte: *Noções Gerais Fundamentais:*

Capítulo I — Organização do Comando nas A.D. de D.I. e de D.C.;

Capítulo II — O Comando da A.D. no combate;

Capítulo III — O Trabalho de Comando na A.D.;

Capítulo IV — O Remuniciamento na A.D.

2ª Parte: *Dados Básicos para o Emprego:*

Capítulo I — A A.D. nos Preliminares do Combate Ofensivo;

Capítulo II — A A.D. no Ataque;

Capítulo III — A A.D. na Defensiva;

Capítulo IV — A A.D. nos Movimentos Retrógrados;

Capítulo V — Peculiaridades do emprego da artilharia nas D.C.;

Capítulo VI — O Grupo de Artilharia no Grupamento Tático Blindado.

Tomo III — *Emprego Tático da Artilharia de Corpo de Exército:*

1ª Parte: *Noções Gerais Fundamentais:*

Capítulo I — Organização e funcionamento do Estado-Maior da A. C. Ex.;

Capítulo II — O Comando da A. C. Ex. no combate;

Capítulo III — O Trabalho de Comando na A.C.Ex.;

Capítulo IV — Organização dos Planos de Fogos Longínquos e de Contrabateria;

Capítulo V — O remuniciamento na A. C. Ex.

2ª Parte: *Dados Básicos para o Emprego:*

Capítulo I — Artilharia de Corpo de Exército nos Preliminares do Combate Ofensivo;

Capítulo II — A Artilharia de Corpo de Exército no Ataque;

Capítulo III — A Artilharia de Corpo de Exército na Defensiva;

Capítulo IV — A Artilharia de Corpo de Exército nos Movimentos Retrógrados.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

ASPECTOS DA FOTO-INFORMAÇÃO

2º Ten. JOSÉ FIGUEIREDO DE
ALBUQUERQUE

2º Ten. HELIO AUGUSTO CANONGIA
Do 3º R.I. — São Gonçalo

O presente trabalho tem por finalidade mostrar aos prezados camaradas aspectos curiosos da Foto-informação, colocando-os a par do valor dessa novel especialidade. Parece-nos profundamente benéfico ao Exército a difusão vibrante e entusiasta das diversas "mentalidades" que se criam nos oficiais que se especializam; assim é que, já sentimos o "espírito olímpico" emanado da Escola de Educação Física, a "mentalidade de Moto", a "mentalidade das Transmissões", etc. Cabe-nos agora, o ensejo de adubar a semente, já aqui lançada, do "espírito da Foto-informação". Não iremos fazer um estudo completo sobre fotografias aéreas, porquanto já existem números desta Revista, com documentação suficiente para sanar as dificuldades de qualquer instrutor. Iremos apenas noticiar aos camaradas, o que de mais interessante se nos deparou no transcorrer do curso que há pouco tiramos.

Como todos não ignoram, os EE.UU., dotados que são de recursos materiais e técnicos, além do grande espírito progressista do seu povo, têm focalizado essa especialidade num ângulo muito maior que o nosso, daí seu vertiginoso avanço nesse campo militar de especulação. Dentre as últimas notícias que tivemos conhecimento destaca-se o aparecimento de um tipo de avião, completamente equipado com laboratórios de revelação e cópia. Esses laboratórios dispõem de aparelhos automáticos que executam, rapidamente, as operações de revelação, lavagem, fixação e seca-

gem do filme, além dos copiadores automáticos, de que são dotados. Os aviões deste tipo ao levantarem vôo, para cumprirem uma determinada missão, já levam os foto-intérpretes e, em pleno vôo, fazem as interpretações das fotografias, de tal forma que ao descerem, estas são imediatamente entregues aos escalões interessados.

Outro ponto de grande realce é o emprêgo modernizado da fotografia aérea em "alto relêvo". A referida fotografia, após passar por vários processos — desconhecidos entre nós — apresenta-se com tôdas as elevações em relêvo, não havendo necessidade de se fazer o par estereoscópico, daí a grande facilidade em se estudar a fotografia. Dá-nos a impressão exata do modelado do terreno, feito num caixão de areia de pequenas dimensões. Essas fotografias durante a guerra foram muito usadas nas Ilhas do Pacífico. Evidentemente, elas devem ser elementos, unicamente, dos Estados-Maiores, não só pela dificuldade de obtenção, como também por representarem uma grande área numa só fotografia. Como podem ver, estamos longe de alcançar tal progresso, visto que até hoje ainda não possuímos nenhuma Subsecção de Foto-informação; entretanto já nos encontramos bem orientados, o que muito nos estimula, assim como já sentimos a necessidade de nos lançarmos convictos neste empreendimento.

O que diremos a seguir, é fruto, exclusivamente, de observações feitas por ocasião das visitas realizadas durante o curso.

A Escola de Instrução Especializada é a fonte de foto-intérpretes no Exército; ainda deficiente em aparelhagem para formar bons intérpretes, entretanto tem cooperado muito para o desenvolvimento da fotografia aérea em campanha.

A Escola de Aeronáutica é a unidade que realiza recobrimentos fotográficos para fins militares, dispondo para isto de poucos elementos, os quais dispõem grandes esforços para bem cumprir todas as missões que lhes dizem respeito e mais as que lhes solicita o Exército.

No Serviço de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha encontramos uma seção de fotografias aéreas, com a finalidade de facilitar a confecção de cartas hidrográficas e para tal serviço usam o "Multiplex", que é um engenhoso aparelho ótico-mecânico capaz de em pouco tempo levantar uma faixa do litoral desejado.

No Ministério da Agricultura, na seção de fotogrametria subordinada à Divisão de Águas, vimos o Autógrafo Wild A₁ de fabricação Suíça.

É um aparelho restituídor de fotografias aéreas para qualquer tipo de câmara; é um aparelho mais perfeito que o "Multiplex". Espera o Ministério receber o Autógrafo Wild A₂ que é a última palavra em precisão.

Faz este aparelho a aerotriangulação. O objetivo da seção é executar os levantamentos de todas

as áreas que interessam aos trabalhos concernentes com as atribuições do Ministério. Exemplo: Levantamentos de glebas para estudos de aproveitamentos agrícolas, de colonização, de irrigação. Levantamentos de zonas mineralógicas. Levantamentos de bacias hidrográficas e cursos d'água para fins de aproveitamento do potencial hidráulico. Estudo do regime dos rios e, finalmente, do cadastro florestal. No Ministério das Relações Exteriores também encontramos uma seção de fotografias aéreas para estudo dos nossos limites, etc. No Serviço Histórico e Geográfico do Exército vimos uma notável seção de fotografias aéreas, aliás a melhor pertencente ao governo. O serviço está orientado somente para a confecção de cartas aerofotogramétricas. Na Central do Brasil também existe uma seção de aerofotografia com diversas finalidades. Finalmente vamos encontrar nos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul o que de melhor existe, atualmente no Brasil. Muito evoluída é sua seção, possuindo o que há de melhor neste assunto, pois estuda, minuciosamente, as regiões sobrevoadas por seus aparelhos.

Do exposto podemos concluir que ainda estamos ensaiando os primeiros passos neste setor, porém não devemos arrefecer nosso ânimo e sim estudarmos, interessarmos e divulgarmos a Foto-informação, para que, em breve, possamos quebrar mais um grilhão da corrente que nos cinge à esteira dos poderosos.

Aos nossos Representantes

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS ENCARGOS
A UM OUTRO COMPANHEIRO E COMUNICA
A NOSSA DIREÇÃO

Processo de Conduta do Tiro com o Transferidor de Locação

(NOTAS DE AULA DA E. A. O.)

EXERCÍCIOS

Anexo ao Capítulo V

I — TIRO SOBRE ZONA

Material : — Bia. de Obuses 105 mm M2.

Missão : — Tiro sobre Infantaria em tocas.

Situação : — Não há carta, foto, ou documento similar.

A Bia. ainda não foi apontada, sabendo o observador (Of. Rec. da Bia.) que ela se acha a 1500 metros à esquerda dêle e mais ou menos no mesmo alcance para o CZA.

O obs. recebeu ordem de apontar também a bia.

A) *Trabalho do observador antes de iniciar o tiro* :

a) Aponta a bia. para o objetivo :

- 1) Mede o lançamento para o objetivo e encontra 5300.
- 2) Estima a sua Do. e conseqüente alcance para a Bia. e decide ser 3500.
- 3) Calcula a paralaxe :

$$\frac{1500}{3,5} = 428'' = 430''$$

4) Calcula o lançamento para a Bia :

$$5300 + 430 = 5730''$$

5) Envia a seguinte mensagem :

AQ 02 — Elementos de CZA L 5730

Alcance 3500

6) Considera para a Bia. estes elementos — os do objetivo — como os do CZA e até que consiga fazer a regulação sobre o seu P.V.

- 7) Após receber a "Bia. pronta — apontada no lançamento 573Ø" do L.F. envia a seguinte mensagem: "AQ 0₂ — MT — L53ØØ — AS CZA — Inf tocas — AJ"

B) Trabalho da C.T. antes de iniciar o tiro:

- Controlador: 1) Escolhe um canto de quadricula, numera-o como CZA e nele fixa o T. Loc.
2) Gira-o para o lançamento 573Ø e no alcance 35ØØ loca a Bia., sobre a linha 0-32; traça após na pr. a extensão da vigilância.
3) Ao receber a mensagem de tiro, trabalha como no caso da regulação de precisão.

- Cmt. L.F.: 1) Fixa a munição após a mensagem do tiro: Ex. 4 ECR.
2) Envia a resposta ao observador: "PR-Ex. CR-CON ≈ 1 — So CQ1 — Bia. a ES-QP"
3) Dá o comando inicial às peças.

- Calculador: 1) Organiza na "Ficha do calculador" o comando inicial para as peças:
"BAT — CON ≈ 1 — Ex. 4 CR — DR — 26ØØ — S 3ØØ — S6 CQ1 — A 292 (retirada da TGT, correspondente ao alcance de 35ØØ metros).

OBSERVADOR

TIRO	OBSERVAÇÕES	MENSAGEM À C.T.
1/2	4Ø ES — NO — A MN Correção direção : — 4Ø × 3,5 = 14Ø	DR 140 — RAL
3/4	10Ø ES — C — A MN não corrige o pequeno desvio	RD — ALO 4ØØ
5/6	1Ø DR — L — A MN não corrige o pequeno desvio	RD — ENC 2ØØ
7/8	10 DR — C — A MN não corrige o pequeno desvio	RD — ALO 1ØØ
9/10	10 DR — L — A MN corrige o desvio pois vai entrar na EFI	ES 40-EI-EFI-ENC 50
	Missão cumprida	

CONTROLADOR

TIRO	CONTROLADOR	CALCULADOR
1/2	D 256Ø — AL — 355Ø	Ver ficha
3/4	26Ø5 — AL — 392Ø	—
5/6	2585 — AL — 372Ø	—
7/8	2597 — AL — 382Ø	—
9/10	2600 — AL — 377Ø	—

FICHA DE CALCULADOR

BATERIA

Frente da bta.: Hora do recebimento da missão: _____ Missão n. 1
 100 M Hora do término da missão: _____ Data: _____

Missão de tiro: L 5300 — AS CZA
 Inf. Tocas — AJ

Ordem do S/3:

Direção	Alcance
Corr. dir.	Distância
Transporte	3500
C/derivação ES	
Centragem DR	
Comando	

Comando

Unidade	B. AT.
Missão	CON ≠ 1
Munição	3 EX. 4 ER
Direção	D 2600
Distribuição	
Sítio	S. 300
Mec ^o eficácia	TB — Q. 3
Modo desencadea ^o	
Regulação	Ajustagem só C Q1
Alça	A. 292

Correções subseqüentes

Comandos subseqüentes

DR 140 — RAL	D 2560 — A 297
RD — ALO 400	D 2605 — A 338
RD — ENC 200	D 2585 — A 315
RD — ALO 100	D 2597 — A 326
ES 40 — EI — EFI — ENC 50	D — 2600 — EI — EFI — A 331
Missão cumprida — Inf. dispersada	Bia. — repousar na vig.
Dispersada	

Munição (esp.)					Correção para as outras bias.: Elementos de relocação: Direção: DR 2600 Alcance: 3770
Existência					
Consumida					
Fica existin ^o					

II — TIRO SOBRE ZONA

Material: — O mesmo.

Situação: — A mesma.

Missão: — Após o término da missão anterior, recebe o observador ordem de bater uma região na qual se acham viaturas em reunião.

A situação do objetivo é que se vê na fig. 1.

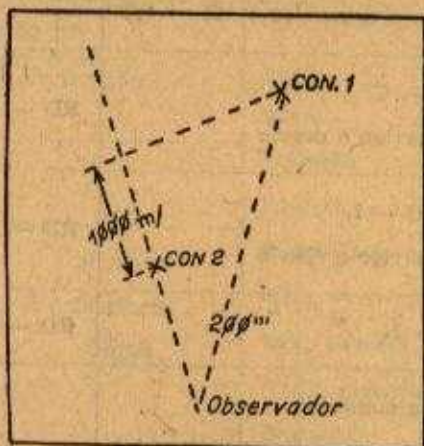


Fig. 1

A) Trabalho do observador antes de iniciar o tiro:

- 1) Mede o desvio para a CON $\neq$ Z $\rightarrow$ 200" ES.
- 2) Subtrai do lançamento da CON $\neq$ 1 $\rightarrow$ 5300 — 200 = 5100."
- 3) Calcula o desvio em direção $\rightarrow$ 200 $\times$ 3,5 = 700 m e estima o desvio em alcance $\rightarrow$ 1000 m.
- 4) Estima a Do. para o novo ponto $\rightarrow$ 2000 m.
- 5) Envia a mensagem, achando que, para EFL, necessitará de Z1: — "AQ 02 — MT — L 5100 — Da Con 1 ES 700 ENC 1000 — Viat em reunião — Z1 — AJ".

B) Trabalho da C.T. antes de iniciar o tiro:

- Controlador:
- 1) Gira o T Loc para o lançamento 5100.
 - 2) A partir da CON $\neq$ 1 — relocada, isto é, a obtida no final da missão anterior — Toma para ES 700 m e ENC 1000 m.
 - 3) Retira elementos para a Bia. e fornece ao calculador.

- Cmt. L.F.:
- 1) Fixa a munição EX3EI, após a mensagem.
 - 2) Envia a resposta ao observador: — "PR — Ex. EI — CON $\neq$ Z — Só CQ1 — Bia. ES — QP".
 - 3) Dá o comando inicial às peças.

- Calculador:
- 1) Organiza na "Ficha do calculador o comando inicial com os elementos recebidos do controlador.

OBSERVADOR

TIRO	OBSERVAÇÕES	MENSAGEM À C.T.
1/2	2Ø ES — NO corrige o desvio ($2 \times 20 = 40$)	DR 40 — RAL
3/4	5 ES — C não corrige o desvio	RD — ALO 2ØØ
5/6	1Ø DR — L não corrige o desvio	RD — ENC 1ØØ
7/8	BD — L	RD — EFI — ENC 50
-	Missão cumprida Viat. dispersada — 2 destruídas	

CONTROLADOR

	ELEMENTOS DA PRANCHETA
1/2	D 2592 AL 26ØØ
3/4	D 2575 AL 262Ø
5/6	D 2629 AL 279Ø
7/8	D 2600 AL 27ØØ
9/20	D 2587 AL 265Ø

FICHA DO CALCULADOR

BATERIA

Fonte da bta.: Hora do recebimento da missão: _____ Missão n. _____
 100 M Hora do término da missão: _____ Data: _____

Missão de tiro: AQ 02 MT 100 Da CON 1 ES 100 ENC 100 — Viat. em reunião — AJ		Comando	
		Unidade	B. AT.
		Missão	CON 2
Ordem do S/3:		Munição	3 EX. 3 EI
		Direção	D 2592
		Distribuição	SB 02
		Sítio	S. 300
		Mec. eficácia	TB — Z1 L 5
		Modo desencadea	
		Regulação	Ajustagem só C Q1
		Alça	A. 260
Direção	Alcance		
arr. dir.	Distância		
transporte	2600		
derivação ES			
atragem DR			
quando			

Correções subsequentes					Comandos subsequentes				
140 — RAL					D 2575 — A 261				
D — ALO 200					D 2629 — A 233				
D — ENC 100					D 2600 — 272				
EFI — ENC 50					D 2597 — EFI — A 265				
Missão cumprida — viaturas dispersadas, 2 destruídas					Bia. repousar na vigilância				
Correção (esp.)					Correção para as outras bias:				
Precisão									
Exatidão									
Existência									
					Elementos de relocação:				
					Direção: D 2587 Alcance: 2650				

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO,
Do E.M.E.

II

CONSERVEMOS NOSSO O MUNDO AMAZÔNICO

INTRODUÇÃO

(Ver figura n. 1)

A guerra, Moloch insaciável, devorador de vidas e de matérias primas, estendeu os seus tentáculos pelo mundo inteiro à procura de recursos para alimentar a sua máquina bélica. Regiões nunca dantes devassadas foram batidas por expedições científicas à cata de riquezas "estratégicas". Tranquílas florestas, cujas frondes ensombravam desconhecidas regiões por séculos sem fim, conheceram o cântico do machado. Rios, cujas águas só refletiam a figura de selvícolas, foram remontados até às cabeceiras por exploradores misteriosos. Fósseis que dormiam multimilenar sono foram abusiva e irreverentemente acordados por explosões de dinamite. Mares bravios e excêntricos foram viajados em todos os sentidos. Até o polo da Terra foi chamado a prestar a sua contribuição. Nada escapou à ação pesquisadora e interesseira do novo bandeirante da morte. Perfurou-se o solo. Estudaram-se os climas. Sondaram-se as águas. Captou-se o ar. Que mais? O interessante é a evolução, ebulição ou revolução que tudo isso causou. Ampliaram-se os horizontes das ciências. A Geografia se desdobrou. A Mineralogia e a Paleontologia se enriqueceram. A Geolo-

gia se robusteceu. A Climatologia ganhou novos dados. A Oceanografia e outras mais receberam novos impulsos. Foi, porém, no campo econômico e político que as conseqüências foram mais profundas. Regiões que nada representavam passaram a ter uma importância vital. Campos, até então desertos, se povoaram. Cidades mortas ressurgiram. Culturas abandonadas voltaram a florir. Terras, povos, nações, com a globalidade da guerra, tomaram novo sentido, caldearam-se, fundiram-se, receberam protetores, libertaram-se, sucumbiram. Chegamos ao ponto que desejávamos ferir. A presença de recursos vitais à guerra, em determinada região, provoca imediata reação econômica, nessa região e, se tais recursos são importantes, a reação, ou pelo menos a influência política, por parte das nações interessadas, está quase sempre a seguir aquela como uma sombra. A guerra trouxe os americanos à Guiana Holandesa, em busca de bauxita e ao vale do Amazonas à procura de borracha. A Venezuela já lhes dava o petróleo. Por fim, realizaram-se estudos completos sobre a praticabilidade da ligação do rio Negro com o rio Orenoco, através do canal Cassiquiare, a fim de dar saída para os produtos da Amazônia, não por Belém, via Brasil, mas pelo

delta do Orenoco, via Venezuela, caminho mais curto para a América do Norte. O canal Cassiquiare, como se sabe, liga aqueles dois rios, possibilitando, desde que convenientemente aparelhado, ligar dois mundos: o vale do Amazonas e o vale do Orenoco. Para mostrar-se a importância que se deu a essa ligação (a qual, de resto, continua de pé), basta dizer-se que uma comissão de engenheiros do Exército americano remontou o Orenoco, atravessou o Cassiquiare, desceu o rio Negro e apresentou, ao cabo de sua exploração, estudos completos sobre o melhoramento da via fluvial desde Ciudad Bolívar, na Venezuela, até Manaus. Vale a pena darmos uma súmula desses estudos. Abrangiam quatro planos de operações. Os três primeiros, modestos, exigindo pouco ou nenhum trabalho de remoção de rochas e recifes, indicavam três alternativas: com o dispêndio de 990.500, ou 4.128.700, ou 6.856.500 dólares, poder-se-ia elevar a atual capacidade de transporte da região de 2.500 toneladas anuais para 13.800, ou 97.500, ou 189.600 toneladas, respectivamente, simplesmente com a aquisição de um número variável, para cada plano, de rebocadores possantes e chatas. O quarto plano, porém, era o mais ambicioso e inquietante. Permitiria um canal navegável, de profundidade mínima de 10 pés, no regime normal de águas, desde Manaus até Ciudad Bolívar, ou seja até o Atlântico, pois de Ciudad Bolívar até a sua foz o Orenoco dá calado aos navios de alto-mar. Este plano obrigava, porém, à construção de comportas e barragens no Orenoco, em Puerto Ayacucho, na Venezuela e no rio Negro, em São Gabriel, no Brasil, pouco ao Sul de Cucuí, além de outras realizações. Em São Gabriel poder-se-iam escolher dois caminhos: ou contentar-se em remover os recifes ali existentes, o que daria para o projeto um preço de \$1 milhões de dólares, possibilitando transportar 1.754.000 toneladas anuais, ou construir-se a comporta e a barragem, o que elevaria o preço da obra para 121 milhões

de dólares. O plano indicava ainda o aproveitamento de uma capacidade hidrelétrica, existente na região, em potencial, de dois milhões de kilowatts, para mover as comportas, além de outros fins industriais, tais como a industrialização da bauxita (alumínio). A só contemplação das cifras detalhadas e das toneladas destes quatro planos nos convencem da minuciosidade com que foram feitos e do interesse que o assunto despertou. Além desses sinais de interesse americano pelo melhoramento das vias de comunicações da região que estudamos, houve também, como corolário, a previsão da expansão do emprego de embarcações tipo "Higgins", fabricadas por Andrew Jackson Higgins, o lançador das famosas lanchas de desembarque "Higgins", que desempenharam tão importante papel na guerra. Esse importante industrial americano chegou a abrir e manter, na Venezuela, um escritório, com pessoal capaz, com o fim exclusivo de estudar os problemas de transportes fluviais e as necessidades requeridas por equipamentos especializados. Todos estes fatos, que ainda poderão reviver, estão a indicar um pouco mais de atenção sobre eles. As grandes nações ainda não chegaram a um acôrdo, entre si, e, mesmo que uma terceira conflagração mundial seja pouco provável, não podemos deixar de olhar com interesse o que se passa no canto Noroeste da América do Sul.

Para maior compreensão do problema, começaremos, portanto, por uma incursão pela fisiografia da região onde ressaltaremos as suas principais particularidades. Em seguida, passaremos em revista o seu clima. Conhecido o meio físico, mostraremos qual o produto desse meio, ou seja o homem que o habita. Aqui nos deteremos não só sobre o homem atual, como sobre o que o poderá habitar, no futuro. Passaremos, após, ao estudo da economia do país, detendo-nos sobre os seus recursos vegetais e minerais, principalmente como estão eles sendo explorados. Focalizaremos os interesses americanos e os

brasileiros e terminaremos por tirar conclusões do nosso estudo.

FISIOGRAFIA

A bacia dos rios Orenoco e Negro é um mundo. Basta dizer que de Manaus ao delta do Orenoco, seguindo o curso do rio e passando pelo Cassiquiare, vão 2.062 milhas. Basta comparar essa distância com o comprimento total do rio Mississipi, um dos maiores rios do mundo é que é de 2.400 milhas. A bacia do Orenoco forma a maior parte dos territórios da Venezuela e da Colômbia. O seu vale apresenta a particularidade de estar encaixado entre o maciço primário das Guianas (vertente oriental) e as últimas ramificações dos Andes quaternários. Os Andes correm de Sul para Norte, pela costa do Pacífico, apresentando, aqui e ali, os chamados passos (Uspalata e Santa Rosa) e nudos (Pasco, Loja, Pasto), tradutores da instabilidade política dos países dos Andes (Vertente do Pacífico? Vertente do Atlântico?). Do nudo de Pasto para o Norte, os Andes se ramificam em três direções: uma segue para N.W., entrando pelo Panamá (ligação com o sistema da América Central); outra para o Norte e a última para N.E. e L., acompanhando a costa da Venezuela. Entre a primeira e a segunda formou-se o vale do rio Caica; entre a segunda e a terceira o vale do Magdalena, sendo que aqui, um contraforte dos Andes deu também nascimento ao célebre Lago Maracaibo, verdadeiro poço de petróleo; finalmente, entre a terceira e o maciço das Guianas, o vale do Orenoco, já mencionado. Os rios Caica, Magdalena e Orenoco são, portanto, as vias naturais de penetração na América do Sul, para quem vem do Norte, máxime quando se sabe que são todos navegáveis. Só o Orenoco, com os seus principais afluentes, apresenta uma linha navegável de mais de 4.000 milhas, conforme cita Paula Cidade em "Notas de Geografia Militar Sul-Americana". "O porto mais importante do Orenoco é Ciudad Bolívar, a 400 quilômetros do mar—,

continua aquele autor —, aí, o rio, de 3 a 4 km de largo, passa a ter 800 metros. Ciudad Bolívar é ponto de transbordo para embarcações de calado menor. No alto Orenoco, a navegação é interrompida pelas cachoeiras de Atures e Maipures, mas nova rede navegável se abre no planalto guiano", a montante das cachoeiras. O rio Negro, afluente da vertente setentrional do Amazonas, nasce na Colômbia, nas encostas orientais dos Andes. É francamente navegável desde Manaus até São Gabriel, onde ele salta do planalto guiano para a planície aluvionica do Amazonas. O canal Cassiquiare, que liga o Negro ao Orenoco, não passa de um afluente do rio Negro, conforme assevera Lima Figueiredo em seu "Limites do Brasil" e corre totalmente em território venezuelano. "A comunicação do Orenoco com o Alto Cassiquiare é um acidente muito posterior à sua formação e definição, como um afluente do Negro". O Cassiquiare, segundo Lima Figueiredo, tem 385 quilômetros de desenvolvimento. Em toda a linha d'água que estudamos, desde Manaus até o delta do Orenoco, encontram-se 65 saltos e três cachoeiras: Atures e Maipures, já citadas, na Venezuela e São Gabriel, no Brasil, estes os principais obstáculos à navegação. Porém, para os engenheiros americanos, nas 2.062 milhas daquela linha d'água, somente um total de 50 apresenta qualquer problema para modernas embarcações a motor, de rio. O maciço das Guianas, com altitudes variando em torno de 2.500 metros e que separa o Brasil da Venezuela, desce para o Norte e para o Sul, formando taboleiros de altitudes decrescentes. Na Venezuela, têm o nome de Llanos e são recobertos, como no lado do Brasil, por excelentes pastagens, largamente utilizados pela pecuária da região. Na vertente oeste do Orenoco, os Andes alcançam quatro e cinco mil metros, com picos recobertos de neves eternas.

CLIMA

As terras do baixo Orenoco e do baixo rio Negro são quentes. Mas

a reg
guian
tam t
A exp
peratu
tre 74
que
área s

A r
ria de
tropica
viomét
polega
teor d
dico q
america
nhuma
corrida
Charles
Nova
seguida
ordem
ficou-s
cas, qu
ao uso
tras c
que de
do clim
rio ven
há mos
de doc
trechos
giões in
sença d
evita a
migas, e
também
doenças

O ven
mescla
porção,
biano F
branco,
O aborig
Thomaz
mente a
merosa
habitou
mar car
dindo-se
vadiu to
para as
fortes, al
res, resis
foram ha
água era
o ar sauc
setos tra

a região de Llanos e de planaltos guianos e a região andina apresentam temperaturas médias e baixas. A expedição verificou que as temperaturas variam, mensalmente, entre 74 e 88 graus Fahrenheit, o que é extraordinário para uma área sob o Equador.

A região apresenta e não poderia deixar de ser assim, numa zona tropical, pesada precipitação pluviométrica, variando de 70 a 105 polegadas por ano, bem como alto teor de umidade. Contudo, o médico que acompanhou a expedição americana afirma que não há nenhuma razão pela qual a área percorrida não seja tão saudável como Charleston, Savannah, Mobile ou Nova Orleans, desde que sejam seguidas certas regras comuns de ordem sanitária. As noites, verificou-se, são geralmente tão frescas, que se é obrigado a recorrer ao uso de cobertas. Há ainda outras circunstâncias favoráveis e que devem ter pesado na opinião do clínico americano: no território venezuelano, pelo menos, não há moscas e mosquitos portadores de doenças, à exceção de certos trechos do baixo Orenoco e das regiões inundadas da costa. A presença de águas oleosas e salinas evita a proliferação deles. As formigas, embora em grande número, também não são transmissoras de doenças.

O HOMEM

O venezuelano de hoje é uma mescla de raças na seguinte proporção, segundo o escritor colombiano Fernando Gonzalez: 45 % branco, 45 % índio e 10 % negro. O aborígine venezuelano, conforme Thomaz Rourke, pertence racialmente ao grupo Caribe, raça numerosa que, em tempos passados, habitou todas as ilhas e costas do mar caribico. Essa raça, subdividindo-se em inúmeras tribos, invadiu todo o país. Os que foram para as regiões andinas ficaram fortes, altos, robustos, trabalhadores, resistentes e guerreiros, pois foram habitar uma região onde a água era pura, a temperatura fria, o ar saudável, onde não havia insetos transmissores de febres e

onde os caminhos rochosos enrijavam-lhes os músculos e a altitude desenvolvia-lhes os pulmões. Os que foram para as terras baixas, tais como o vale do Orenoco e inclusive o seu delta, bem como para o lago Maracaibo ficaram raquíticos, de pequeno porte, pouco inteligentes e pacíficos, pois tratava-se, aqui, de regiões insalubres, de climas quentes e onde a alimentação predominante era o peixe. Finalmente, os que se encaminharam para os Llanos, constituíram um tipo intermediário. A área percorrida pela expedição americana, com um total de 200.000 milhas quadradas, é habitada por 6.000 almas, aproximadamente, das quais 5.000 civilizadas, se distribuem por uma faixa estreita ao longo da via fluvial e as restantes 1.000 são constituídas por tribos nômades de índios em estado selvagem. Toda essa população vive mais ou menos em completa miséria, porém tal situação é devida à falta de alimentação adequada e de medidas sanitárias. Trata-se de gente subnutrida. A avitaminose é a sua primeira consequência. E assim por diante. Porém, e isto é o que nos interessa, o relatório da expedição afirma "que a terra responde com estupenda alacridade à mais leve tentativa de cultivo, possibilitando a variação de alimentos e que mesmo a aplicação dos mais rudimentares princípios de higiene e de medidas sanitárias apropriadas resultaria em espantoso melhoramento da saúde pública, pois o clima é potencialmente saudável e as doenças predominantes são facilmente controláveis". Em resumo, o território que estudamos, desde que controlado por medidas sanitárias, apresenta condições favoráveis ao acolhimento de quaisquer raças humanas, circunstância digna de registro quando se encara a possibilidade de emigração, em larga escala, dos povos europeus, neste após-guerra. O relatório americano sugeria a vinda, para ali, de "Judeus e outros povos oprimidos", ansiosos por um novo mundo de oportunidades. Sabe-se também que um dos objetivos da política

interna da Venezuela é encorajar a imigração, a fim de preencher a deficiência de sua população e, nesse sentido, ela encara o vale do Orenoco como um motivo de real atração.

ECONOMIA

A Venezuela produz, no reino vegetal, café, cacau, plantas medicinais, borracha, resinas, madeiras, milho, cana de açúcar, fibras, etc. O solo é tão fértil que se podem obter, em certas regiões, três safras de milho, por ano, o que se dá, também, com outras culturas. O café é de superior qualidade, largamente exportado. Muitos desses produtos encontram também o seu "habitat" na região do vale do rio Negro. No reino mineral, a Venezuela é particularmente dotada de bauxita e petróleo, os dois produtos "chave" da economia mundial. Além desses, possui cobre e ouro, compensadoramente explorados, bem como diamantes e cloreto de sódio (sal), também já industrializados. Recentes pesquisas indicam a existência de mais reservas de ouro e diamantes e principalmente novos lençóis de petróleo e novos depósitos de bauxita. Um abundante potencial hidrelétrico possibilitará o desenvolvimento de indústrias, podendo prever-se a expansão da do alumínio, visto que a industrialização do seu mineral de origem — a bauxita — consome grande quantidade de energia elétrica. Mas é no petróleo que repousa e repousará cada vez mais a economia da Venezuela e por isso nos deteremos mais sobre ele.

Até 1917 a Venezuela era um país cheio de dívidas internas e externas. A sua instabilidade política traduzia fielmente a sua instabilidade econômica e financeira. O seu crédito no estrangeiro estava tão abalado que encorajou a Alemanha, no início deste século, a empregar a força para compeli-la ao pagamento de suas dívidas. Cruzadores alemães bloquearam a costa da Venezuela e chegaram a disparar contra Puerto Cabello e Maracaibo. Essa atitude violenta, tão do gosto da velha Alemanha, suscitou protestos mundiais e acor-

dou os Estados Unidos. Theodoro Roosevelt, então presidente da União Americana enviou, por sua vez, navios de guerra para o local do bloqueio e notificou ao Kaiser Guilherme que, "se os navios germânicos não se retirassem dentro de 48 horas, seriam canhoneados, acrescentando não permitir que uma nação americana fosse transformada em outro Egito". Os navios alemães se retiraram. Era a "Doutrina de Monróe" em pleno funcionamento! Em 1918 começaram as primeiras perfurações nas margens do lago Maracaibo. Essa região foi a única área produtora durante 10 anos e ainda hoje é a principal. Sendo de acesso difícil, obrigou a construção de oleodutos até a costa. Daqui o petróleo é transportado em navios tanques para Curaçao, onde é refinado e de onde é distribuído para o mundo. O comércio está distribuído entre várias nacionalidades. "Cedo, cita Thomaz Rourke, começaram as companhias holandesas, inglesas e americanas a disputar sobre concessões, recobrindo o país com elas e operando sob diversos nomes". Os primeiros grandes produtores que conseguiram manter a supremacia até o presente foram a Royal Dutch Shell (holandesa), operando sob o nome de Caribbean Petroleum Company; a Standard de Indiana (americana), com a rubrica de Lago Petroleum Company, a Gulf Oil Company e a Sun Oil Company (Inglesas). Dentro de pouco, lá estavam todas as grandes companhias, a Standard da Califórnia, a Standard de Nova Jersey, a Texas Oil Company, a Atlantic Refining, a Sinclair e todas as suas respectivas subsidiárias. Todo o país foi, praticamente, recortado de concessões, mas diga-se em abono do governo e do povo venezuelanos, a legislação decretada sobre essas concessões é sábia, altamente remunerativa e repassada de um extremado cunho nacionalista. Hoje, a Venezuela transformou-se numa região de alta pressão econômica e financeira. Os interesses internacionais que ali se defrontam valem milhões.

Já a
quena
se tra
dutor
1938 a
cente,
nelade
segund
produ
dos Es
glês ap
em 102
ricano
tras na
cifras
Guarde
400 mi
admira
seja a
nada de
tername
impostos
sobre a

OS II

Não é
discernir
rêsses an
tuada a
namá e
trum" d
hington.
10 pés, R
Orenoco,
terminan
construíd
verdadeir
manejada
e progres
novo mu
redo" dos
res espan
a figura
esse mun
tema de
ência das
nômicas
Jeston e
Unidos.
caracterist
que o Ore
penetraçã
da Améric
dal imensa
zonas por
toda essa
senta à na
desprezível
americano

Já em 1932 a Venezuela — a pequena Veneza dos descobridores — se transformava em terceiro produtor mundial de petróleo e em 1938 a sua produção, sempre crescente, atingia a 28 milhões de toneladas métricas. Hoje, ocupa o segundo lugar no mundo, como produtora de petróleo, logo abaixo dos Estados Unidos. O capital inglês aplicado em petróleo, ali, orça em 103 milhões de dólares; o americano em 250 milhões e o de outras nacionalidades em 40 milhões, cifras relativas ao ano de 1930. Guardemos o total: são cerca de 400 milhões de dólares! Não é de admirar, pois, que a Venezuela seja a única nação do mundo que nada deva, quer interna, quer externamente. Ficam no país taxas, impostos, décimas, etc., cobrados sobre a exploração do seu petróleo.

OS INTERESSES AMERICANOS

Não é preciso ir mais longe para discernir a importância dos interesses americanos numa região situada a dois passos do canal do Panamá e banhada pelo "Mare nostrum" da grande pátria de Washington. O canal "todo o ano", de 10 pés, Rio Negro — Cassiquiare — Orenoco, começando em Manaus e terminando no delta do Orenoco, construído, seria a artéria vital, verdadeira vara de condão que, manejada por interesses ardorosos e progressistas, acordaria todo um novo mundo, o famoso "El Dorado" dos visionários conquistadores espanhóis. E se observarmos a figura n. 2, verificaremos como esse mundo se ajusta bem ao sistema de comunicações e à influência das três grandes bases econômicas de New Orleans, Charleston e New York, dos Estados Unidos. Passamos em revista as características da região. Vimos que o Orenoco é uma das vias de penetração natural do setentrão da América do Sul; que essa caudal imensa se liga ao vale do Amazonas por um canal natural e que toda essa linha d'água não apresenta à navegação senão problemas desprezíveis em face do capital americano; vimos que o clima era

saudável e acolhedor a quaisquer raças humanas, desde que controlado por medidas sanitárias, cujos segredos a Fundação Rockefeller possui; vimos finalmente que a terra era feraz e as riquezas minerais apresentavam a abundância de dois produtos "chaves" do século, a bauxita e o petróleo, de permo com outra alavanca da indústria moderna, ou seja a força hidrelétrica. Como deter, pois, a força da expansão da economia americana por essa linha de menor resistência? Já Mario Travassos dizia, em seu livro "Aspectos Geográficos Sul-Americanos", publicado em 1933, "estar mais que evidente a possibilidade do potencial yankee exceder o recipiente antilhano e canalizar-se por onde fôr mais fácil e necessário escoarem-se os seus interesses econômicos". "O imperativo de certas contingências



Fig. 2

industriais exige ir-se ao encontro de certos produtos onde quer que eles se encontrem". As leis econômicas são imperativas. A trajetória de uma Nação na história da política mundial é ditada pela sua geografia e pela expansão de sua economia. E bem sabemos que o curso da história é inestancável. Em fins do século XVIII, na alvorada de sua formação política, os Estados Unidos eram constituídos por um reduzido número de Estados, adensados na costa do Atlântico e formados pelos territórios da antiga colônia inglesa, que Washington libertara. Foi o ponto de partida. Dai por diante a Geografia e a Economia deram-se as mãos para tutelar a política de "Uncle Sam". Ao raiar o século XIX, meio milhão de americanos, obedecendo a impulsos criadores, já estavam vivendo a Oeste da cordilheira de Alleghany. Tinham-se ali estabelecido várias comunidades, cuja sobrevivência dependia do comércio com o resto do país e do mundo. Isto levou Jefferson a enviar Robert Livingston a Paris, com a missão de propor à França depauperada e exausta de Napoleão a compra, a princípio, tão somente de Nova Orleans, situada na embocadura do Mississippi e considerada indispensável ao escoamento da produção das comunidades há pouco referidas e cuja prosperidade já se fazia sentir vivamente. Essa proposta resultou na compra de toda a Luiziana, oferecida por Talleyrand, em nome do grande corso, pela soma de 15 milhões de dólares. Mais tarde a Flórida foi também comprada da Espanha. A descoberta de ouro no Oeste e a necessidade de novas terras para a agricultura e a pecuária provocaram a corrida para o "Far West", a despeito dos protestos dos Peles Vermelhas. Na direção de S.W. surgiram a Califórnia, o Novo México, Nevada e o Arizona, regiões colonizadas pelos americanos e onde, primitivamente, viviam muitos mexicanos. Finalmente, o Texas foi o tributo de uma guerra perdida pelo México. Eis a unidade geográfica estabelecida. Os Estados Unidos eram

agora uma potência transcontinental! Seu território era uno e se estendia do Atlântico ao Pacífico! Mas faltava-lhe unidade política, que só a obtiveram com a vitória do Norte na guerra da Secessão. Os dois oceanos criaram-lhes — sempre a Geografia — um vasto problema, de segurança, resolvido com a abertura do canal do Panamá, desta vez com o tributo pago pela Colômbia. Porém a defesa do canal só estaria assegurada se, de um lado, a América Central não apresentasse nenhum problema político sério e, de outro, se se garantissem as saídas do mar mediterrâneo das Caraíbas. A questão da América Central foi resolvida com o seu fracionamento em grande número de pequenas repúblicas e quanto ao mar das Caraíbas, é hoje, "fait accompli", nitidamente, uma zona de influência norte-americana. Guantánamo, em Cuba e Porto Rico, bases americanas, guardam os estreitos entre as ilhas. Este problema de segurança só foi completado na recente guerra, em consequência do acordo com a Inglaterra, pelo qual os EE.UU., em troca de 50 destroyers, obtiveram concessão de bases nas Pequenas Antilhas, em Trinidad e em Georgetown. As necessidades da guerra levaram os americanos a construir bases na Venezuela, também.

As atuais bases já permitem aos yankees dominarem, em termos de autonomia marítima, todo o litoral Norte e Nordeste da América do Sul até o cabo de São Roque. As exigências da guerra os levaram, finalmente, à ilha de Ascensão, a meio caminho entre a América do Sul e a África e a Libéria, onde obtiveram bases. Estas duas últimas de um lado e as das Pequenas Antilhas, de outro, deram-lhes o domínio do Atlântico Sul. Esse domínio seria absoluto se o Brasil lhes cedesse, definitivamente, o uso das suas bases do Nordeste. Como vemos, os fatos falam por si mesmo. Limitamo-nos a narrar a história da expansão americana. Somos admiradores da pátria de Franklin. O Brasil foi aliado da América e seus filhos verteram o

seu sangue, sua vida, em defesa dos americanos. Mas não de dar ainda o Brasil nas atuais condições, aos

Não EE.UU. problemas Orenoco mos afir guerra II por essa continua de influê matérias dem, vita veis à ec A via Rio Orenoco p to daquel um cami pela bôca são americ nada mais ção de un mica já f da Améric damos. O que pese a mica, ainda po, o mun móvel. Diz do aço, qu atual, já p dos metais como o d Isso se asse cha e baux dos pela m gão Orenoco todas essas advinhar o será chamao nomia do m ximo.

OS INTER

Iria o Br território, a "todo o ano quiare — C não. A nat tou o Norte nomeno Am eia hidrogr em leque Guianas, por

seu sangue, pela causa da liberdade, ombro a ombro com os americanos. Mas não podemos deixar de dar resposta a problemas que ainda despertam atenção, mesmo nas atuais circunstâncias do mundo, aos nossos amigos do Norte.

Não queremos sugerir que os EE.UU. estão a pique de criar um problema político na região do Orenoco — Rio Negro, mas podemos afirmar, em conclusão, que a guerra lhes aguçou a curiosidade por essa região que, de resto, é a continuação natural da sua zona de influência. Ali se encontram matérias primas de primeira ordem, vitais à guerra e indispensáveis à economia mundial, na paz. A via Rio Negro — Cassiquiare — Orenoco possibilitaria o escoamento daquelas matérias primas e por um caminho mais curto do que pela boca do Amazonas. A expansão americana por essa via natural nada mais seria que a consolidação de uma sólida posição econômica já firmada no canto N.W. da América do Sul. Não nos iludamos. O mundo de amanhã, em que pese a inauguração da era atômica, ainda será e por muito tempo, o mundo do avião e do automóvel. Diz-se mesmo que a idade do aço, que caracterizava a época atual, já passou, substituída pela dos metais leves, porém, resistentes, como o duro-alumínio. E tudo isso se assenta em petróleo, borraça e bauxita, largamente colocados pela mão da natureza na região Orenoco — Rio Negro. Por todas essas considerações, é fácil adivinhar o papel que essa região será chamada a representar na economia do mundo, num futuro próximo.

OS INTERESSES BRASILEIROS

Iria o Brasil facilitar, em seu território, a construção do canal "todo o ano" Rio Negro — Cassiquiare — Orenoco? Creemos que não. A natureza, mãe sábia, dotou o Norte do Brasil com o fenomenal Amazonas, formidável bacia hidrográfica que se abre em leque até o maciço das Guianas, por entre as faldas dos

Andes e até as encostas do planalto brasileiro. As águas dessa imensa bacia, que nos comunicam com sete países, são coletadas numa única e estupenda calha e ali corre — *estrada que anda* — na direção de Leste e não do Norte. A economia e a política de comunicações do Brasil na Amazônia, em relação aos seus vizinhos, deverão também se assentar com o espírito voltado na direção de Leste e não do Norte. Fazer o contrário é atentar contra a própria natureza. Não sejamos estúpidos a ponto de criar, por nossas próprias mãos, em nosso próprio território, um antagonismo geográfico, que daria origem, fatalmente, a um antagonismo econômico, e quicá político, fonte de futuras inquietações. O canal rio Negro — Cassiquiare — Orenoco, construído, faria voltar para o Norte toda a economia da imensa região banhada pelos rios Negro, Branco e seus tributários, ao invés de fazê-la viver para o Sul e para Leste. Seria contribuir para desnacionalizar uma longínqua região do Brasil, quando o próprio governo federal, com a criação do Território de Rio Branco, mostrou-se esforçado para aglutiná-la ainda mais à comunidade nacional. Seria pôr forças centrífugas onde só deveria haver forças centrípetas. Sabe-se que o vale do Amazonas age como uma força centrípeta e homogenizadora em relação aos antagonismos geográficos da Colômbia (nudo de Pasto) e da Bolívia. O interesse do Brasil é drenar pelo Amazonas toda a economia do vasto arco que se estende do maciço guiano a La Paz, fazendo de Belém o portão monumental de saída para todos os seus produtos, bem como de entrada para as mercadorias que se destinam a remontá-lo. Ligar o rio Negro ao Orenoco seria inverter o sentido daquela drenagem, encaminhando-a para a Venezuela, onde os americanos já tem uma posição econômica fortemente consolidada, fazendo-a escoar-se no mar das Antilhas, dominado por eles, ao invés de no Atlântico, livre para nós. Seria pôr a chave de um mundo

em mãos alheias, quando a natureza a pôs em nossas mãos. Devemos seguir, em relação ao Amazonas, a mesma política que a Argentina segue em relação ao rio da Prata. Os argentinos procuram carrear toda a economia da bacia platina para o Sul e fazer de Buenos Aires a chave dessa economia. Contrapondo-se a essa política, o Brasil procura desviar para Leste, para o Atlântico, para costas suas, o que vai correndo para o Sul. É o papel desempenhado pela Noroeste, pelo ramal de Uruguaiana e pelas rodovias que vão ter à fronteira da Argentina e do Paraguai. Em relação ao Amazonas, quem está querendo se contrapor à nossa política de comunicações seriam interesses estrangeiros e iríamos facilitá-los? Há outros aspectos. Geograficamente, o Brasil é constituído pelo Brasil platino, voltado para o Sul e pelo Brasil amazônico, situado excêntricamente e voltado para o Norte e para Leste. Ligando esses dois Brasis há, como força aglutinadora, o Brasil longitudinal, cuja espinha dorsal é o rio São Francisco. Iríamos, pois, contribuir para aumentar ainda mais a excentricidade do Brasil amazônico, região já distante e de acesso difícil, em relação ao Brasil platino, onde está o coração do país? Há ainda o aspecto segurança. O canal rio Negro — Cassiquiare — Orenoco tornaria inútil Óbidos. Desapareceria a defesa natural. Abrir-se-ia uma porta à penetração estrangeira no extremo Norte do Brasil, tornando fácil a invasão de uma região que nos é difícil socorrer militarmente. Seria dar Manaus de graça ao estrangeiro. Seria colocarmo-nos na situação de ter de inverter os canhões de Óbidos e invadir o vale do Amazonas para reconquistar a nossa própria terra. Perguntar-se-á: então o senhor é partidário da Geografia e da Economia em compartimentos estanques? Responderemos: não, quando as forças econômicas que se defrontam nos compartimentos vizinhos se equilibram; sim, no caso contrário. Ora, o caso das bacias do Amazonas e do Orenoco é o segundo.

Logo... Cada país segue, em cada fronteira e em relação a cada vizinho a política que mais convém aos seus interesses políticos, econômicos e militares. Essa posição é compulsória, tratando-se de um país com a extensão da do Brasil, limitando com 10 países, apresentando fraca densidade de população e fortes correntes imigratórias e onde, portanto, os fios de sua política externa e interna devem ser tecidos com cuidado e visando sua unidade, segurança e preservação. O que devemos fazer é equipar o rio Negro, bem como todos os tributários do Amazonas, mas para desempenhar o papel que a natureza lhes reservou, isto é, para carrear os produtos da Amazônia na direção geral de Leste e não do Norte. Nada de comportas em São Gabriel. Fortes barreiras alfandegárias na direção da Venezuela e taxas mínimas na direção de Belém. Eis a política que verdadeiramente consulta aos interesses nacionais.

CONCLUSÃO

O obstáculo de São Gabriel, quase no limite do Brasil com a Venezuela, parece ser outra dádiva da natureza ao Brasil. É como se fosse posta ali para dificultar a comunicação da bacia do Orenoco com a do nosso Amazonas. Saibamos, portanto, aproveitar mais essa lição da natureza. Façamos de São Gabriel o limite entre dois mundos.

Fiquemos cada um em sua bacia hidrográfica. Os interesses que ora se aninham na do Orenoco, já transbordando, drenados para o Sul, avassalariam a do Amazonas. Quebrariam a unidade geográfica do anfiteatro amazônico. Subverteriam a economia do rio-mar. Poriam em perigo a unidade nacional.

Suscitariam problemas sérios de segurança. Concluímos, portanto, por afirmar que os mais lúdimos interesses do Brasil desaconselham a sua contribuição, sob qualquer forma, e em qualquer tempo, para a construção de um canal ligando o rio Negro ao Orenoco.

(Continua)

Há
I.B.G.
dados
circula
pagame
brasilei
Come
prensa
tecendo
mentári
importa
formaç
racteriz
vida br
Impre
tram be
perigoso
tizados
quillid
Mostram
inflacion
incapaci
rada pe
cismo de
Recor
média lo
em noss
décadas,
existênci
vida polí
blica, at
veja a co
e o infla
flacionis
tencional
comprar
formar la
talmente
caráter fi
— "A m
em segu
título ou
outros sof

O QUE É INFLACIONISMO MONETÁRIO...

Cel. J. B. MAGALHÃES,
Da 1ª classe da reserva do Exército

"É pela política monetária que o Governo, principalmente, exerce sua ação sobre a vida do país." (Schuman).

Há pouco, o ano passado, o I.B.G.E., órgão oficial, publicou dados estatísticos relativos ao meio circulante, ou seja, aos meios de pagamento, ou seja ainda, à moeda brasileira.

Comentou-os a "Tribuna da Imprensa", de 17 de janeiro último, tecendo a respeito judiciosos comentários, de modo a ressaltar a importância transcendente das informações do I.B.G.E., para a caracterização do momento atual da vida brasileira.

Impressionam realmente. Mostram bem quanto esse momento é perigoso; cheio de perigos sintetizados no sentimento de intranquilidade que a todos nós inquieta. Mostram quanto tudo são efeitos do inflacionismo monetário, fruto de incapacidade política de uns, explorada pelo demagogismo ou negocismo de outros...

Recorde o leitor maduro ou o de média idade, o que tem ocorrido em nossa Pátria nas duas últimas décadas, em todos os aspectos da existência nacional, desde os da vida política e da administração pública, até os da vida doméstica e veja a correlação que há entre eles e o inflacionismo monetário. Inflacionismo feito, a princípio, intencional e confessadamente para comprar ouro, sob o pretexto de se formar lastro para uma moeda fatalmente inconversível, de perene caráter fiduciário (J. Pires do Rio — "A moeda brasileira"); feito, em seguida, sob a alegação de estímulo ou amparo à produção e de outros sofismas, em que são férteis

os demagogos e os negociistas. Medite o jovem leitor a respeito do que podem significar as informações do I.B.G.E., que em seguida vamos reproduzir, com o pensamento alçado do presente fugaz para o inexorável futuro em que vai viver, se ao inflacionismo monetário não fôr pôsto um paradeiro.

Aqui está o que dizem os quadros estatísticos do I.B.G.E., relativamente ao poder aquisitivo do cruzeiro em comparação com o custo da vida. Mostram que, o que se comprava com um cruzeiro, em 1938 (índice 100,5), reduziu-se a cerca de metade em 1943 (índice 54,3) e desceu mais, pouco menos de 50 % em junho de 1948 (índice 35,2).

Isto por quê? Porque, sem que houvesse aumento da riqueza nacional efetiva, conseqüente do aumento da produção, a quantidade do dinheiro, dos meios de pagamento, moeda circulante e moeda escritural (créditos bancários) cresceu, de acôrdo com os índices seguintes:

— papel moeda em circulação —
janeiro de 1938: 97,1; janeiro de 1943: 172,3; junho de 1948: 496,5!...

— moeda escritural — 1938: 97,1; 1943: 194,3; 1948 (junho): 518,6!...

Qual foi o efeito mecânico disto sobre nossa vida? Respondam os índices relativos ao seu custo:

— janeiro de 1938: (geral) 99,5 (alimentação) 99,0;

- janeiro de 1943: (geral) 184,0
(alimentação) 147,5;
— junho de 1948: (geral) 285,9
(alimentação) 325,9!

Qual o efeito moral? A inquietação pelo dia de amanhã na massa da população; o incitamento ao jogo, à especulação, às cavações e a todas as inescrupulosidades, nos oportunistas...

Quais podem ser os resultados? Desorganização nacional acelerada até... Preferimos não concluir.

Alguns pensam que os reajustamentos de salários e vencimentos podem corrigir os efeitos mecânicos, o que é uma ilusão. Ilusão fácil de compreender, observando-se que esses reajustamentos só se fazem depois do encarecimento da vida se tornar sensível, encarecimento que não cessa enquanto continua o inflacionismo; se não se olvidar irem somente se processando por grupos sociais, e que, quando satisfeitos os últimos, os

primeiros já estão novamente desajustados...

Mas, o que de modo algum corrige, ou, melhor, atenuam, mesmo efêmeramente, são os efeitos morais, pelo pouco valimento que têm para restabelecer a estabilidade, suficientemente duradoura das condições materiais da vida. Ao contrário, até os agravam.

Por tudo isto, vê-se bem não ser o "código de vencimentos e vantagens" no atual momento, o que deva preocupar, ou mesmo interessar às classes armadas. É a normalização da nossa política monetária, que deve atrair sua atenção e fazer a convergência de seus esforços, que reclama dedicação cívica e põe em prova o seu patriotismo. De fato, sem ela não terá tranquilidade a vida nacional, particular ou coletiva, sem a qual nada de útil se pode projetar e, ainda menos, fazer em prol de nosso progresso.

"QUER O EXÉRCITO MANTER SUA ÚNICA REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES?"

Como resposta à pergunta acima recebemos, até 31-V-950, mais as seguintes listas de assinaturas:

Listas já publicadas.....	531
Q.G. da 6ª Região Militar.....	2
Q.G. do Grupamento de Oeste.....	1
Q.G. da 10ª Região Militar.....	9
Escola Militar de Resende.....	25
Escola de Artilharia de Costa.....	5
C. A. E. R.....	1
Escola de Transmissões.....	2
Escola de Estado-Maior.....	6
Diretoria de Material Bélico.....	1
5º Regimento de Infantaria.....	1
7º Regimento de Infantaria.....	15
11º Regimento de Infantaria.....	11
14º Regimento de Infantaria.....	39
23º Batalhão de Caçadores.....	10
23ª C. de Recrutamento.....	10
5º Batalhão de Engenharia.....	1
20º Batalhão de Caçadores.....	3
1º/3º R. A. A. Aé.....	11
Q.G. da 3ª D.C.....	4
1º R. C. Mot.....	4
Soma.....	692

"En
1939,
Itália
ras o
Em
para
chegou
liões,
guerra
gou a
finalm
em 19
A c
mente,
desvar
O de
1938, p
no ano
em jan
Essa
moeda
No
afere-s
Ao p
loriza,
O Ins
publica
atacado
para 1
meira, e
na vesp
Chege
1939, a
guinte,
a 4.154
no fim
Contín
e o inc
13.961 e
26.349 e
Os en
alta dos
emprega
salários.

POLÍTICA MONETÁRIA ITALIANA

De um artigo publicado no "Jornal do Brasil", de 19 de fevereiro último, por J. Pires do Rio, fazemos os seguintes extratos, de evidente interesse para os que conhecem, ou sentem, a situação econômica e monetária do Brasil:

"Entre 1920, fim da primeira, e 1939, início da segunda guerra, a Itália manteve em 19 bilhões de liras o volume de sua moeda.

Em 1940, a circulação cresceu para 35 bilhões; no ano seguinte, chegou a 54, depois a 79, a 181 bilhões, a 319, a 389, no fim da guerra; continuando a crescer, chegou a 512 bilhões; depois a 793 e, finalmente, a 970 bilhões de liras em 1948.

A caudal emisscionista, naturalmente, produziu todos os efeitos da desvalorização da moeda italiana.

O dólar, que valia 19 liras, em 1938, passou a valer 192, em 1947; no ano seguinte, valia 350; hoje, em janeiro de 1950, vale 624 liras.

Essa foi a vicissitude sofrida pela moeda italiana no mercado externo.

No interno, a desvalorização afere-se pela alta dos preços.

Ao passo que a moeda se desvaloriza, alteiam os preços.

O Instituto Central de Estatística publica um índice dos preços por atacado: tomando a base de 100 para 1913, ano véspera da primeira, eleva-se o índice geral a 484 na véspera da segunda guerra.

Chega o índice geral a 505 em 1939, a 589 em 40, a 657 no ano seguinte, a 738 em 42, a 1.107 em 43, a 4.154 em 44, e atinge 9.971 em 45, no fim da guerra.

Continuaram os preços a subir, e o índice do atacado chegou a 13.961 em 46, a 24.974 em 47 e a 26.349 em 1948.

Os empregadores festejavam a alta dos preços, ao passo que os empregados reclamavam a alta dos salários...

Sempre o mesmo caminho da inflação: na Itália, como na França ou na Espanha."

"A moeda fiduciária, diferente da metálica, é um título de crédito do Estado e que regula os preços e, portanto, o custo da vida, cuja elevação castiga mais os de menor renda ou salário.

Nesse ponto é que se depara tremenda responsabilidade dos governantes de uma nação em política monetária.

Na moeda fiduciária têm os governantes um poder infinito de proteger o capital contra o trabalho. E fazem-no repeticamente, de tal sorte que os lucros formam logo ambiente de prosperidade geral, ao passo que o valor perdido pelos salários é tardiamente compreendido, quando eles se manifestam insuficientes para manter o antigo padrão de vida. Agora, surgem as reclamações, e as greves perturbam a ordem e empobrecem a nação inteira, criando ambiente revolucionário.

Na Itália, foi o que se viu depois da primeira guerra, quando, para evitar uma revolução comunista, se fez a revolução fascista. Na segunda guerra, fenômeno idêntico se verifica: a agitação comunista é estimulada pelo encarecimento da vida, pela demora da elevação dos salários.

Tem o custo da vida, apesar das tentativas policiais de conter os preços, crescido sempre, como demonstram os numerosos índices que, com a base de 100 no início da guerra, chegaram a 122 no ano

seguinte, a 273 em 1943, a 1.215 em 44, a 2.392 no fim da guerra e, continuando a subir, a 4.575, em 47 e a 4.844 atualmente.

Acompanhando a elevação do custo da vida, deu-se naturalmente a elevação dos salários, cedendo às reclamações dos trabalhadores, muita vez em forma de greves, animadas sempre pelo pensamento comunista.

A Itália resistiu menos do que as outras nações européias, com exceção da Grécia e da România. Na França, foi menor o encarecimento da vida, não chegou a ser metade do que se verificou na Itália. Mais felizes foram Portugal, Suíça, Holanda, Dinamarca, e a própria Inglaterra, sobre quem mais pesou a guerra; nessas nações, o custo da vida apenas duplicou.

Na Itália, tornou-se 48 vezes maior.

Também os salários cresceram, na mesma proporção, evitando-se dessa maneira uma subversão social, movida pela deficiência dos salários."

"Na agricultura, os trabalhadores fazem hoje 64 vezes mais do que em 1938, isto é, tem um padrão de vida um tanto mais elevado.

Da população produtiva, num total de 18 milhões e meio de almas, vivem da agricultura pouco mais de 8 milhões e meio; trabalham na indústria pouco menos de 5 milhões e meio; de comércio vive milhão e meio e de transportes pouco mais de meio milhão de pessoas.

O forte, portanto, na economia da Itália, é a agricultura, ficando a indústria em segundo lugar, como elemento demográfico.

Nessa indústria, os salários de hoje são 54 vezes maiores do que

em 1938, isto é, o aumento dos trabalhadores industriais foi um pouco menor do que o dos rurais; os camponeses tiveram mais do que os operários.

Menor ainda foi o aumento dos que trabalham nas indústrias de transportes, reduzido a 45 vezes mais do que em 1938.

O funcionalismo civil foi o menos aquinhado, pois, como índice geral, os vencimentos de 1948 são apenas 37 vezes mais do que em 1938."

"A crise econômica em que se debate o país tende a passar, e a moeda a se estabilizar, sem preocupação de revalorizar-se, convencidos os responsáveis pelo Tesouro Nacional, fabricante da moeda fiduciária, que a estabilidade do valor monetário é o mais poderoso instrumento de propulsão econômica e de tranquilidade social, no regime de produção capitalista, onde o trabalho, quando sacrificado pelo encarecimento da vida, primeiro efeito da desvalorização monetária, se torna perigoso meio de agitação.

Já em todo o curso dos dois últimos anos, 48 e 49, tiveram relativa estabilidade os preços no mercado interno da Itália. Também a lira, no seu câmbio, cerca de 800 por dólar, ficou estável. Auguramos que a Itália, curada em seu fascismo pelo perigo comunista, já tenha entrado em franco restabelecimento de sua economia, magnífico resultado do esforço de um povo admirável a trabalhar numa terra ingrata, pobre de carvão e coberta de monhanhas; belo país, rico de paisagens num clima incomparável."

A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO

De todos os recursos de que dispõe o Governo para reagir sobre a economia nacional, é o Orçamento, o mais eficaz.

Infelizmente, porém, na sua confecção entram influências negativas dos políticos sem nenhuma consideração pelo interesse público e as condições efetivas da economia nacional. O demagogismo e a satisfação de mesquinhos interesses pessoais, e os chamados motivos eleitorais, perturbam sempre a confecção normal.

J.B.M.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

**Ten.-Cel. MANOEL IGNACIO CARNEIRO
DA FONTOURA**

I — INTRODUÇÃO

A Viação Férrea do Rio Grande do Sul está inteiramente contida no Estado do mesmo nome, cujo território constitui a 3ª Região Militar.

A Viação Férrea surgiu da encampação pela União da antiga "Cie. Auxiliaire", de nacionalidade belga, que explorou durante muitos anos esse serviço, naquele Estado.

O Governo Federal recebeu o acervo em péssimas condições: a via permanente, o material rodante e o de tração estavam em mau estado de conservação, como também reinava a indisciplina no quadro do pessoal subalterno da referida empresa de transporte.

A encampação foi o epílogo da crise provocada pela greve geral ocorrida em 1919, durante a qual houve a intervenção do governo, primeiramente a do Estadual e posteriormente a do Federal, com a consequente ocupação militar dos pontos sensíveis da ferrovia, pelo último.

Desde então a "Cie. Auxiliaire" passou a ser um bem do patrimônio nacional, sob o nome de Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Todavia, quem administra esse patrimônio não é a União e sim o Estado, por efeito de contrato de arrendamento.

A Viação Férrea, nesta fase, entregue à direção de engenheiros brasileiros, tem melhorado consideravelmente.

Com efeito: o pessoal (cerca de 10.000 ferroviários) apresenta bom padrão de disciplina, a qual muito se aproxima da militar; o material rodante e de tração, se não atende

pelo número a todas as necessidades do transporte normal de tempo de paz, ao menos se encontra em bom estado de conservação e é renovado periodicamente; e, finalmente, a via permanente, conquanto não seja de excelente equipamento, acrescida com a incorporação da antiga B.G.S. e a construção de novos ramais, bem como de variantes, está em bom estado de conservação.

Pode citar-se como índice do grau de disciplina ferroviária, bem como do estado da linha e do material, a ausência de desastres e a regularidade dos transportes civis.

A Viação Férrea, quer pela disciplina do pessoal, quer pela quantidade e qualidade do material, quer ainda pela extensão quilométrica das linhas, ocupa lugar de destaque entre as ferrovias nacionais.

Sua rede de via singela, abrangendo cerca de 3.500 quilômetros, corta o território do Rio Grande do Sul em várias direções, tendo centro em Santa Maria, onde convergem, por enquanto, três linhas troncos.

Do ponto de vista militar, ressalta a todos a importância dessa rede, localizada numa região do território nacional, que confina com dois países, a Argentina e o Uruguai, um dos quais disputa com o nosso a hegemonia desta parte do continente.

II — VIA PERMANENTE

A rede ferroviária da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, de bitola métrica, articula-se:

— ao N., com a rede Paraná-Santa Catarina, em Marcelino Ra-

mos, com a qual mantém tráfego mútuo;

— ao S., com a E.F. Central del Uruguay, na Barra do Quaraí, em Livramento e Jaguarão, de bitola diferente, mas um terceiro trilho, nas duas últimas, permite aos trens de uma chegarem às gares da outra, nas cidades vizinhas; e

— ao W., com a E.F. Norte Argentina, também de bitola diferente, em Uruguaiana, através da ponte internacional, inaugurada em 1947.

Divide-se em 4 linhas troncos, 10 ramais e 2 sub-ramais, a saber:

a) *Linhas troncos:*

1) Santa Maria a Pôrto Alegre (quer pela variante de Barreto, quer por Montenegro);

2) Santa Maria a Marcelino Ramos;

3) Santa Maria a Uruguaiana; e

4) Cacequi a Rio Grande.

b) *Ramais:*

1) Rio dos Sinos a Canela;

2) Montenegro a Caxias;

3) Ramiz Galvão a Santa Cruz;

4) Cruz Alta a Santa Rosa;

5) Dilermando de Aguiar a São Borja;

6) Entroncamento a Livramento;

7) Alegrete a Quaraí;

8) São Sebastião a Livramento;

9) Basílio a Jaguarão; e

10) São Borja a Barra do Quaraí.

c) *Sub-ramais:*

1) Santiago a São Luiz; e

2) Carlos Barbosa a Bento Gonçalves.

Do ponto de vista militar, os trechos mais interessantes por ordem de importância:

a) *quanto às linhas tronco:*

1º) Santa Maria a Marcelino Ramos;

2º) Santa Maria a Uruguaiana; e

3º) Santa Maria a Pôrto Alegre.

b) *quanto aos ramais e sub-ramais:*

1º) Dilermando de Aguiar a São Borja;

2º) Cruz Alta a Santa Rosa;

3º) Alegrete a Quaraí, Santiago a São Luiz e Entroncamento a Livramento.

Da enumeração dos trechos de valor militar, ressalta a importância dos seguintes nós ferroviários:

Santa Maria, Cacequi, Dilermando de Aguiar, Cruz Alta, Santiago, Alegrete e Entroncamento.

A cidade de Santa Maria é o centro ferroviário n. 1 do Estado; para ele convergem três das quatro linhas troncos. Cacequi é o centro n. 2. Alegrete é o nó ferroviário entre os rios Quaraí e Ibicuí. Santiago é o do compartimento entre os rios Ibicuí e Ijuí. Cruz Alta, embora recuado, é o do compartimento ao N. do rio Ijuí.

Do ponto de vista tráfego, as principais linhas da Viação Férrea podem suportar, como já o tem suportado, tráfego intenso. Suas linhas, em regra, são consideradas de solidez suficiente. A solidez de uma linha reside, entre outros, na natureza do lastro, na resistência das obras de arte e no espaçamento dos dormentes.

O lastro de pedra britada, ou de cascalho, permite o escoamento rápido das águas da chuva. As obras de arte devem suportar as locomotivas de maior peso com o tender carregado, isto é, equipado em ordem de marcha. O espaçamento dos dormentes, tomado em seu valor ótimo, influi na elasticidade das linhas.

Do ponto de vista velocidade, as linhas da Viação Férrea, em regra, não permitem que se utilize a velocidade correspondente à solidez existente devido às rampas e às curvas de pequeno raio, as quais constituem pontos críticos em inúmeros trechos. Em alguns, como entre Entroncamento e Livramento, o número de curvas é excessivo; em outros, como entre Santa Maria e Cruz Alta, próximo a Santa Maria, a existência de fortes rampas, obriga a utilização de tração dupla.

Do ponto de vista abastecimento de água, as condições são boas em quase todas as linhas e ramais. As deficiências existentes decorrem,

não
do si
servi
caixa
da g
lizaç
rendi
Viaç
Do
situaç
legiaç
ferrov
grosso
locom
nho. e
contra
extra
linhas
gro);
na re
lenha
de pro
O car
como
lengo
lá-lo
carvão

Do
Viação
sejar;
estaçã
à form
portan
situaçã
res ex
(próxi
Maria
ções p
trens,
o deser
em re
Viação
quer d
imagin
tentes
de gue
inimigo

Um
linha t
vidido
seção
apresen
mas co
senyolv
pontos
nível, a
ultrap

não da falta de mananciais, mas do sistema de alimentação dos reservatórios. A alimentação de uma caixa d'água pode ser feita por ação da gravidade ou a bomba. A utilização da bomba a vapor de médio rendimento constitui a regra na Viação Férrea.

Do ponto de vista combustível, a situação da V.F.R.G.S. é privilegiada, em comparação com outras ferrovias nacionais. Com efeito, o grosso do combustível utilizado nas locomotivas (a lenha, o nó de pinho e o carvão nacional) são encontrados no Estado. O carvão é extraído de jazidas próximas das linhas (São Jerônimo e Rio Negro); o nó de pinho é adquirido na região N.W. do Estado; e a lenha provém, em parte, de hortos de propriedade da Viação Férrea. O carvão de Cardiff só é utilizado como reforço. Não há transporte longo de combustível, para acumulá-lo em depósitos, salvo para o carvão estrangeiro.

Do ponto de vista Estações, a Viação Férrea deixa muito a desejar. Se se encara sob o aspecto estação de classificação, destinada à formação de trens, o que é importante do ponto de vista militar, a situação é precária. As melhores existentes, Engenheiro Pestana (próximo a Porto Alegre), Santa Maria e Cacequi possuem instalações primitivas. A formação de trens, como também o embarque e o desembarque de tropa, constituem em regra, operação demorada na Viação Férrea, quer durante o dia, quer durante a noite. É fácil de imaginar que as dificuldades existentes poderão crescer em tempo de guerra, por efeito da ação do inimigo ou atos de sabotagem.

III — TRAÇÃO

Um eixo ferroviário, isto é, uma linha tronco ou um ramal, é dividido em secções de tração. A secção de tração é a porção do eixo, apresentando sensivelmente as mesmas condições de tração. Se o desenvolvimento da linha passar por pontos da mesma cota, isto é, em nível, a secção de tração não deve ultrapassar a 300 km. Esse limite

é imposto pela necessidade de fazer-se a limpeza do material de tração.

Quando se estuda um eixo do ponto de vista tração, o fator interessante é o coeficiente de tração. O coeficiente de tração é o resultado das resistências que se opõem ao esforço de tração das locomotivas, no trecho crítico da secção de tração. Essas resistências são de várias naturezas (rolamento, resistência de ar, etc.), sendo as principais, as chamadas resistências acidentais, que são devidas, conforme o caso:

- a uma rampa real, em tangente;
- a uma curva de raio mínimo, em nível; ou
- a uma rampa fictícia.

Ao fixar-se o peso da composição dos trens, para uma determinada velocidade, levam-se em conta as resistências acidentais do trecho crítico, em cada secção de tração, quer no sentido da exportação, quer no sentido da importação.

O coeficiente de tração representa uma sobrecarga em quilogramas por tonelada que se leva em conta na capacidade de tração das locomotivas. É o coeficiente de tração que nos dá a conhecer, em face de dado esforço de tração de uma locomotiva, o peso máximo da composição a ser utilizado.

O peso máximo da composição pode ser:

- calculado (fórmula empírica); ou
- determinado experimentalmente.

Pelo cálculo, o emprêgo da fórmula em trecho de resistências acidentais elevadas conduz a resultados exagerados que muito se afastam da realidade.

Nas condições atuais do perfil das linhas da Viação Férrea, o coeficiente de tração é elevado, em regra: conseqüentemente, para a velocidade de 25/60, que é a usada nos transportes militares, o peso da composição a tração simples desce a valores médios.

A maior composição, com 600 toneladas brutas, é registrada na

secção Pôrto Alegre a Barreto, pela variante, onde as condições técnicas são consideradas ótimas (raio mínimo 450 m e rampa máxima 0,5 %); e a menor, na secção Santa Maria a Cruz Alta, com 150 toneladas, em precárias condições técnicas, próximo a Santa Maria, na subida da Serra (com raio mínimo de 100 m e rampa máxima de 3 %).

Aliás, em certas ferrovias, devido a esses defeitos de construção, as locomotivas perdem 50 %, e às vezes mais, da capacidade de tração.

IV — TRAFEGO

Os transportes militares, quer de tropa, quer de suprimento, são transportes de vulto, que exigem a formação de uma corrente de trens.

A formação de uma corrente de trens poderá ser feita:

- com a circulação de trens nos dois sentidos (trens alternados);
- com a circulação de trens num só sentido (escalão de trens); ou
- com a circulação de grupos de dois, excepcionalmente três trens, nos dois sentidos (rajadas de trens).

Das correntes de transporte acima mencionadas, a primeira, isto é, a corrente de trens alternados, é a que melhor atende às necessidades dos transportes militares porque não só evita a reunião de trens num dos extremos da corrente, o que do ponto de vista militar preserva-os de uma possível destruição parcial ou total, por bombardeios aéreos; como também, e principalmente, não imobiliza material, o que do ponto de vista ferroviário é importante, mormente num país de limitados recursos.

Dai a necessidade de sempre se prever, nos transportes militares, uma corrente de trens de ida e outra de trens de volta, que se cruzam nos desvios das estações, quando as linhas são de via simples.

Do ponto de vista tráfego militar, os desvios de cruzamento devem ser encarados:

- não só quanto ao comprimento útil;
- como também, quanto à distância entre si.

Com efeito: a justa apreciação do comprimento do desvio e do coeficiente de tração fixará o comprimento máximo do trem correspondente a determinada secção; e a maior distância entre duas estações consecutivas, dispondo de desvios aproveitáveis pelo trem de maior comprimento, fixará o intervalo mínimo, para uma dada velocidade.

A capacidade de tráfego de uma secção resulta pois da maior distância entre duas estações, que fixará o intervalo mínimo, o qual corresponde ao número de trens que pode percorrê-la nos dois sentidos, em 24 horas.

Há uma fórmula para determinar o intervalo mínimo.

Convém ter em vista que nem todas as estações, tomadas para cruzamento, dispõem de desvio ativo, cujo comprimento útil comportará o trem militar considerado. Neste caso é preciso fracioná-lo pelo conjunto de desvios, ativos ou mortos existentes, acarretando esta operação a perda de tempo que influirá no intervalo mínimo.

Dai decorre a classificação de estações em 1ª e 2ª classes. Uma estação de 1ª classe permite o cruzamento sem fracionamento dos trens.

As diferentes secções das linhas da Viação Férrea são de capacidades de tráfego variáveis.

V — CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO

Para efeito da conservação da via permanente, a rede da Viação Férrea é dividida em zonas, chamadas Residências, abrangendo cada qual a extensão de 250 a 300 km de linha.

O engenheiro residente é o responsável pela conservação dentro de sua residência; tem sob suas ordens as turmas; cada turma, que é uma subdivisão da residência, compreende 10 km de linha; o efetivo da turma é de 1 chefe e 10 trabalhadores; portanto, na base de 1 homem para 1 km de linha.

A conservação das linhas, no pátio das estações, é feita por turmas especiais, dependendo dos agentes

A conservação das locomotivas, bem como pequenas reparações, são feitas, em 20 depósitos, distribuídos ao longo das linhas, dos quais, os principais são os localizados em Pestana e Santa Maria.

As reparações de vulto das locomotivas são feitas nas oficinas de Santa Maria e Rio Grande.

A construção dos carros e vagões, bem como a reparação, são feitas nas oficinas de Santa Maria e Rio Grande.

As oficinas da Viação Férrea atendem às necessidades do serviço, quer pela judiciosa localização, quer pela sua aparelhagem.

Dos órgãos em aprêço, a oficina de Rio Grande parece ter posição excêntrica devido à localização no extremo de uma linha, mas, isto se justifica pela necessidade de atender à montagem do material importado por via marítima.

VI — MATERIAL FERROVIÁRIO

A Viação Férrea não possui material rodante e de tração, em quantidade suficiente para atender às necessidades comerciais do Estado. Para atender às necessidades do tempo de guerra, se for o caso, terá de ser reforçada, em material de tração e rodante, provenientes da mobilização ferroviária.

O reforçamento de material constitui um sério problema devido às diferenças existentes no material das estradas de ferro de bitola métrica.

Já existe uma lei federal, datada de 1938, versando sobre a padronização do material ferroviário. O material de nossas ferrovias deverá obedecer a um mesmo padrão, o que do ponto de vista militar é vantajoso.

Do ponto de vista reforçamento, importa conhecer entre outros:

a) para as locomotivas:

- o peso em ordem de marcha;
- o peso máximo por eixo;
- a altura de engate;
- a capacidade do tender;
- o sistema de freio; e
- o gabarito.

b) para o restante do material:

- a altura de engate;
- o sistema de freio; e
- o gabarito.

Quando se encara o problema de transporte de tropa ou de suprimentos, dois dados são interessantes aos que forem encarregados de sua preparação:

- a lotação, bem como o comprimento entre engates, dos carros e vagões.

Entretanto, convém ressaltar que, nem a lotação, nem o comprimento entre engates, são uniformes, entre os carros e vagões da mesma série, nas ferrovias, o que traz certa dificuldade na formação dos trens tipos, para fins militares.

Na organização das composições, e base para lotação, dos trens militares, observar-se-ão as seguintes prescrições:

a) em toda a composição deverá ser previsto um carro de bagagem e correio (Bg) e um carro de 1ª classe (B) destinado aos oficiais; como o número destes é, em geral, reduzido, deverá ser a lotação completada com praças, de preferência subtenentes, sargentos e ordenanças ou bagageiros dos oficiais;

b) as praças viajarão, normalmente, em vagões de mercadorias, (V) adaptados, visto ser reduzido nas ferrovias o número de carros de 2ª classe (D);

c) os carros de 2ª classe (D) só serão previstos em um tipo de trem quando, com a sua adoção, se reduza o número de composições necessárias ao transporte;

d) os carros mistos de 1ª e 2ª classes (BD) não deverão ser utilizados, não só por serem em número muito restrito, como também por serem eles necessários à organização dos trens ordinários das ferrovias;

e) lotação em homens de um vagão de mercadorias (V) = comprimento útil do vagão dividido por 0,30 m;

f) lotação de um vagão para animais (H) = comprimento útil do vagão dividido por 0,70 m;

g) lotação de um vagão plataforma (T) = 4 a 6 eixos;

h) devem viajar, obrigatoriamente, em cada vagão plataforma (T) duas praças para guarda do material; havendo folga nestes vagões, poderá aí viajar um maior número de praças, no caso de ser necessário desafogar os veículos destinados ao pessoal (V).

VII — COMISSÃO DE REDE

Justaposto à Viação Férrea, bem como a toda empresa ferroviária de importância, existe, desde o tempo de paz, um órgão misto, chamado Comissão de Rede, composto de engenheiros ferroviários e oficiais do E.M.E., com atribuições técnicas definidas, relacionadas com a defesa nacional.

Em tempo de paz, as Comissões de Rede são subordinadas ao Ministro da Guerra; e, em tempo de guerra, ao Ministro da Guerra ou ao Comandante em Chefe, conforme estiverem localizadas na Zona do Interior ou no Teatro de Operações.

Os transportes militares, quer por estrada de ferro, quer por estrada de rodagem, tanto na Zona do Interior, como no Teatro de Operações, ficam a cargo de uma Chefia dos Transportes Militares.

Em tempo de paz, a Comissão de Rede não interfere de forma alguma na direção das empresas ferroviárias. Seu papel se limita aos estudos técnicos sobre transporte, que interessam às operações militares, no âmbito da rede correspondente.

Entre outros, competem às Comissões de Rede, principalmente os estudos relativos ao planejamento dos transportes militares, em tempo de guerra, bem como a fiscalizar sua execução, quando se tratar de ferrovia militar.

A preparação dos transportes militares, no caso em apêço, constitui tarefa de ordem complexa, que abrange:

— o estabelecimento do Plano de Transportes Militares, no âmbito do Teatro de Operações;

— como também, o do Plano de Obras Novas e de Melhoramentos,

em curto prazo, para suprir as deficiências da via permanente;

— mais ainda, o do Plano de Emprego de Meios, em pessoal especializado e material rodante e de tração, para atender às necessidades crescentes do tráfego militar.

Os transportes militares, em estrada de ferro, se classificam, segundo o fim a que se destinam, em:

- 1) transporte de mobilização;
- 2) transporte de cobertura;
- 3) transporte de concentração;
- 4) transporte de operações;
- 5) transporte de reaprovisionamento;
- 6) transporte de evacuações; e, finalmente,
- 7) transporte de socorro.

Na execução dos transportes militares, cooperam com a Comissão de Rede outros órgãos — Comissões Reguladoras de Movimento e Comissões de Estação —, cada qual com atribuições definidas, cuja finalidade é assegurar a regularidade e a disciplina dos deslocamentos de tropa, material, etc., por estradas de ferro.

Dos órgãos acima, o que mais contacto mantém com a tropa é a Comissão de Estação, quer no local de embarque, quer no de desembarque.

Competem ao Comissário de Estação, como intermediário entre o agente de estação e a autoridade militar, entre outras, as seguintes atribuições:

- 1) fazer executar as prescrições estabelecidas pela ordem de transporte;
- 2) manter a ordem do interior, imediações e plataforma da Estação;
- 3) tomar todas as providências para que as composições sejam carregadas ou descarregadas completamente logo que chegarem, e o mais depressa possível, de modo a não constituir obstáculo à chegada das composições que se seguirem;
- 4) providenciar para que a Estação seja suficientemente iluminada para os embarques ou desembarques à noite;
- 5) anotar o tempo gasto nas operações de embarque ou desem-

barque
signando
mento (c
dia, de n
6) es
casos imp
haja mod
7) m
dos meios
tação, em
Comissão
par de tó
palmente
cada com

VIII —

O Plan
lecido pe
base dos
e do efeti
em regra

— o Pl
— o Pl
— o Gr
Militares;
— o Q
Necessária

O Plan
a uma G
previame
pectivo C
A Orden
porte cont
na parte
corpo de
viço ou ó

A Orden
princípio:

— o loca
— o dia
— o nún
— o tipo
— o frac

elementos
tação disp

— a hora
— o pont
— a dura

porte; e
— as pre

mentação e

A Orden

chegar ao d
dência sufi
24 horas, pa
as medidas
não retardar
porte.

barque de cada composição, consignando as circunstâncias do momento (em plataforma ou não, de dia, de noite, com chuva, etc.);

6) esforçar-se por resolver os casos imprevistos de modo que não haja modificações sensíveis;

7) manter-se, por intermédio dos meios de comunicação da Estação, em constante ligação com a Comissão Reguladora, pondo-a a par de todas as ocorrências, principalmente a chegada e liberação de cada composição.

VIII — ORDEM DE TRANSPORTE

O Plano de Transporte, estabelecido pela Comissão de Rede, na base dos dados técnicos da ferrovia e do efetivo da tropa, compreende, em regra:

- o Plano de Embarque;
- o Plano de Desembarque;
- o Gráfico de Marcha dos Trens Militares; e
- o Quadro das Composições Necessárias.

O Plano de Transportes relativo a uma G.U. deve ser submetido previamente à apreciação do respectivo Comandante.

A Ordem Particular de Transporte contém o extrato do Plano, na parte que diz respeito a um corpo de tropa, formação do serviço ou órgão de comando.

A Ordem de Transporte fixa, em princípio:

- o local de embarque;
- o dia e a hora do início;
- o número de trens;
- o tipo da composição;
- o fracionamento da tropa em elementos de transporte ou a lotação disponível por composição;
- a hora da partida;
- o ponto de 1º destino;
- a duração provável do transporte; e
- as prescrições relativas à alimentação e ao forrageamento.

A Ordem de Transportes deve chegar ao destinatário com antecedência suficiente, pelo menos de 24 horas, para permitir-lhe adotar as medidas preparatórias, visando não retardar a execução do transporte.

As instruções para o Serviço em Campanha, aprovadas por Portaria Ministerial de 22-VI-944, estabelecem as normas gerais a serem adotadas pela tropa, em caso de deslocamento por estrada de ferro.

Pode dizer-se que o respeito a tais normas constitui a melhor colaboração da tropa à regularidade e à disciplina dos transportes militares.

Compreendem, entre outras:

- a) *por ocasião do embarque*:
 - a designação do local de espera;
 - o reconhecimento do trem;
 - a distribuição dos carros e vagões;
 - a distribuição dos acessórios necessários; e
 - a D.C.A.
- b) *durante o transporte*:
 - a D.C.A.; e
 - as medidas de polícia (oficial responsável pela composição, graduado chefe de carro ou vagão e enquadramento).
- c) *por ocasião do desembarque*:
 - os preparativos do desembarque (na estação que precede a de destino);
 - o reconhecimento do local de desembarque;
 - a designação do local de espera (se fôr o caso);
 - a escolha do itinerário;
 - a D.C.A.; e, eventualmente,
 - as medidas de segurança terrestre (imediate ou aproximada).

IX — CONCLUSÃO

Para finalizar, resta-nos dizer algumas palavras sobre os pontos sensíveis da Viação Férrea.

Excetuando o local onde se acha localizado o órgão de direção e o do ponto de contacto da Viação com a Rede Paraná-Santa Catarina, os principais pontos nevralgicos são os seguintes, por ordem de importância:

- 1º) Um nó ferroviário e local de importante órgão de conservação e reparação;

2º) Nove entroncamentos ferroviários e sede de órgãos de conservação de locomotivas;

3º) Um importante órgão de reparação;

4º) Cinco órgãos de conservação de locomotivas; e

5º) Dois entroncamentos ferroviários.

Além desses, existem outros, constituídos por cerca de 500 pontes de 10 m de vão (e superiores a 10 m), das quais a maior é a ponte ferroviária com 1.550 m de extensão, situada em área um tanto

avanzada, possivelmente fora da Zona de Administração.

Evidentemente, do ponto de vista militar, importa não só conhecê-los, como também guardá-los e protegê-los por um dispositivo de segurança imediata, contra a ação de inimigo, quer terrestre, quer aéreo.

Tão importante tarefa é da atribuição dos comandantes dos Exercícios ou do Comandante do Teatro de Operações, conforme o ponto sensível se achar na Zona de Combate ou na Zona de Administração, os quais devem possuir os meios necessários para esse fim.

A "PEDREIRA" DO SAPS NO QUILOMETRO 47 DA ESTRADA RIO-SÃO PAULO

O Caminho mais curto para a solução do Problema n. 1 do Brasil

ORLANDO MOTA

Sempre me lembro daquele apólogo dos três homens que trabalhavam numa pedreira. Veio alguém e perguntou ao primeiro:

— Que fazes aí?

— Ah, eu sou um pobre diabo. Trabalho aqui da manhã à noite, quebrando pedras, me acabando.

O segundo já respondeu de modo diferente. Disse apenas:

— Eu ganho o meu pão.

O terceiro, que cantava enquanto desferia os golpes do macho, falou com entusiasmo:

— Que faço eu? Pois não sabe? Construo uma catedral!

Eis aí. O primeiro era um revoltado, amargo, cheio de ódios; o segundo era um resignado vencido pela vida; o terceiro era um idealista; se as pedras que ele quebrava naquele rude e penoso esforço eram para uma catedral, então o que ele fazia era construir uma catedral!

TODOS QUEBRAM PEDRA

Esta história contou-a o Major Umberto Pellegrino ao terminar o seu discurso de posse no cargo de Diretor do SAPS, há pouco mais de dois anos. O jovem e arguto administrador soube extrair dessas breves palavras uma profunda lição para os funcionários que o ouviam, ainda tontos do furacão que abalara a benemerita autarquia até os alicerces, naqueles dias

tormentosos em que o SAPS parecia entrar em franco processo de decomposição. A preparação foi a síntese mesma do programa que se havia de realizar à frente do importante setor da previdência social:

— "Senhores funcionários: acredito que quase todos, aqui, quebram pedra". Fezemos, porém, do SAPS, a nossa catedral. Que cada um ponha no seu esforço um pouco de idealismo, porque sem esse sopro mágico nada se edifica na vida de verdadeiramente grande e nobre, e o SAPS bem merece ser tratado com idealismo, pois a obra que está a seu cargo é uma obra de alto teor social. Valorizemos esta instituição tão importante e de tão elevados objetivos. Oguilhemmo-nos de trabalhar, através do SAPS para tornar o homem brasileiro mais produtivo, mais sadio e mais forte".

Evidentemente, não era um burocrata quem estava falando. Que não era também um visionário, isto ficou provado logo no dia seguinte quando as medidas práticas e objetivas começaram a ser adotadas num esforço obstinado e sem trégua, a fim de que o barro escuro e desvarado navegasse agora para o seu destino, pela sua rota tendo ao leme o pulso forte de um timoneiro vigilante e ouso. Todos aqueles quebradores de pedra que constituíam a agitada tripulação em constantes sobressaltos, compreenderam que havia uma grande tarefa a realizar: conduzir a nau desventurada ao seu longo porto, sabe Deus, através de quantos arrecifes, mas conduzi-la de qualquer maneira, custasse o que custasse, imantados todos por esse admirável espírito de equipe que dignifica e eleva os empreendimentos humanos.

Logo o mar b...
... lago azul
... verdade qu...
... elegre e
... trovões d...
... sopraram con...
... águas. Mas o...
... a frente, a v...
... e o horizonte
... frescas.
... quebradores
... egr.

A "PEDREIRA"

... digressão
... para explicar
... preceito o in...
... do SAPS. t...
... uma única fa...
... de obras
... proibida de le...
... alcerces nos
... blocos de
... de rocha e
... cozidos en...
... da Delegac...
... e vai mistur...
... fortíssimo
... como já...

... das últim...
... arquiteto se...
... movimento p...
... metro 47 da...
... um dia d...
... acher o grã...
... proporção
... de que éle...

O pedreiro-cho...
... Lado, um j...
... da força de...
... a da espécie
... como que de...
... um. Virgílio
... manobrando
... SAPS com aque...
... que norteia
... do da fecun...

Montrei-o de...
... de 60 al...
... e Granja, à...
... problemas da t...
... problemas qu...
... destruidora
... em mesmo
... No Quilô...
... uma Universid...
... envolve um pla...
... alicerces os...
... al onde são s...
... referências. E...
... esta essa aspira...

... 1.000 refeições
... SPS, certificam...
... nutritivo e p...
... de prime...
...avel. Sem esp...
... as impossibil...
... ar as verbas
... arismos, o...
... da produção
... crescimento pro...
... acabaria a...
... olo absolutam...
... pudes centr...
... de fontes ab...
... a subsistênci...

Hoje o mar bravo está transformado num marinho lago azul sem ondas, sem espumas... É bem verdade que de vez em quando o horizonte enegrece e o céu ameaça tempestade, nem trovões distantes e os deuses do mau tempo sopram com fúria a superfície tranqüila das águas. Mas o barco não para, segue sempre para a frente, a visibilidade volta a ser pra lá de boa e o horizonte é de novo cordial e com águas frescas.

Os quebradores de pedras também sabem navegar.

A "PEDREIRA!" QUILOMETRO 47

Essa digressão marítima foi puro recurso literário para explicar uma situação — como deve ter percebido o inteligente leitor. A verdade é que no SAPS todo o corpo de funcionários forma uma única família de pedreiros como disse o mestre de obras Umberto Peregrino, que topou empreitada de levantar uma fabulosa catedral em alicerces nos diversos Estados do país. Grandes blocos de granito puro, pequenos fragmentos de rocha calcária, simples tijolos de alvenaria cozidos em modestas olarias, tudo é recebido das Delegacias espalhadas por estes brasis e vai misturando tudo com uma argamassa de traço fortíssimo, para resistir a qualquer pé de vento como já tem acontecido.

Uma das últimas pedreiras criadas por esse sábio arquiteto sempre faminto de novas fontes de abastecimento para a sua construção está no quilômetro 47 da rodovia Rio-São Paulo, aonde há ter um dia destes levado pela caridade de conhecer o grande celeiro que, num futuro próximo proporcionará ao SAPS a auto-suficiência de que ele tanto necessita.

O pedreiro-chefe chama-se Virgílio Gonçalves Lêdo, um jovem que é a personificação mesmo da força de vontade, um estranho e raro exemplar da espécie humana para quem o trabalho quase que deixa de ser um meio para ser o fim. Virgílio Lêdo, sim, o que esteve no Rio manobrando a nossa Delegacia Regional do SAPS com aquela inextinguível fidelidade dos seus que norteiam a conduta da atual administração da secunda autarquia.

Encontrei-o de macacão e botas perdido na multidão dos 60 alqueires em que se acha instalada a Granja, às voltas com uma infinidade de problemas da tão pouco amável ciência agrícola problemas que ele acomete com ardente paixão destruidora numa "poussée" que não resiste nem mesmo os mais ponderáveis obstáculos. No Quilômetro 47 a poucos minutos da famosa Universidade Rural o Diretor do SAPS envolveu um plano de produção em massa para abastecer os seus restaurantes do Distrito Rural onde são servidos diariamente cerca de 200 refeições. E Virgílio Lêdo é o braço que realiza essa aspiração grandiosa.

20.000 refeições por dia! E refeições tipo SAPS, cientificamente balanceadas de elevado valor nutritivo e preparadas tão somente com alimentos de primeira qualidade como é indispensável. Sem esperar por um milagre sem se dar às imposições dos exploradores, sem maliciar as verbas oficiais na aquisição de gêneros caríssimos, o SAPS desenvolveu muito os seus da produção agrícola em nosso país. O crescimento progressivo das mercadorias cotáveis acabaria por levar a instituição a uma situação absolutamente insustentável sobretudo a grandes centros, como o Rio onde a ausência de fontes abastecedoras dificulta ao máximo a subsistência do povo, sempre espoliado

pelo frenesi altista, em constante desenvolvimento.

A Granja do Quilômetro 47 foi criada para abastecer o SAPS, fornecendo-lhe as mais variadas espécies vegetais e animais bem como os seus produtos derivados e subprodutos numa elevada escala, capaz de atender a contento o enorme número de estômagos vazios que precisam receber o combustível necessário, em doses eficazes e precisas.

Verduras, legumes, aves, ovos, frutas, suínos — tudo já está sendo produzido em proporções sempre maiores, num admirável trabalho de aproveitamento do solo a toque de caixa, por cima de pau e pedra.

CONVENIO COM O MINISTERIO DA AGRICULTURA

Os sessenta alqueires em que está localizada a Granja foram cedidos pelo Ministério da Agricultura em convênio celebrado com a direção do SAPS. Ficou a autarquia com o direito de utilizar esse vasto trato de terra, administrando em retribuição, um Restaurante na Universidade Rural, com capacidade de Alimentar convenientemente todo o pessoal — técnicos, professores, alunos e funcionários — do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. Estive em visita a esse Restaurante e vi como ele funciona magnificamente instalado num vasto pavilhão, abrindo às 5,30 da manhã e fechando às 8,30 da noite inclusive aos domingos e feriados. Serve café, almôço e jantar numa etapa diária "sui-generis", porque via de regra, os restaurantes do SAPS cuidam apenas das duas refeições principais ou sejam, almôço e jantar. Uma média de 400 pessoas ali se alimenta todos os dias, com refeições adequadas e baseadas nos cardápios prescritos pela Seção Técnica do SAPS.

Virgílio Lêdo me leva a passear pelas terras outrora incultas e que ele está transformando agora num celeiro formidável. E enquanto vai mostrando as diversas plantações, detém-se aqui e ali examinando este pé de apio, aquela muda de mangueira, aquele outro enxerto de fruta do conde com um desvelo que poucos pais revelariam ao afagar a cabeça de um filho. Um simples bróto de coqueiro anão vale mais, para este frio agrônomo de Mato Grosso, do que dez brotinhos da areia de Copacabana. Nunca vi tanto senso prático, tanta preocupação de eficiência metodizada e calculada em seus mínimos detalhes.

Ao passar pelo aviário, em que uma multidão de "Leghorns" pingavam de branco o verde cenário do ambiente, o homem me explica que vai adotar um novo tipo de casa para as galinhas, substituindo as atuais pelo sistema de criação por confinamento.

— Assim, 4.000 galinhas poderão ser facilmente tratadas por um só homem, acrescenta entusiasmo enquanto explica o que vem a ser o confinamento, com as suas vantagens econômicas e práticas. Eu, que de avicultura nada sei, ponderei muito liricamente, que as galinhas soltas são mais bonitas, têm mais liberdade, enfeitam mais o ambiente... E o Lêdo me corta o desvaneço.

— Isto não interessa. O que interessa é o preço do ovo.

Revela a seguir que as quatro mil galinhas atualmente na Granja estão produzindo 800 ovos por dia. A partir de maio serão 3.500 ovos

produzidos por 20.000 exemplares dessas faceiras "Leghorns" de penas alvíssimas. Atualmente todos os ovos consumidos nos Restaurantes do SAPS do Distrito Federal já são fornecidos pela Granja, e em breve, com o aumento da produção haverá excessos que serão postos à venda nos Postos de Subsistência, a preços absolutamente sem concorrência, porque representarão apenas o custo da produção acrescido de 10 por cento. Assim, o SAPS exercerá a função de verdadeiro termômetro do comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade forçando, sem nenhuma dúvida, o barateamento da vida.

REINO DA ABUNDÂNCIA

Saltando leiras e canais de irrigação, margeando canteiros de hortaliças e densos canaviais, vamos seguindo, terra acima terra abaixo, numa exaustiva mas reconfortadora peregrinação através daquele país da fartura e da abundância. Tratores e arados rasgam sulcos no solo ubérrimo e homens queimados de sol despejam as sementes que amanhã rebentarão com exuberância. Aproxima-se um campônio a galope no seu cavalo, com uma espingarda às costas. É o vigia da Granja que passa as noites rondando.

Durante mais de duas horas percorremos extensas regiões cultivadas, e não vimos nem a metade do que o SAPS está realizando, naquele prodigioso trabalho de produção.

No meu caderno de notas só encontro agora números e mais números. É bem verdade que esses algarismos falam de maneira muito mais eloquente do que qualquer floreado beletrístico, porque expressam, com toda a sua frieza as proporções dessa espetacular iniciativa. Por eles fica-se sabendo que estão sendo plantados na Granja 10.000 laranjeiras e que 248.000 laranjas de superior qualidade foram fornecidas aos Restaurantes do SAPS somente de setembro a dezembro de 1948. Há 30.000 mudas de inhame enterradas no chão. Quatro mil bananeiras são apenas o início das 20.000 que vão ser plantadas. De abacaxis há 12.000 pés, mas o objetivo é cultivar 50.000. 400 abacateiros, 232 mangueiras, 2.000 mamoeiros, 10.000 goiabeiras, 1 hectare de quiabos, 5 hectares de batata doce, 1 hectare de milho híbrido, 12 hectares de alpin, 500 limoeiros... sei lá!

Tudo aqui é grandioso. E é por isso que ninguém descansa um minuto na febre devoradora de deixar tudo pronto, em plena atividade, até o fim do ano. Sob amplos pavilhões esperam as mudas selecionadas vindas de lugares distantes para este grande "show" de produção no Quilômetro 47. Confesso que fiquei profundamente comovido ao encontrar os cajueiros de seis meses e os pés de ata sem carapo vindos do Ceará para um recanto da Granja. Bem que se diz que cearense dá em toda parte...

Atravessamos a horta que se perde de vista, numa extensão enorme. Um dos problemas mais sérios que o SAPS está enfrentando nos vastos terrenos do Ministério da Agricultura, é o da irrigação conveniente de suas culturas, das hortaliças principalmente. Vai ser afinal adotado o sistema do "canhão", produzindo a chuva artificial através de uma grande "borboleta" que espalha água num raio de 40 metros. Os "canhões" funcionarão ao lado dos canais já abertos, de forma que não faltará a umidade necessária ao desenvolvimento dos canteiros.

E da horta vamos às poeiras, última etapa da visita porque a noite vem chegando e quase que não se enxerga mais nada.

300 suínos estão ocupando os pavilhões adrede preparados, vivendo num conforto que faria inveja a muita gente boa nesta época em que não há mais onde morar. Dentro em breve a Granja estará em condições de fornecer mil cevados, anualmente para os restaurantes do Distrito Federal. O Dr. Antônio de Andrade encarregado da assistência veterinária no Quilômetro 47 acaba de aplicar uma dose de Urotrypina numa respeitável porca cheia de dengues e enxundias. A granfina, gorda de mal poder andar protesta aos berros contra a picada da injeção e depois deixa-se ficar no seu canto mal humorada, ofegante e lamurienta, a implicar com os oito bacininhos que lhe disputam as tetas. E aqui está "o maior". É um "Hampshire" fenomenal, de 220 quilos, sempre comendo e ressonando numa ociosidade exaustiva e fatal que lhe aumenta as banhas em ritmo de "blitz".

Respira dificilmente, quase bufando.

Lembro-me daquele matuto preguiçoso de minha terra.

— Ei você aí! Você não cansa de não fazer nada?

— Canso.

— E quando você cansa de não fazer nada, que é que você faz?

— Descanso.

E lá fica deitado como uma bola enorme naquele tédio de abundância das gamelas cheias, enquanto nós vamos dar uma espiada nos outros "Durocs", "Piaus" e "Nilos", todos muitos ocupados em empanurrar-se e dormir a sesta.

A Granja é o início de uma grande jornada, um dos alicerces mais sólidos sobre que se apoiará a catedral futura. Outros campos como este surgirão em todo o Brasil ao lado de cada Restaurante do SAPS, como já se está fazendo em Fortaleza. Um plano do Major Umberto Peregrino inclui a criação metódica, dentro de cinco anos de 204 restaurantes populares nos centros mais populosos do país, destinados a alimentar nada menos de 380.000 interessados potenciais nos benefícios do SAPS. E para abastecer essa enorme rede de cozinha e refeitórios que libertarão tantos brasileiros do seu problema mais urgente — o problema da nutrição — já está prevista a instalação de granjas frigoríficas, câmaras de expurgo, usinas de beneficiamento, armazéns de estocagem e até fábricas.

Só então o SAPS poderá caminhar sózinho, valendo-se dos seus próprios recursos, cumprindo integralmente a altíssima missão social e humana para que foi criado.

Já é noite fechada quando encetamos a viagem de volta ao Rio, não sem provar antes a doce de banana que o Quilômetro 47 começou a fabricar para a sobrevivência dos trabalhadores.

Da Granja já se vêem agora, aqui e ali as luzinhas que brilham nas casas dos moradores, pequenos clarões iluminando vivendas saudáveis onde há famílias reunidas na doce paz bucólica. Amanhã será um novo dia. Milhares de novas plantas nascerão ao beijo do sol da surpreendente fecundação da terra generosa e boa.

"B
Mari
de m
ver
agor
não
expe

O B
mente
tensão
fluido
tuado
povo.

Mesm
à avent
navega
enfrenta
nicas, b
glórias
atender
das vag
grafia.

Não
atrai o
da raça
da terra
um pa
mas é,
de reali

Infeliz
apresent
navel co
dos nos
o mater
melhor,
Temos
falta-lhe
Marinha
a Esqua
entusias
está em

JUNHO E O MAR

1º Ten. do Ex. JONAS CORREIA NETO

"Escrever a história da nossa Marinha de Guerra é um dever que de muito se impõe aos nossos governos. Do que se tem feito até agora, pode-se dizer sem rebouços, não se há passado de mero campo experimental". (Garcia Junior).

I

O Brasil é um país essencialmente marítimo; e a forma e a extensão do litoral brasileiro têm influído decisivamente para o acentuado espírito marinho de nosso povo.

Mesmo que não pertencêssemos à aventureira estirpe dos ousados navegadores ibéricos, que souberam enfrentar e vencer as fúrias oceânicas, buscando ouro e semeando glórias — ainda assim, teríamos de atender ao chamamento irresistível das vagas, em razão da nossa geografia.

Não há dúvida de que o mar atrai o homem do Brasil; é a voz da raça — mas é muito mais a voz da terra! é o impulso místico de um passado multicentenário — mas é, ainda mais, uma vocação de realidade brasileira!

II

Infelizmente não podemos, hoje, apresentar ao mundo uma força naval correspondente às exigências dos nossos mares: pouquíssimo é o material flutuante, sem ser do melhor, nem do mais moderno.

Temos os melhores marujos: falta-lhes, lamentavelmente, uma Marinha adequada! Sabemos que a Esquadra, apesar do esforço e do entusiasmo da sua gente, já não está em condições de se impor ao

estrangeiro pela massa das suas naus nem pela potência dos seus canhões.

É deveras melancólico este confronto entre o que possuímos e o que precisamos de possuir, sem demora. E é tanto mais notável o desajustamento, quanto maior o contraste (ah! que orgulho nos invade ao referi-lo!) com a própria Marinha brasileira de há algumas décadas, quando ocupava posição de relevo entre as forças navais dos hemisférios.

Em 1893 afirmava o Visconde de Ouro-Preto:

"... Divirjo do épico italiano, que não conhecia dor mais funda do que recordar, na desdita, antigas felicidades. Sinto consolação e conforto em avivar a lembrança dos atos grandiosos que praticou outrora o meu país. E aproveitem estas reminiscências aos mais interessados, isto é, à nobre classe da Marinha, induzindo-a a comparar a situação em que se encontra com a daquela quadra, e a eliminar as causas determinativas de uma decadência que se manifesta e se concretiza em lamentáveis ocorrências."

Que conceito tão justo e, após meia-centena de anos, ainda tão oportuno! E, porque assim o julgamos, volveremos um pouco à época que passou, atendo-nos à fidelidade da História — às vezes minuciosa e exata, às vezes falha e duvidosa, aqui exagerada, ali impiedosa — sempre incomparável manancial de exemplos e incentivos...

Deixemo-nos empolgar e comover pela glória da Esquadra Brasileira, no século XIX, certos de que a

alma viril que vibrava nas nossas canhoneiras é flama eterna de honra e heroísmo que, integral e pura, assiste aos navios de agora.

III

RIACHUELO

Comemoramos o maior dos nossos feitos navais — a batalha de Riachuelo — travada a 11 de junho de 1865, em que obteve a Esquadra Imperial triunfo árduo e espetacular sobre a do Paraguai, de marcante influência em todo o prosseguimento das hostilidades da guerra contra o ditador dessa república.

Bem lhe conhecemos os menores lances, graças sobretudo à ampla divulgação que tem tido nas escolas a magistral narração feita pelo Visconde de Ouro-Preto, "A Batalha de Riachuelo", que vale recordar, em alguns trechos:

"Alvorecera brilhante o dia 11 de junho de 1865, domingo da Santíssima Trindade.

Duas léguas abaixo da cidade de Corrientes, na extensa curva que faz o Rio Paraná...

A batalha de Riachuelo, considerada debaixo do ponto de vista exclusivamente militar, foi um dos maiores feitos navais que reza a história... A apreciação insuspeita das grandes nações marítimas ainda mais realça os louros colhidos dos pelo Império, nesse memorável dia."

"A esquadra brasileira — disse o "Moniteur Universel" — mostrou quanto pode à bravura aliada à ciência e à disciplina, e o modo por que manobram as canhoneiras colocou a esquadra do Brasil e sua officialidade a par das marinhas européas."

"O Brasil — proclamou o "Morning Herald" — justificou a sua pretensão a ser considerado a primeira nação da América do Sul e o direito de ser, de futuro, inscrito entre as grandes potências da Europa."

"Riachuelo foi um fato culminante na guerra provocada pelo ditador do Paraguai. A vitória que ali ganhou o Brasil, graças à inextinguível bravura de seus marinheiros e à pericia do denodado comandante, influiu decididamente na sorte de toda a campanha...

Assim, desassombradas dos invasores e desanimados seus inimigos internos, as nações aliadas puderam preparar com segurança os elementos necessários para continuar na luta de honra, cujos últimos clarões lampejaram sobre as remotas e solitárias águas do Aquidabã.

E justo motivo de orgulho nacional deve ser a recordação de que ali, como em Riachuelo, a Bandeira Brasileira achou-se só diante do inimigo!"

Bastante demonstra a letra fluente do ministro-escritor a importância e a beleza épica desse feito histórico, que impôs à veneração dos brasileiros os seus valentes irmãos que tão destemidamente se bateram nas águas do Paraná, na esplêndida jornada, comandados e — o que é muito mais! — edificadas e guiados pelo exemplo decidido do venerando Chefe de Divisão Francisco Manuel Barroso da Silva, futuro Barão do Amazonas.

Convém frisar, entretanto, que, se bem tenha sido Riachuelo a maior, sem conta foram as afirmações de valor da nossa Marinha, ainda antes da independência; e constatamos que o mês de junho — ele mesmo — é cheio de episódios, que constituem luzida auréola à efemeride máxima.

Relatar alguns, curtos e interessantes, é o que nos propomos fazer a seguir, certos de que o plano frustrado aos paraguaios em Mercedes, a fuzilaria desigual que por momentos atroou os ares do calmo São Gonçalo, e o simulacro de batalha que teve por original teatro os traiçoeiros meandros dos "poços", por si só bastarão para exaltar o alto valor do marinheiro do Brasil.

Con
Riaer
e a s
abelo
a des
foram
Meza
escor
breme
ribun
fôra
dias
pois
lhe
amea
vesse

A
desgra
respon
punido
pronta
Lopez
logo
gassen
o sang
tes, p
tardan

Ora,
conser
batalh
mento
ximano
rio, ar
cortada
base, l
dos de
sentav

Aos
roso e
cedore
essas
leiro
o rio,
guato

IV

MERCEDES

(18-VI-1865)

"Tempos heróicos da Marinha a vela, quando a nossa frota espantava o mundo com as suas bravatas, as suas audaciosas sortidas, a grandeza estoica a limpa dos seus próprios irremediáveis desastres!"
(THEO-FILHO).

Com o espetacular desastre de Riachuelo o ânimo dos paraguaios e a sua confiança sofreram forte abalo. "El Supremo" prometera a destruição dos nossos navios, e foram todavia os do Almirante Meza que regressaram a Assunção escurraçados, arrebatados, lugubremente as lamentações dos moribundos! Esse Almirante guarani fôra tão ferido que falecera dois dias depois — e melhor para ele, pois o ditador, furioso, chamando-lhe covarde, incapaz e traidor, ameaçara fuzilá-lo, caso sobrevivesse...

A derrota paraguaia fôra uma desgraça nacional. Então, que os responsáveis fossem rigorosamente punidos! Que a desforra fosse pronta, tremenda, inesquecível! Lopez exigia de seus generais que logo e de qualquer maneira vingassem a pátria enlutada: Robles, o sanguinário invasor de Corrientes, precisava satisfazer-lhe sem tardança. Mas, como?...

Ora, depois do dia 11, Barroso conservara sua força na zona da batalha, em trabalhos de salvamento e reparação. Porém, aproximando-se a vasante das águas do rio, arriscavam-se os navios a ter cortadas as comunicações com a base, bem como ao encalhamento dos de maior calado, o que representava sério perigo.

Aos dois comandantes — Barroso e Robles, ambos ótimos conhecedores do local — não escaparam essas contingências. O chefe brasileiro resolveu retroceder, descendo o rio, enquanto ocorria ao paraguaio armar-lhe uma infernal ci-

lada, "sagaz perfídia de guarani, que não confia só à superioridade numérica das forças o êxito dos combates, senão principalmente aos embustes imprevistos e aos lances de surpresa" (Gustavo Barroso).

Robles movimentou presto Artilharia e Infantaria e as estabeleceu em linha contínua e extensa, protegidas pela mataria compacta da margem, naquele lugar — a Região de Mercedes — que permitia o inteiro domínio do trecho do rio.

O plano era quase perfeito! Parece, até, que as Divindades tiveram de intervir nêle, para impedir que um morticínio inglório turvasse o brilho da vitória antes obtida... Isto dizemos porque dá a impressão de ter sido Barroso superiormente inspirado, quando ordenou ao tenente Hoonholtz (futuro Barão de Tefé), comandante da "Araguari", que fosse incendiar os restos do "Marquês de Olinda" — cujo desmantelado casco dera à terra, semi-destruído, justamente sob a barranca de Mercedes... Hoonholtz, ao cumprir a missão, pudera perspicazmente notar a emboscada, do que, entretanto, nada deixou transparecer, e regressando científico logo seu chefe do que descobrira.

Foi acaso?... Foi Deus...

No dia imediato a êste, a 18, a Esquadra cruzava as barrancas da barra do arroio Empedrado. Mas — pasmo de Robles! — não era o cordeiro incauto entregando-se ao lobo voraz: era o leão imperial, consciente, poderoso, superior, desafiando, ao passar, as iras do lobo impotente...

Em pessoa, o general paraguaio dirigia o fogo de nove baterias e três batalhões de infantes, enquanto, um a um, sem parar, nossas naus destilavam, respondendo altivamente ao cerrado metralhar.

Passaram todos. Ficou deserto o rio... Apenas, na margem, uma tropa numerosa se afastava — soldados tristes e cansados, atrás de um comandante taciturno e enraivecido.

V

SAO GONÇALO

(2-VI-1836).

Estava em seus albores a revolução farroupilha, que por dois lustros haveria de ensanguentar a terra gaúcha.

O Imperador nomeara Presidente da Província do Rio Grande do Sul, em dezembro de 1835, o Dr. José de Araujo Ribeiro, que foi mais tarde Senador e Visconde do Rio Grande. O novo Presidente, a quem caberia pacificar a Província, não pôde assumir seu posto em Porto Alegre, como devera, uma vez que a Assembléia Estadual, alegando embaraços políticos momentâneos, não quis empossá-lo. Dirigiu-se ele então a Rio Grande, onde estabeleceu o governo, a 15 de janeiro de 1836.

Entretanto, o Sul estava conflagrado. Dois chefes insurgentes — Antonio Neto e João Manuel de Lima e Silva — reuniram suas colunas a 1 de junho, entre o rio Piratini (ao sul) e a serra dos Tapes (ao norte) e se preparavam para marchar sobre Rio Grande.

Um destacamento naval legalista, que patrulhava as águas do canal de São Gonçalo (traço de união entre as lagoas dos Patos e Mirim), constituía o primeiro impedimento, o primeiro inimigo a ser batido. Lima e Silva preparou-se para a luta, da qual sairia gravemente ferido: encoberto pela noite, colocou em posição a Artilharia, dividindo suas bocas de fogo na região entre o Passo dos Negros (4 km abaixo da cidade de Pelotas) e o trecho de margem que vai da foz do arroio Pelotas ao passo deste arroio.

Ao alvorecer do dia seguinte iniciou-se o desigual combate, em que três barcos mal artilhados, mal municiados e mal guarnecidos foram surpreendidos por ativo e mortífero fogo. Não se intimidaram eles, apesar das francas condições de inferioridade: defenderam-se leoninamente! A canhoneira "São Pedro Duarte" tais avarias sofreu que, quase destruída, impossibili-

tada de continuar no entrevero, foi abandonada pela tripulação, servindo depois suas peças ao saque dos revolucionários. O vapor "Liberal" e o iate "Oceano", resistindo sempre, neutralizaram as baterias do arroio Pelotas, mas achando-se também seriamente comprometidos em sua estrutura e com sensíveis baixas, retiraram-se em ordem.

Com isto ficou o São Gonçalo livre à travessia dos rebeldes, o que se concluiu até o dia cinco. Resalte-se que somente uma forte tropa, em terra, com apoio dos navios, poderia naquela emergência ter impedido o êxito de Lima e Silva. É inegável que o "Liberal", o "Oceano" e a "São Pedro Duarte" — comandados pelos intrépidos tenentes Delamare, Marques e Junqueira — mostraram ser dignos da Armada de S.M. o Imperador, realizando, com os rombos dos seus convezes, uma meritória atuação.

VI

"POÇOS"

(11-VI-1826)

11 de junho é, por todos os títulos, o dia da Marinha Nacional. Mais uma vez, vamos encontrá-la em ação, neste dia de 1826, quando se desenrolava no sul a campanha da Cisplatina.

"A esquadra argentina nunca aceitava combate a descoberto: vivia de surpresas e fugas". (GUSTAVO BARROSO).

James Norton, chefando duas Divisões da nossa Esquadra, quis forçar a uma reação o Almirante Brown, "o eterno fujão", comandante da força naval inimiga. Com este intuito lançou seus 31 navios para os "poços", onde estavam ancorados os platinos; no entanto, devido à forma da costa nesse local, cheio de bancos emergindo do mar (constituindo, pelo seu grande número, os "poços"), foi de tal maneira difícil o avanço da frota que somente a metade daqueles navios — somente os de menor calado —

conseguiu apenas de perseguição (depois de sete).

Com

"O

Imperador esperava águas com t... mastro... cas ma... céu. auri-v... do Hi... bandas... suavida... a pouc... cando... água f... lham... dandos... E, por... nos be... das Ba... onde p... gentino

O co... tou im... renidad... ter o p... abandon... na qua... lhor al... o inimi... estando... tava, al... "a gran... batente... nadas e... peças, l... elevaçã... resolveu... desistir... esquadra... de Quil... dentro d...

É inte... para o... "combat... sido ma... — cuja... tino mo... dos aut... referi-lo... argentin

conseguiram atingir os "pozos"; e apenas cinco lograram chegar a tiro de peça dos onze barcos de Brown (depois aumentados para dezessete).

Conta Gustavo Barroso:

"O avanço em linha da Esquadra Imperial contra os "pozos" fôra espetáculo admirável. Sobre as águas quietas, os navios vinham com todo o pano aberto, as altas mastreações cobertas de velas brancas manchando os azuis do rio e do céu. Nas adriças, as bandeiras auri-verdes tremulando e os sons do Hino Nacional, tocado pelas bandas das corvetas, morrendo na suavidade da tarde. Porém, pouco a pouco, a linha de avanço ia ficando falha. A proporção que a água faltava as naves maiores colhiam o velame, ou rizavam os redondos, capeavam ou davam fundo. E, por fim, somente cinco pequenos barcos alcançaram, no canal das Balizas Exteriores, pontos de onde poderiam canhonear os argentinos!"

O combate, estrondoso, resultou improficuo. "Brown teve serenidade bastante para não cometer o gravíssimo erro que seria abandonar sua posição defensiva", na qual tinha a natureza por melhor aliada. Não podendo obrigar o inimigo a sair dos "pozos", nem estando em condições de, onde estava, atirar-lhe certamente, pois "a grande distância entre os combatentes tornava inúteis as caronadas e só permitia o emprego das peças, isto mesmo com a máxima elevação e com tiro incertíssimo", resolveu Norton, pelas 17 horas, desistir do ataque; tornando com a esquadra ao fundeadouro da ponta de Quilmes, onde "lançou ferros dentro da noite".

É interessante chamar a atenção para o fato de que, embora este "combate dos poços" não tivesse sido mais do que uma naumaquia, — cuja única vítima foi um argentino morto... — alguns consagrados autores platinos insistam em referi-lo como um triunfo naval... argentino!... Tais bravatas, por

absurdas e improcedentes, resultam nulas.

"Nós, no Brasil, devemos simplesmente sorrir dessas mentiras históricas. Não precisamos, para a nossa Marinha, de rebuscar canhoneadas e reconhecimentos. Nesse mesmo dia 11 de junho, trinta e nove anos mais tarde, esmagávamos o poder naval do Paraguai, no Riachuelo!" (Gustavo Barroso).

VII

Nem só com rasgos de bravura e lances audaciosos se forjam as grandes vitórias. No mar, principalmente — e já era assim durante a guerra do Paraguai — é mister que se defrontem forças proporcionais; caso não, será arriscar o mais fraco a sorte da batalha, o que de nenhum modo deve ser feito antes que se esgotem todos os recursos.

Ao se declarar a guerra contra Lopez o governo brasileiro sentiu a premência do problema. Intensificaram-se, num acentuado ritmo de trabalho, todos os serviços de cujo funcionamento pudesse resultar auxílio ao imenso esforço de guerra do Brasil. Para que digamos o que foi essa formidável atividade — que se desenvolveu, sem interrupção nem esmorecimento, enquanto durou a luta — mostremos a seguinte referência, feita por Afonso Celso, então Ministro da Marinha, sobre o Chefe de Divisão J. Lamego Costa (depois Vice-Almirante, Barão da Laguna e Senador do Império), vasada nestes termos:

"Em lembrança deste prestimoso auxiliar e anos depois companheiro no Senado, citarei um incidente, que a muitos parecerá sem importância, mas que dá a medida de seu zelo no cumprimento do dever.

Resolvida, pelos motivos que depois se verão, a construção de uma estrada de ferro no Chaco, ordenei que dentro de três dias se preparassem, no Arsenal de Marinha, os milhares de dormentes precisos, que embarcariam no dia imediato, para o que autorizei aumento de salário, de horas de serviço e en-

gajamento de operários civis, que se revezassem, dia e noite, com os arregimentados.

Na segunda noite quis verificar como se executavam tais ordens e inesperadamente apresentei-me, às duas horas da madrugada, na ilha das Cobras. Por entre as turmas de trabalhadores divisei a imponente figura do Chefe Lamego, que os fiscalizava e animava. "Não me apanham!" — disse-me, ao ponderar-lhe que assim prejudicava a saúde. Ali permaneceu, enquanto não viu pronto o que chamava a minha "massante encomenda". — E era Conselheiro de Guerra, Oficial-General, de avançada idade, enfermo, e tinha sob as suas ordens um vice-inspetor, ajudantes e outros subalternos, em quem poderia descansar...."

Também mereceu a Marinha, pela sua relevante importância no teatro das operações, o especial cuidado do governo em dotá-la dos meios de cumprir, a tempo e com vantagem, as difíceis tarefas que lhe estariam reservadas. Acentua Garcia Júnior:

"Não raro se insiste na falsa suposição de que o Brasil estivesse desprovido de uma esquadra capaz, quando, em 1865, nos vimos forçados a aceitar a guerra com o Paraguai. Há mesmo quem diga que estávamos sem Marinha. Mas, porventura — pergunta-se — quem a tinha melhor que nós, por aquêle tempo, no continente americano?"

Contávamos, em 1865, com 42 navios! Porém, tais são os reveses das campanhas, tais as suas conjunturas, — mormente quando se vai pelear com um adversário solerte e fanático, como o que tínhamos — tais são que é mister prever sempre a mais, para poder prover do necessário, no momento oportuno: por isso que, em guerra, imprevisão significa fracasso.

Reparações de monta; início e continuarão de muitas obras, e sua conclusão no menor prazo possível; compra e frete de barcos na região conflagrada, para emprego imediato — tudo foi feito, com o "elan" e a compreensão que só produzir nos homens a eventualidade da pátria

em perigo. "Desde os chefes de serviço até o menos graduado operário, porfiavam todos no desagravo da honra nacional!"

Eis que — só de 31 de janeiro de 1865 a 17 de fevereiro de 1866 (um ano!) — o Arsenal de Marinha da Corte fez entrar no seu estaleiro e lançou ao mar três encouraçados, "Tamandaré", "Barroso" e "Rio de Janeiro", que haveriam de perpetuar os nomes, pelos feitos heroicos de seus tripulantes, nas jornadas de Passo da Pátria, Curupaiti, Humaitá....

Um desses vasos, o "Tamandaré", que foi o primeiro navio de seu tipo que se lançou às águas na América do Sul, em 23 de junho de 1865, está ligado, pelo seu comandante, a uma atitude espartanamente... brasileira, que nos honra e nos orgulha, enchendo-nos de lágrimas os olhos: acertara-se, entre os exércitos aliados, a travessia do rio Paraná, a fim de levar a guerra ao território inimigo.

O Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, Visconde de Tamandaré (depois Marquês), zarpara do porto de Corrientes com três divisões "e a 21 abeirava-se das plagas paraguaitas a força naval mais imponente que já se constituiria na América do Sul". Eram 27 vasos de guerra, armados com 110 canhões! Tamandaré deu encargos às divisões, cabendo aos quatro encouraçados manter inquietados, sob seus projectis, os paraguaitas do Passo da Pátria e do forte de Itaipirú. Desta forma, aparentemente não dedicando maior atenção aos vários pontos onde se deveria dar, como se deu, o desembarque das nossas tropas, intentava o Visconde despistar o esperto adversário quanto ao local e ao momento da importante ação.

Seis dias decorreram. Nada de mais acontecia. Ia já rotineira a famosa "guerra das chatas", em que estas jeitosas peças flutuantes, estreitadas em Riachuelo, atenuavam-nos sem tréguas, mas sem consequências. Foi quando... houve a tragédia: perseguindo uma chata, que se procurava ocultar junto ao forte, dêste se aproxima-

ran
"B
cal
den
ma
do
ma
Ita
por
men
pen
man
e f
dos,
em
de a
de
Mar
arç
fôre
punh
lhe
men
ao h
oper
Na
tesla
ment
cinar
viam
a vic
tendo
tivo
lâbio
de du
êde,
Era
28 de
Apo
física
damer
o seu
viver
póster
saber,
ração,
vras
de ex
pai qu
seu no

Av
dores,
Gávea,
enderê
Ca

ram muito o "Tamandaré" e o "Bahia", que, não conseguindo calar a chata e querendo retroceder, ficaram impossibilitados de manobrar, por causa da estreiteza do canal, tendo que fazer lenta marcha a ré, abaixo da mira de Itapirú e da astuta chata; então, por uma "fatalidade atroz, que a mente esmaga", duas balas do forte penetraram na casamata do "Tamandaré"! Foi terrível: mortos e feridos, mutilados e desorientados, confundiam-se caoticamente, em meio a urros de dor, gemidos de agonia, rogos de socorro, brados de desespero! Antonio Carlos de Mariz e Barros, jovem 1º tenente, ardoroso comandante da belonave, fora atingido sem esperança; impunha-se com urgência amputar-lhe a perna esquerda, horrivelmente mutilada. Conduziram-no ao hospital de Corrientes, onde foi operado, às 23 horas.

Não sendo possível aplicar anestesia, no seu caso, sofreu bárbaramente, intensamente, uma dor lancinante; causava dó, aos que o viam, vê-lo penar tanto, perdendo a vida aos poucos, sem queixume, tendo por único e derradeiro lenitivo um charuto aceso, entre os lábios descorados... Afinal, depois de duas horas de suplício tremendo, êle, exangue, exausto, morreu... Era uma hora da madrugada de 28 de março de 1866.

Apesar de ter sucumbido à dor física, Mariz e Barros pôde galhardamente conservar inquebrantável o seu moral extraordinário, para viver no preito reverente de seus pósteros — que todos lhe devemos saber, decoradas no âmago do coração, as lindas e másculas palavras que dirigiu ao médico, perto de expirar: "mande dizer a meu pai que eu sempre soube honrar o seu nome..."

VIII

Escrevendo esta crônica — despretencioso tributo à Marinha de Guerra do Brasil — não tivemos a presunção de dizer tudo o que se conhece, sobre cada caso abordado. Não! Quisemos, tão somente, pela apresentação, singela e sucinta dos fatos, como os recordam conceituados historiadores, e encarados nos seus pontos mais característicos e atraentes — quisemos fazer uma concatenação de datas da nossa bela história naval, no âmbito limitado do mês de junho, paradoxalmente pródigo em nobilitantes feitos, quando a Nação inteira, engalanada e vaidosa, festeja os brilhantes lauréis conquistados pelos brasileiros nas águas do Riachuelo!

Bibliografia

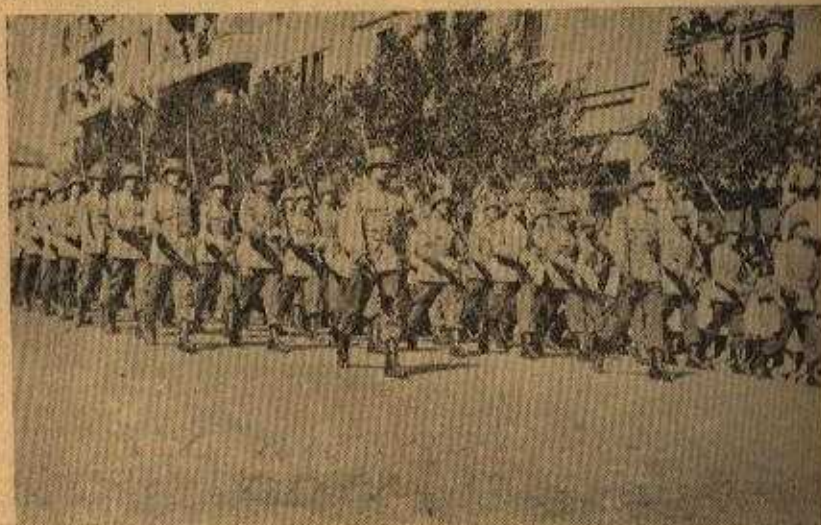
- "A Marinha D'Outrora" — Visconde de Ouro Preto — editora Domingos de Magalhães — Rio — 1ª edição — 1894.
- "Efemérides Brasileiras" — Barão do Rio Branco — edição do Ministério das Relações Exteriores — Rio — 1946.
- "História Militar do Brasil" — Gal. José Joaquim de Andrade — Papellaria Macedo — Rio — 2ª edição — 1919.
- "A Revolução Farroupilha" — Gal. Augusto Tasso Fragoso — edição da Biblioteca Militar (vol. XVI — XVII) — Rio — 1939.
- "Divisas e Bordados" — Garcia Júnior — Papellaria Velho — Rio — 1ª edição — 1938.
- "A Guerra do Vidéu" — "A Guerra do Lopez" — Gustavo Barroso — edições de Getúlio M. Costa — Rio — 1939.

ATENÇÃO

Avisamos aos nossos amigos, representantes, assinantes e colaboradores, que nossa sede foi mudada para o 3º andar da Ala Visconde da Gávea, do Edifício do Ministério da Guerra, continuando a ser o seguinte o endereço postal de "A Defesa Nacional":

Caixa Postal 17, da Agência do Ministério da Guerra — Rio.

DA PROVINCIA



Desfile do 7º R.I. — Regimento Gomes Carneiro — 7 de setembro de 1949 — Santa Maria — R.G. do Sul

SÔBRE O "OSÓRIO"

De um parecer dado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

"Estabelecendo relação entre meio e homem, fêz o Cel. Magalhães surgir a figura de Osório político liberal, mas apresenta com tais documentos qual a situação política do herói da guerra do Paraguai que faz melhor compreender a política brasileira.

Pesquisa de documentos acêrca da vida do grande vulto rio-grandense, é que permitiu ao Cel. Magalhães conceitos mui precisos e novos. Osório tornou-se então perante a História um vulto singular a reaparecer na pena do historiador, mais para se fazer compreender em tôda a sua grandeza, do que para empanar qualquer outra glória das que ostenta o Exército Brasileiro, etc.

(a) *Basílio de Magalhães.*
Feijó Bittencourt.
Herbert Reichardt."

A venda na "A DEFESA NACIONAL".
Ministério da Guerra — 3º andar.
Rua Visconde da Gávea.

Cert
nho m
lhos, s
valaria
cido, p
manife
arcaica
lariano
Pugn
fazer
Exércit
móvel,
de órgã
geirada
crificar
pal car
dade;
vada a
espírito
procuro
sempre
Contine
Arma,
de tran
pode re
saliente
Quis
vel dete
masse
sempre
porcion
reputo
de milit
de reorg
móvel d
Presen
do 17º
nunga, p
através
táticos
ria hip
clima al
secação,
aicas.
Esforça
época ad

UM PROGRAMA DE TRABALHO E UM OBJETIVO

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO

(Ex.-Inst. Chefe de Cav. da E.E.M.
Cmt. do 17º R.C.)

Certamente a insistência que tenho manifestado nos meus trabalhos, sobre a organização da Cavalaria brasileira, pode ter parecido, para alguns camaradas, uma manifestação teórica e até mesmo arcaica do meu espírito de cavalariano.

Pugnando, porém, como venho fazendo, pela manutenção, no Exército, de uma Cavalaria hipomóvel, bem instruída; bem dotada de órgãos produtores de fogo; aliigeirada, entretanto, para não sacrificar em absoluto, a sua principal característica que é a *Mobilidade*; dotada de uma moral elevada ao mais alto grau e de um espírito combativo sem limites, procuro contribuir para manter sempre viva a noção de que, no Continente *Sul-Americano*, aquela *Arma*, com o seu tradicional meio de transporte e de combate, ainda pode representar um papel sobresaliente.

Quis o destino, no seu implacável determinismo, que se transformasse em realidade o sonho que sempre acalentei, ou melhor, proporcionou-me a oportunidade que reputo mais feliz da minha vida de militar e de cavalariano: — a de reorganizar uma unidade hipomóvel de Cavalaria.

Presentemente, pois, no comando do 17º R.C., sediado em Pirassununga, procuraremos ressaltar, através da realização de exercícios táticos no terreno, que a Cavalaria hipomóvel ainda possui um clima altamente favorável à consecução, de todas as missões clássicas.

Esforçaremos-nos, assim, para em época adequada e, de conformidade

com o programa regional de instrução, promovermos uma série de exercícios conjuntos, como elementos motomecanizados.

Para que possamos concretizar as nossas impressões, tais exercícios deverão se processar sobretudo nas mais variadas condições atmosféricas e em terrenos de configurações topográficas bem diversas.

Impõe-se, necessariamente, estabelecer-se uma gama de exercícios que visem, não menosprezar a eficiência dos meios hipomóveis ou motomecanizados; pelo contrário, ressaltar a propriedade de seus empregos, consoante a natureza do terreno de luta e as condições climáticas de momento.

Tal fato é de suma importância para a conduta de operações de guerra, em determinadas regiões do Brasil.

Durante a realização da manobra de Cavalaria da E.E.M., na região em que me encontro presentemente, nos foi dada a oportunidade, por uma circunstância inteiramente fortuita, de mostrar aos oficiais-alunos as consequências do emprego inadequado de meios. Convém relatar, embora de maneira sucinta, o que se passou.

Realizávamos uma manobra de quadros com os oficiais-alunos do 2º ano da E.E.M. e no âmbito de uma D.C. Os deslocamentos da turma para os diferentes observatórios era realizado em doze viaturas automóveis (G. M. C. de 2 1/2 T). Certa manhã, após ter caído durante a noite uma pequena chuva, iniciamos o deslocamento do comboio, com a finalidade de atingirmos uma determinada região, nos arredores da cidade de

Leme, ao Sul de Pirassununga. Devíamos percorrer um itinerário, que na realidade, seria afeto a uma das Bdas. Cav., orgânica da D.C.; todavia como já tive oportunidade de salientar nos deslocávamos não a cavalo e sim, em viaturas auto.

A chuva caída durante a noite foi suficiente para mudar inteiramente as condições de viabilidade do mencionado itinerário, que na véspera havíamos percorrido de "jeep", e com toda a facilidade.

Lutamos durante horas, procurando safar as viaturas ameaçadas de calarem em profundos barancos e, não conseguimos atingir o observatório que desejávamos. Tal fato foi, não resta a menor dúvida, um interessante ensinamento para os oficiais-alunos, que bem verificaram que os elementos hipomóveis não teriam tido a menor dificuldade de vencer o trajeto, o que não foi conseguido pelos meios automóveis.

Convém salientar que as dificuldades surgidas foram conseqüências de uma ligeira chuva caída durante uma noite. O que não teria acontecido com chuvas prolongadas?

Conseqüentemente, nas G.U. de Cavalaria que dispõem na sua organização de unidades hipomóveis, motomecanizadas e automóveis é assunto merecedor de bastante atenção pois, o emprêgo desses meios. Muitas vezes será condição imprescindível, atentar mais para os aspectos topográficos da região e para as condições climáticas do momento, do que para as necessidades táticas.

No episódio que relatamos, o emprêgo aconselhado seria, como realmente foi previsto, o de elementos hipomóveis, embora o ideal fôsse lançar pelo itinerário que aludimos, o R.C. Mot. da D.C.

O principal ensinamento colhido naquela passagem da manobra de Cavalaria, realizada na região de Pirassununga, foi sem dúvida o seguinte: em determinadas condições de terreno e climáticas, os elementos hipomóveis asseguram um movimento mais rápido, que os motorizados.

No continente sul-americano e, principalmente no Brasil, onde o número de estradas que permitem o movimento de viaturas automóveis em quaisquer condições climáticas desfavoráveis é bastante limitado, o cavalo representa e representará, ainda, por muito tempo, em períodos de guerra, um elemento relativamente rápido, seguro e preciso de deslocamento e de combate.

Será, pois, preocupação primordial de todos os comandantes de unidades de Cavalaria hipomóvel, desenvolverem ao máximo a capacidade de deslocamento de suas unidades a despeito de condições desfavoráveis do tempo.

Assim, os mencionados deslocamentos deverão ser realizados com chuva, em más estradas, de dia e de noite.

Uma Cavalaria hipomóvel necessita preparar-se para constituir nas mãos do Comando, em determinadas oportunidades e, principalmente, quando os elementos motomecanizados estiverem sujeitos às suas pesadas servidões, uma potente, móvel e rápida reserva.

Não nos esqueçamos, finalmente, que a Cavalaria hipomóvel é a única Arma, que bem instruída, bem dotada de meios e bem organizada, é capaz de produzir em qualquer condição de tempo e de terreno, o movimento, na plenitude das suas características, isto é: rápido, duradouro, flexível e preciso.

LIVROS NOVOS

"O EXÉRCITO — A IGREJA E A NAÇÃO", pelo Coronel Rinaldo Pereira da Câmara — Preço da brochura: Cr\$ 6,00.

Pedidos endereçados ao Major Villa Flor, representante de "A DEFESA NACIONAL" junto à Escola Preparatória de Porto Alegre — Rio Grande do Sul.

O h
quieto
numa
çoame

Os
congre
adiant
rádio,
que di
tivo, d
cou.

A v
impôs
e come
perativ
Para
não há
zado do
nada é

Pena
ciais nã
veito da
que um
sido par
pedicior
guerra.

Disse
brasileir
vendo e
em cinco
livros.

Os en
tima gu
operaçõe
alcance
das arm
pretá-los
zado o n

Tem-se
zes, quan
dicionário
que estão
diferente
lado, é fo
de uns o
lado-Maio

OS NOVOS ENSINAMENTOS

Ten.-Cel. A. SENNA CAMPOS

O homem, com seu espírito irrequieto, vive na trilha do progresso, numa avidez constante de aperfeiçoamento e de conhecimentos.

Os cursos, as conferências, os congressos, as visitas a centros mais adiantados, a leitura, o cinema, o rádio, etc., são meios comuns de que dispõe para atingir o seu objetivo, dentro da profissão que abraçou.

A vastidão dos conhecimentos impôs a diferenciação dos assuntos e como consequência surgiu o imperativo da especialização.

Para o militar como para o civil não há melhor forma de aprendizado do que o campo experimental; nada é mais útil que ver e fazer.

Pena que maior número de oficiais não tenha podido tirar proveito das escolas americanas; pena que um grande número não tivesse sido parte integrante da Força Expedicionária Brasileira, na última guerra.

Disse o General Mack Clark, aos brasileiros, na Itália: o que estão vendo e fazendo só seria conseguido em cinco anos de estudos, em bons livros.

Os ensinamentos colhidos na última guerra, em vários teatros de operações, estão sendo postos ao alcance de todos os profissionais das armas. Basta lê-los e interpretá-los para que seja modernizado o nosso preparo militar.

Tem-se referido, por várias vezes, quanto à necessidade de um dicionário de termos militares, porque estão em choque linguagens diferentes. O que se passa, de um lado, é formação e aperfeiçoamento de uns oficiais, inclusive de Estado-Maior, dentro dos novos ensi-

namentos e processos surgidos com a última guerra e, de outro, a permanência de alguns, fiéis ao que já foi a última palavra, porém, não mais está de acordo com a experiência dos campos de batalha.

Precisamos, antes de aquirir novos conhecimentos, mudar a nossa mentalidade.

Dizia um ilustre instrutor de Artilharia, nos campos de Gericinó, durante uma "escola de fogo" — "não adianta dar-se uma bateria de tiro rápido a um Capitão de tiro lento" —, porque este não tirará partido das características do material.

Assim também poderemos dizer que, antes de se motorizar o Exército devemos cuidar da motorização de nossas mentalidades.

Faz-se, no momento, um grande esforço na elaboração de novos regulamentos que atendam à reestruturação do Exército e torna-se necessário que à medida de sua publicação, os assuntos sejam conhecidos e as falhas anotadas para que, da observação geral, sejam feitas as retificações indispensáveis, como obra de todos, em proveito da melhoria do conjunto.

Não é possível, se considerarmos o aspecto Estado-Maior, que todos os oficiais do Q. E. M. A. sejam especialistas em todos os assuntos particulares às quatro seções, porque o tempo de estágio em órgãos regionais e nos E. M. de escalões superiores não permite essa generalização. Cada um deve ter conhecimento dos assuntos e do funcionamento dos diversos órgãos de um Estado-Maior, nos moldes atuais, mas já é tempo de se prepararem oficiais especializados nos

assuntos pertinentes a cada secção.

O trabalho de paz e as atividades em campanha exigem conhecimento perfeito dos problemas a cargo do Exército, no quadro geral da vida nacional e na obra conjunta das Forças Armadas.

Se encararmos o setor logístico, nos seus diversos escalões, só um longo tempo de experiência e vastos conhecimentos gerais, permitirão ao oficial de Estado-Maior o desempenho, a contento, dos seus afazeres, desde o primeiro estágio-escalon Região Militar, até os altos escalões, como Estado-Maior do Exército e Estado-Maior das Forças Armadas.

Estamos aos poucos compreendendo que os assuntos de 4ª Secção pesam de maneira decisiva na preparação de qualquer plano de operações pois, sem o conveniente apoio logístico, nenhuma força organizada, dentro dos princípios modernos, poderá empenhar-se em qualquer luta.

Do simples funcionamento e emprego dos Serviços, no escalão Divisão, ao equipamento e funcionamento de um teatro de operações, vai uma gama complexa de cálculos e conhecimentos que somente a prática e o estudo sistemático poderão colocar oficiais de Estado-Maior e de Serviços à altura de sua missão.

Se considerarmos o que se deverá passar na Zona do Interior, na preparação e equipamento das Forças Armadas consequência da produção da nossa indústria, da capacidade de nossas aquisições no estrangeiro e das múltiplas atividades que na paz são realizadas no aprestamento do país para a emergência de uma guerra, sentiremos a grandeza do empreendimento e o vulto da responsabilidade que cabe às Forças Armadas, no despertar dos problemas, na organização e na orientação das atividades civis, para atender aos reclamos nacionais, em caso de conflito.

E esses assuntos não brotam nos espíritos de todos, facilmente, senão quando o estudo dos problemas, metódica e persistentemente realizado, faz surgir necessidades a serem satisfeitas no âmbito militar, como na esfera civil.

Os problemas de 4ª Secção, em geral objetivos e de vários aspectos, estão a exigir um quadro de oficiais dedicados e com pendor especial por esse ramo do Serviço de Estado-Maior.

Ninguém monta uma ação, nos seus diversos matizes, sem pensar no equipamento, nos suprimentos, nos transportes, na evacuação, enfim, sem baixar o espírito e a concepção, por mais ricos que sejam em idéias guerreiras, ao campo das coisas objetivas e terrenas...

Já dizia alguém, materializando esse pensamento que: todo raciocínio tático ou estratégico gira em torno de um saco de feijão...

Num sentido genérico, o saco de feijão não é mais do que o apoio logístico, em todas as suas modalidades e com todas as suas complicações.

O Exército organizou o novo Manual de Campanha 100-10, já publicado, onde os oficiais de Estado-Maior, dos Serviços e da tropa, poderão conhecer, em traços gerais, o feito e a realização desse apoio logístico indispensável, imperativo e sistemático que deve existir antes, durante e depois de toda ação militar.

Procuremos conhecer o modo pelo qual os diversos Serviços são organizados e como agem nos vários escalões e teremos dado o primeiro passo no sentido da nova organização e das atividades intimamente ligadas aos mistérios da 4ª Secção.

Conhecer esses ensinamentos além de ser uma obrigação é uma necessidade, no interesse da tropa e em proveito da boa marcha do serviço.

Cert
cial p
Escola
que te
tante p
instrut
Pedim
pensa
ção de
como
ou in
aquêl
encher
tarefa.
tistaze

A po
é espe
qualid
princip
poderã

A FLE

Racio
apreens
problem
discutir
ções,
cada un
as idéia
também
dos pri
dendo
é uma

Esta
nesta q
adquire
balho,
forja qu

Eis un
e que,
de base

O RECRUTAMENTO DE INSTRUTORES EM NOSSAS ESCOLAS DE OFICIAIS

Ten.-Cel. PAULO ENÉAS F. DA SILVA

Certa vez ouvimos "qualquer oficial pode ser instrutor em uma Escola". De outra, "A condição de que tenha feito um curso é bastante para que seja recrutado como instrutor na mesma especialidade". Pedimos vênia àqueles que assim pensam para discordar. A condição de ser um oficial não basta como recomendação para professor ou instrutor. Possuir este ou aquele curso não significa preencher todos os requisitos para essa tarefa. Há outras exigências a satisfazer.

A posição do instrutor de oficiais é especial. Requer uma série de qualidades. Citaremos algumas, as principais, que, ausentes no oficial, poderão criar-lhe situações difíceis.

A FLEXIBILIDADE DE RACIOCÍNIO

Raciocínio flexível subentende apreensão rápida e preciosa dos problemas apresentados; significa discutir com segurança várias soluções, argumentando logicamente cada uma, aceitando ou rebatendo as idéias nelas contidas; implica também em certa tolerância, dentro dos princípios doutrinários, atendendo que, a tática, por exemplo, é uma arte.

Esta soma de requisitos contidos nesta qualidade do instrutor só se adquire após alguns anos de trabalho, de experiência enfim. É na forja que se faz o ferreiro.

FIRMEZA DE CARÁTER

É uma condição de ordem moral e que, a nosso ver, deveria servir de base à seleção dos oficiais ins-

trutores. A própria situação do instrutor de oficiais (às vezes em inferioridade hierárquica) coloca-o em destaque. O aluno é sempre o aluno, qualquer que seja o grau de ensino da escola. Infelizmente — é forçoso dizer, — nem todos se despem dessa condição escolar. Ao contrário, presos à ela, muitos se esquecem de que são oficiais, com todas as prerrogativas de seus postos. Levam somente em conta os riscos das más soluções, das opiniões face à turma, etc., na rotina dos trabalhos escolares.

O oficial instrutor, ser humano, fica pois sujeito às leis naturais, da vaidade, do orgulho, etc. Dotado, porém, de caráter firme e de personalidade bem definida, por certo ficará acima dessas injunções; poderá exercer o verdadeiro sacerdócio em sua profissão.

BOM-HUMOR

Uma das condições exigidas pela pedagogia moderna é justamente esta. O ambiente da aula deve ser o mais agradável possível. Por mais árido que seja o assunto, deverá o instrutor, por todos os modos e maneiras, conduzir o trabalho com alegria, despertando o interesse dos alunos. Mas é preciso não confundir alegria com "palhaçada"... O abuso das piadas, dos "casos" vividos, poderá fazer com que a sessão se transforme em anarquia, em confusão, sempre condenável.

Os instrutores que isso permitem pensam muitas vezes estão se tornando "populares". Realmente, mas que triste popularidade...

O "sal e a pimenta" são "temperos" para serem usados com muito cuidado, nestes casos. E os "paladares" escolares são sempre difíceis de contentar.

COMPETÊNCIA PROFISSIONAL

Só o fato do oficial instrutor ter que discutir livremente os problemas, frente a colegas já selecionados, cujo preparo, muitas vezes, pode ombrear com o seu, e para que sua autoridade moral não se veja diminuída, obriga-o a estar sólidamente estribado nos conhecimentos daquilo que vai ensinar. Nada mais chocante do que ver um instrutor, perante uma classe de oficiais, uma vez lançada a questão, deixar-se submergir face às perguntas! A impressão é de desastre. A competência profissional decorre do tirocínio; do estudo cuidadoso e metódico. O amadurecimento só vem após alguns anos de trabalho.

LEALDADE

Deixamos para o fim a apreciação desta qualidade porque, ao nosso ver, não há virtude militar que mais defina o soldado.

A lealdade do instrutor reside na sinceridade de seus propósitos no ensino; na franqueza com que aborda as variadas questões; na maneira clara com que, desassombradamente, afirma "eu não sei; vou estudar o assunto e depois voltaremos à discussão", ao invés de procurar confundir o aluno, seja com perguntas fora do problema, seja mesmo dentro dele, mas não ligadas à questão proposta. Estes subterfúgios facilmente são desmascarados.

Ser leal no ensino é mostrar o verdadeiro caminho a seguir; é orientar o aluno seguramente; é dar o justo preço aos esforços dispendidos; é separar o joio do trigo, destacando os verdadeiros valores. É, afinal, fazer justiça.

Passamos assim em revista as principais qualidades do oficial instrutor. Desejamos agora mostrar como vemos o critério de seleção.

Em primeiro lugar, *Seleção de Caracteres*; depois, a *Seleção In-*

tellectual. Esta será facilitada pelos dotes revelados de inteligência, e o pendor.

Selecionados os *melhores*, nada de convites. Eles serão *designados* como instrutores. Essa designação deve ser encarada como *Ato de Serviço*, altamente honroso para o oficial. Somente motivo de doença, devidamente comprovado, poderá eximi-lo dessa tarefa.

No sentido de corroborar tais observações, vamos focalizar certos aspectos da *escolha indistinta* para tais funções.

Desde alguns anos temos tido oportunidade de, como "observadores", participar das manobras no terreno, das diversas escolas. Excelente situação para colher ensinamentos.

Várias vezes presenciámos "trabalhos" dirigidos por instrutores novos, seguindo "fichas memento", cujos resultados muito deixavam a desejar. A esses oficiais faltava "tirocínio" e, sobretudo, a ginástica intelectual indispensável a essa natureza de trabalho.

Uma vez lançado o problema, a discussão se abria. Os alunos, então, "descarregavam suas baterias" sobre o instrutor, sujeitando-o a "inquietações terríveis". Infelizmente, nem sempre as "contrabaterias" da "casa" faziam "calar" tais fogos. E o inimigo, no caso o aluno, redobrava a intensidade da ação. Situações difíceis. Acreditamos que, no íntimo, esses jovens instrutores deveriam estar se renegando em ter aceito a tarefa. Estavam sofrendo por certo.

Quase todas as Escolas tem adotado ultimamente o critério de escolher nas turmas egressas, alguns oficiais para renovarem seus corpos docentes. Em princípio estamos de acordo. Haverá por certo valores dentre esses oficiais. Mas, é necessário não confundir *Valor Intelectual* (os melhores classificados) com *Valores — Instrutor*, cujas qualidades já focalizamos de sobejo.

Além do mais, a forma porque o curso é feito, com grande sobrecarga para os alunos, não lhes permite um estudo amadurecido

das questões tratadas. Via de regra o oficial estuda para as sabinas ou para os interrogatórios orais. São muitas as disciplinas. Os esforços têm que ser divididos para atender a todas. Consequência inevitável: não há tempo para meditar. Isto só é possível depois, na calma de seus lares, sem a pressão do tempo. As bases de sua

cultura profissional serão assim sedimentadas.

Chegamos ao fim de nossas sugestões. Nosso fim é construir. Nossa cooperação é sincera. Queremos muito bem às nossas Escolas e, acima delas, ao nosso Exército. Este vale pelo seu corpo de oficiais. Se bem preparados, aquele terá eficiência. Eis tudo.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, diminuir o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

AOS NOSSOS LEITORES

Todos compreendem o auxílio que nos prestam as firmas comerciais que anunciam em nossas páginas, contribuindo para que possa ser mantido o preço desta Revista, apesar do encarecimento assustador que tudo sofre ultimamente. Rogamos aos nossos estimados leitores que, a título de cooperação, quando tiverem oportunidade de fazer suas compras ou realizar negócios com nossos anunciantes, mencionem, aos mesmos, o respectivo anúncio em "A Defesa Nacional". Prestando este obséquio à Revista, nossos leitores estarão retribuindo aos anunciantes a gentileza com que eles nos distinguem, e lhes mostrando, ao mesmo tempo, a utilidade do veículo que empregaram para a divulgação dos seus produtos.

A DIREÇÃO.

COMPANHIA AMERICANA DE INTERCÂMBIO (BRASIL)

C. A. D. I. B.

Avenida Rio Branco, 311

Tel. 22-2147

RIO DE JANEIRO

Rua Rubino de Oliveira, 220

Tel. 9-7019

SÃO PAULO

IMPORTADORES — ATACADISTAS

Arame farpado

Arame liso

Enxadas

Machados

Ferramentas

Tubos galvanizados

Discos para arados e grades

Ferro de toda a espécie

ESTOQUE PERMANENTE — ENTREGAS IMEDIATAS

Distribuidores da Cia. Siderúrgica Nacional, Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, etc.

QUADRO DE GENERAIS DO EXÉRCITO

Major I. E. SATURNINO LANGE

Foi trazido ao conhecimento público, por alguns jornais desta Capital, que a Comissão de Segurança Nacional havia aprovado um substitutivo apresentado pelo Deputado Osório Tuyuty, à mensagem do Executivo que aumentava o Quadro de Oficiais-Generais do nosso Exército.

Com essa suplementação legislativa, o Quadro Técnico, os Serviços de Saúde e de Intendência do Exército seriam contemplados com um General de Divisão e dois de Brigada. O General de Divisão Técnico exerceria o cargo de Chefe do Departamento Técnico e de Produção do Exército e os dois de Brigada Técnicos seriam, respectivamente, o Diretor do Serviço de Tecnologia e Comandante da Escola Técnica do Exército. O General de Divisão Médico seria o Diretor do Serviço de Saúde e os dois de Brigada subdiretores técnicos e administrativos do respectivo serviço. O General de Divisão de Intendência, seria, por sua vez, o Diretor Geral de Intendência do Exército e os dois de Brigada Diretor do Serviço de Intendência das Zonas Norte e Centro e Zonas Leste e Sul.

Como vimos, justificando a necessidade militar da medida proposta, S. Excia. apresentou tão ponderadas razões que seu adendo legislativo mereceu, desde logo, o apoio da Comissão de Segurança Nacional.

No entanto, agora, que o seu trabalho se encaminha para a Comissão de Finanças, solicitamos de S. Excia. para que nos permita também examinar a matéria sob

outras modalidades, para que resulte indiscutível uma integral conveniência nacional em sua aprovação.

Para tanto, apenas desejamos que nossos estadistas observem as feições evolucionistas da guerra moderna e sobretudo seus reflexos sobre a economia de paz ou de guerra de todos os povos e nações, assunto que no momento sobrepuja a própria estratégia e que tem o Serviço de Intendência como o maior pedestal de sua perfeita exequibilidade.

Até bem pouco tempo, o potencial de guerra de uma nação era avaliado pela totalizante de seus canhões e homens adestrados e pela forma evoluída com que se os pudesse dispor e dirigir, no grande jogo das batalhas.

Sabemos, no entanto, que a última guerra veiu inteiramente modificar a escolástica descrita. Isto assim aconteceu, porque as próprias exigências de homens, canhões e outros engenhos bélicos depuseram intransigentemente para evidenciar que o potencial militar é diretamente proporcional e dependente do potencial econômico e técnico científico.

Há tempos dizíamos "que um carro cozinha possuía uma eloquência que só o estropeado faminto poderia compreender". Não entendiam os contemporâneos dessa expressão que esse "carro cozinha" era, tão somente, um símbolo representativo de um poder militar e nacional de caráter econômico, industrial e logístico, desassombadamente conduzido a todas as frentes de luta e produção pelas tropas e técnicos de todos os serviços e,

muito especialmente, os de Intendência.

Hoje, porém, o linguajar tem maior poder de esclarecimento e convicção, pois que assim se expressam os eminentes da ciência da guerra:

- "Nenhuma guerra poderá ser ganha sem superioridade logística."
- "O potencial militar de uma nação é diretamente proporcional ao seu potencial industrial e econômico."
- "A integração dos recursos deve ser atingida durante a paz pois será sempre tarde tentá-la durante a guerra."
- "... e de futuro, com a criação, que hoje exergo, de uma Escola Industrial e de Economia de Guerra."
- "... a destruição do potencial logístico do adversário será o primeiro objetivo dos contendores."
- "Vimos pois como a logística cresceu e crescerá mais ainda de importância com o progresso da técnica e da ciência."

Demonstrado assim, como os poderes industrial-econômico e técnico-científico comandam o êxito de todas as guerras da atualidade e, ao mesmo tempo, como tudo deve ser preparado desde os tempos de paz, vejamos, por fim, como o Serviço de Intendência do Exército atua para o preparo militar desse poder de produção e abastecimento.

Para tanto, bastariam somente dois tópicos do atual Regulamento para o Serviço de Intendência do Exército, recentemente aprovado e em pleno vigor:

- "Colaborar com o D.G.A. no preparo da mobilização do Exército e da mobilização industrial, no que se relacione com as atividades do Serviço de Intendência."
- Ao que acrescentaríamos ainda, mobilização agro-pecuária e a parte dos meios

de transporte que lhes dizem respeito.

- "Estudar e propor ao Chefe do D.G.A. as medidas relativas ao Equipamento do Território Nacional, em material de Intendência e meios de Subsistência, tendo em vista o provimento das necessidades da mobilização e o emprego das forças terrestres."

Tudo isto que aqui se descreve significa apenas mobilização econômica na mais alta interpretação linguística, isto porque, se o Serviço de Intendência do Exército estuda e planifica sob o ponto de vista das necessidades militares, não poderia desprezar as necessidades das populações civis que têm os seus direitos limitados pelos imperativos da guerra.

Para seus planos de alimentação, teria o Serviço de Intendência de investigar todo o âmbito agrícola da produção interna, a fim de concluir sobre os coeficientes de bastança de frente e de retaguarda. Com relação a seus planos de fardamento, equipamento, calçados, etc., observaria todo o parque industrial correspondente: — Fábricas de Tecidos, de lã, algodão, malharia, fiações, cortumes, fábricas e calçados e de costura, fábricas de botões, artefatos de metais etc... E basta.

Basta, porque a parte mais importante de uma logística militar encontra-se dentro dos limites funcionais da Intendência do Exército e mesmo porque não precisamos exaltar os demais Serviços visto que todos eles por si mesmos se exaltam.

Não pensem os grandes "otimistas" da paz, que as exigências materiais de uma guerra, quer sejam de aspecto civil ou militar, poderão ser resolvidos por concorrências e tomadas de preços ou pelos arcaicos processos das aquisições, importações bloqueadas ou suplementações tributárias.

As exigências materiais de uma guerra só se resolverão com planificações racionais e antecipadas,

estudos e investigações de centros de produção e parques industriais, tudo isto realizado por serviços especializados, em que se destaque o de Intendência, organizado em moldes modernos e evoluídos, dispondo ainda de pessoal bastante, para que em cada setor de suas realizações, os problemas tenham o devido trato e registro para a execução na hora fatal dos grandes imprevistos.

Eefetivamente, o Serviço de Intendência do Exército muito tem organicamente crescido nestes últimos tempos. Mas sua soberba estrutura ainda não se mostra na altura de uma perfeita segurança nacional. A vastidão de nosso espaço vital não-lo afirma.

Felizmente, luzes se acendem, já, na amplidão de nossos estatistas e parlamentares e novo surto evolutivo se nos descortina.

De agora por diante, um General de Divisão de Intendência será o Diretor Geral e o Inspetor do respectivo Serviço, podemos assim concentrar-se para o estudo e supervisão geral de todos os problemas. Dois outros de Brigada terão a seu cargo os assuntos concernentes, respectivamente, às Zonas Norte e Centro e Zonas Leste e Sul.

Mais tarde, um Departamento de Intendência do Exército, uma Diretoria de Economia e Finanças, outra de Produção e Provimento e outra ainda de Transportes, completarão o grande quadro evolucionista de nossa capacidade nacional militar e logística, isto sem falarmos no Serviço Reembolsável e assuntos outros de ordem social,

com o seu vastíssimo programa de apoio a todos os civis e militares do Exército, naqueles mesmos moldes em que foi concebido o RIEEX, pela visão esclarecida e o alto espírito de classe do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa.

Quando assim inteligentemente operarmos, entrelaçando órgãos e economistas militares e civis, iremos verificar que certas importações que o estrangeiro ora nos facilita por "bom preço" nada mais representam que uma poderosa arma de guerra destruindo, sem bombas atômicas, o nosso já falido parque industrial e comercial, deixando na penúria milhares de famílias trabalhistas cujo pão de cada dia não flui de máquinas paradas ou firmas falidas.

Finalmente, quando a nossa Intendência do Exército assim estiver participando do âmbito das realizações nacionais, em pleno apogeu de sua exuberância funcional e orgânica, é que poderemos compreender que se um mínimo de despesa acompanhar, hoje, o substitutivo apresentada, ele se transformará amanhã, inevitavelmente, em milhões de utilidades, cujo preço de custo será tão elevado quanto maiores forem as horas de amarguras simplificadas.

Parabens, portanto, illustre parlamentar Osorio Tuyuty. Congratulemo-nos com todos aqueles que apoiarem a idéia sugerida, pois que se reveste de incontestável expressão nacional. Agora sim, estamos evoluindo técnica, científica e economicamente.

"CULTURA E ALIMENTAÇÃO"

Editada pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), acaba de aparecer a primeira tiragem de "Cultura e Alimentação".

Caprichosamente impressa, ilustrada com arte e sobriedade, oferecendo perfeita documentação fotográfica e, mais do que tudo isso, brindando aos seus leitores com uma coleção de artigos cuidadosamente selecionados no assunto especializado que se propõe versar, não podia a nova e promissora Revista ser mais feliz na sua apresentação de estréia.

Quem abre sua página número um vai atento e interessado até a última e termina desejando que seja breve a chegada da próxima edição.

A "Cultura e Alimentação", com os nossos parabéns, os votos de longa e próspera existência.

O último Relatório da Companhia Siderúrgica Nacional

ALGUNS DADOS INTERESSANTES

Cumprindo disposições estatutárias, a Companhia Siderúrgica Nacional realizou a sua Assembléia Geral Ordinária, ocasião em que a Diretoria presta aos acionistas contas de sua gestão.

O relatório então apresentado mostra um acentuado acréscimo de produção e de vendas em relação aos anos anteriores e exhibe situação econômica e financeira próspera, comprovada pelo Balanço publicado.

Tendo realizado um programa de produção que atingiu ao total de 226.887 ton. de laminados aço, a Usina pôde entregar ao mercado nacional os seguintes produtos:

Trilhos e acessórios.....	38.812 ton.
Barras e perfilados estruturais....	29.668 ton.
Chapas grossas.....	33.605 ton.
Chapas finas a quente.....	37.079 ton.
Chapas finas a frio.....	54.990 ton.
Fôlhas galvanizadas.....	11.237 ton.
Fôlhas de Flandres.....	20.496 ton.

e mais os seguintes subprodutos da destilação do carvão, obtidos pela produção de 271.710 ton. de coque:

Benzol.....	1.505.003 litros
Toluol.....	926.388 litros
Xilol.....	65.038 litros
Nafta Solvente.....	24.774 litros
Combustível para motor.....	1.164.930 litros
Sulfato de amônio.....	3.845 ton.
Alcatrão.....	19.150.427 litros
Naftaleno.....	568 ton.
Óleo desinfetante.....	250.000 litros
Piche.....	134.578 litros

Além dessa produção o relatório consigna ainda produção própria de minérios, calcáreo e carvão explorados em minas de propriedade da Companhia, tendo sido extraídos:

Carvão.....	280.683 ton.
Minérios.....	290.550 ton.
Calcáreos.....	47.471 ton.

O carvão nacional é beneficiado na Usina de lavagem de Capitvari que lavou 597.835 toneladas durante o ano de 1949, beneficiando também carvão de outros mineradores; o beneficiamento de carvão produziu 173.171 ton. de carvão metalúrgico e 259.531 ton. de carvão para vapor.

ENERGIA ELÉTRICA PARA FLORIANÓPOLIS

Dispondo de Usina termo-elétrica própria em Capivari, a C.S.N. produziu energia elétrica para seu próprio consumo industrial, vendeu 3.790.810 kwh e vem de celebrar contrato com o Governo Catarinense para fornecimento de energia a Florianópolis.

A produção da Usina foi vendida quase que exclusivamente ao mercado nacional, pois sobre um total de Cr\$ 922.470.944,70, apenas 2,4 % se destinou à exportação.

Muito interessante foi a distribuição percentual das vendas no mercado, que acusou a seguinte proporção:

São Paulo.....	48,7 %
Rio e Distrito Federal.....	38,4 %
Estados do Sul.....	4,5 %
Estados do Norte.....	6,0 %
Estrangeiro.....	2,4 %

As atividades comerciais da Companhia revelam que o mercado nacional tem aumentado sensivelmente sua capacidade de consumo, o que se deve, de um lado ao aumento de produção de diversas indústrias já existentes, de outro lado ao aparecimento de diversas indústrias novas. Esse é, justamente, um dos aspectos de maior interesse, pois demonstra a profunda influência que a criação da indústria pesada de aço já vem trazendo ao parque de indústrias de transformação do país, apesar de datar de apenas 3 anos a produção de Volta Redonda.

Como de costume, a Companhia fez escoar sua produção seja através de distribuidores, seja diretamente a consumidores industriais ou ao Governo (incluídas nesse item as Autarquias e as Estradas de Ferro). No primeiro caso, as vendas foram feitas por meio de uma rede de firmas revendedoras que, no ano de 1949, somavam 141 distribuidores no território nacional, sendo 26 nos Estados do Norte, 20 nos do Sul, 9 nos Estados Centrais, 47 no Rio e 39 em São Paulo.

O CRESCENTE CONSUMO DOS PRODUTOS DE VOLTA REDONDA

As organizações industriais que consomem produtos de Volta Redonda, utilizando-os como matéria prima para fabricação de utilidades diversas, isto é, as indústrias de transformação, abastecem-se diretamente na Usina, o que lhes permite obter matéria prima barata para suprir o mercado com produtos acabados diversos como sejam: vazilhames e embalagens (tambores, latas, recipientes para produtos de petróleo, leite, conservas diversas, carbureto, etc.); tubos para água, gás e líquidos industriais; eletrodutos; fitas para amarração de fardos e caixas; fogões; aquecedores; pias; ferramentas e máquinas agrícolas; material ferroviário; artigos para construção civil e naval, etc.

As vendas diretas ao Governo abrangem principalmente trilhos e acessórios para vias férreas, chapas, vigas e perfilados para construção naval e de obras darte rodo e ferroviárias, chapas para tanques de petróleo, etc.

Em 1949 foram entregues ao País mais 29.890 toneladas de trilhos, placas de apoio e talas de junção para Estradas de Ferro. Nos três últimos anos, Volta Redonda já abasteceu com trilhos de fabricação nacional 1.596 km de via-férrea, ou seja, mais do triplo da distância Rio-São Paulo.

Mercê de crescimento contínuo de sua produção anual, que é toda absorvida com avidez pelo mercado, a situação econômica e financeira da Companhia vem apresentando ano após ano índices cada vez melhores. Tendo iniciado a distribuição do 1º dividendo no 1º semestre de 1948

com uma percentagem de 6 % a.a., manteve essa percentagem no 2º semestre seguinte e no 1º semestre de 1949, tendo-a elevado 8 % a.a., no 2º semestre desse ano.

VALORIZAÇÃO DAS AÇÕES

As ações têm apresentado em Bolsa uma valorização contínua e sem alternativas, havendo apesar disso pouco interesse dos acionistas na venda delas, o que revela confiança em maiores valorizações futuras.

A demonstração da Conta de Lucros e Perdas assinala um total de Cr\$ 156.934.983,40 de Lucros líquidos distribuíveis, dos quais 28 % serão desembolsados para atender aos fundos e reservas legais e estatutárias, destinados a garantir o capital e manter sua potencialidade econômica.

Apesar das reservas e de ter sido computada a depreciação em volume adequado aos ativos fixos e aos lucros foi possível aumentar o dividendo das ações ordinárias para 8 % a.a., mantendo os 6 % a.a., para as preferenciais.

Pelo balanço de 31 de dezembro, com os reforços trazidos no fim do exercício, os diversos fundos foram substancialmente aumentados e somam: o Fundo de Reserva legal: Cr\$ 117.151.618,80, o de Renovação: Cr\$ 31.464.499,80 e o de Previsão, Cr\$ 28.100.000,00.

Tal situação, levada ainda em conta a tradição de rigorosa pontualidade na solvência de seus compromissos, tanto no País como no estrangeiro, confere à Companhia uma posição realmente impar.

308.000 TONELADAS DE AÇO PARA 1950

Tendo conseguido realizar no ano de 1949 um programa de construção que permitiu crescer a capacidade produtiva do equipamento, a administração da Companhia pôde fixar para o ano de 1950 um programa de produção que elevará o total de produtos de aço a 308.000 toneladas, assim distribuídas:

Trilhos e acessórios.....	87.400 ton.
Perfis e barras.....	40.500 ton.
Chapas grossas.....	33.600 ton.
Chapas finas a quente.....	34.500 ton.
Chapas finas a frio.....	66.400 ton.
Chapas galvanizadas.....	12.000 ton.
Fólbhas de Flandres.....	33.600 ton.
	308.000 ton.

Esse programa repousa numa produção programada de 390.000 ton. de gusa e 288.200 toneladas de coque metalúrgico o que dará, além disso, elevada produção de subprodutos de carvão.

Ao preço médio obtido em 1949, a produção de 1950 poderá dar à Companhia uma renda de Cr\$ 1.202.047.250,00, ultrapassando a marca do bilhão de cruzeiros por ano. Aliás, no decorrer do ano de 1949 quase foi alcançada essa cifra, pois as vendas da Companhia totalizaram Cr\$ 922.470.944,70, sendo que o mês de dezembro ultrapassou a marca dos cem milhões de cruzeiros mensais o que é uma cifra altamente significativa.

Resultados tão compensadores e perspectivas tão promissoras vem apresentando a iniciativa industrial de Volta Redonda, que estudos e projetos de expansão da Usina estão já em fase bastante avançada, o que aliás tem sido objeto de lisonjeiros comentários da imprensa do País e dos Estados Unidos da América.

O
fôsse
sesse
tasse
de c
tare
repe
o qu
same

Jar
Escol
sião
o tes
nossa
lidade
atitud
prenu
és; n
dido
foram
pricho
carga
guela
tamen
caráte
ideais

Acor
tua tr
encrav
mens
tro de
nante
outror
pela i
inovid
fronte

Exul
creto d
man in
que se

O MANGANÊS DO AMAPÁ

(CARTA AO GOVERNADOR DO TERRITÓRIO)

Cap. ACAIA

Meu prezado Janary

O nosso governo determinou fôsse hoje atrasado o relógio de sessenta minutos, a fim de que voltássemos à hora legal. Acabamos de cumprir esta ordem, e aproveitaremos estes minutos que vão ser repetidos para escreverte esta carta, o que muito desafogará nosso pensamento.

Janary, fomos teu "bicho" na Escola Militar do Realengo, ocasião em que começamos a apreciar o teu vulto. Eras o diretor da nossa revista, tinhas uma personalidade inconfundível, um cadete de atitudes claras e bem definidas, prenunciadoras do líder que hoje és; nossa admiração e o esplêndido conceito que de ti fazíamos foram aumentados quando, por caprichos da Sorte, fomos àquele cargo (que esforço sobrehumano, naquela época, para manter impolutamente nossa independência de caráter, nosso asseio moral, nossos ideais; lembra-te?).

Acompanhamos com interesse a tua trajetória brilhante, até que te encravaste na constelação dos homens públicos do Brasil, como astro de primeira grandeza, governante do Território do Amapá, terra outrora disputada mas conservada pela inteligência e patriotismo do inoidável anjo tutelar de nossas fronteiras.

Exultamos quando lemos o decreto de tua nomeação: "the right man in the right place". E os anos que se seguiram demonstraram que

estava certa aquela nossa alegria, que perdurava.

Quinze anos estivemos distantes, até que a Escola de Aperfeiçoamento nos aproximou novamente. Muitas "caronas" nos deste em teu automóvel e numa dessas ocasiões chegamos até ao "consulado" do Amapá, ali na Esplanada do Castelo, mostruário sintético de tua notável obra.

Vimos, como sempre, um espírito lúcido, um patriota, um dos laboriosos construtores da grandeza deste país, uma vontade férrea que dominava todos os obstáculos, na tua pessoa.

Sempre acalentamos uma simpatia toda especial pelos territórios deste Brasil, os nossos "meninos" Amapá, Rio Branco, Acre (este o mais velhinho), Guaporé; uma afecção tão facciosa a ponto de julgar infames os que contribuíram para a extinção dos de Ponta-Porã e Iguaçu.

Deste modo, sem o saber, era com especial interesse que te inquiríamos sempre sobre as coisas do teu território. Lastimávamos, como lastimamos até hoje, não conhecer nenhuma figura dos demais — compreendes que somos humanos e que todo mundo gosta de conversar sobre o que aprecia.

Em nossas palestras, foi-nos dito que havia sido descoberto o Manganês, de bom teor, no teu território. Quantidades animadoras, excelentes perspectivas para a Economia Nacional. Jazidas imensas, de fácil exploração. Reportagens

de jornais, filmes cinematográficos, se não bastasse a tua honrosa palavra, atestavam tôdas as imensas possibilidades. Providências imediatas e sensatas. Quem não vibra com tudo isso? Vibramos também.

Soubemos do teu esforço heróico, para despertar o interesse dos capitais brasileiros; da falta de compreensão dos velhos donos do dinheiro que não acreditam na capacidade dos moços que lutam por um Ideal; soubemos, se não nos enganaram, que havias conseguido fôsse o Manganês explorado por uma firma de Minas Gerais, embora não constituída totalmente de capitalistas brasileiros. E ficamos contentes pelo belo resultado desta tua verdadeira "Via-Sacra".

* *

Janary, historiamos tudo isto para que não ponhas nenhuma dúvida na pureza dos nossos sentimentos. Perdoa tanta conversa, mas agora compreenderás nossa máguia:

Ouvimos dizer, Janary, e conosco estavam ouvindo oitenta colegas, que o minério de manganês do território do Amapá será explorado exclusivamente por estrangeiros!...

Que estes obtiveram a concessão das terras, pagarão uma ninharia, limitarão estes seus novos domínios (uma "ilha" estrangeira dentro de nosso solo), onde nosso governo não terá ação de mando nem de fiscalização! Todo o minério extralido irá diretamente para o país dos ex-

ploradores, que disporão de um porto particular, onde estão isentos de impostos e de verificação, limitando-se a "informar" o quanto de manganês estão enviando em cada navio! Construirão uma estrada de ferro dentro das "suas" terras para o transporte das minas ao cais!

Que tais providências e concessões resultarem da inutilidade das tentativas para ser este mineral explorado por nacionais! Que visam o saneamento, o aproveitamento da região, e objetivam a melhoria para os habitantes, pois tal consórcio estrangeiro precisará levar o progresso para ali e elevar o padrão de vida da população, para obter resultados compensadores!...

E isto tudo, que ouvimos dizer, realmente verdadeiro, Janary? Provavelmente todos que estavam presentes sentiram o travo amargo dessas notícias; certamente também estão ansiosos por tua palavra reconfortadora. Nós confiamos e depositamos nossas esperanças que a história não seja bem assim. Aguardemos.

Prezado camarada, os ponteiros já chegaram novamente no ponto onde haviam sido retardados. Estamos espantados com esta carta. Vai à frente, à guisa de desabafo: um caso em que a sensibilidade superou a razão.

Nobremente, perdoa este teu admirador quase anônimo — Acaia.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1950.

BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS, S. A.

SEDE — SÃO PAULO

Rua Álvares Penteado, 164-180

FILIAL — RIO DE JANEIRO

Rua 1º de Março, 45

64 AGENCIAS NOS ESTADOS DE S. PAULO, PARANÁ E RIO DE JANEIRO
PAGA E RECEBE, ININTERRUPTAMENTE, DE 9,30 AS 18 HORAS

O "RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA" DO EXÉRCITO AMERICANO

1º Ten. GUALTER GILL

No Exército Americano as informações pertinentes a cada oficial são prestadas bianualmente pelos seus dois superiores imediatos e apresentadas à seção especializada da Ajudância Geral em Washington, por meio do chamado "Relatório de Eficiência".

Este "Relatório de Eficiência" serve de informação básica para: seleção para promoção; seleção de oficiais para as mais variadas missões; treinamento especial; indicação para cursos; indicação para as diversas especializações; eliminação, etc.

Uma idéia geral da eficiência individual de cada oficial é indicada em parte pelo número calculado dos diversos "Relatórios de Eficiência" submetidos. Além desse número certos outros fatores são considerados, tais como o "Relatório Acadêmico" (proveniente de qualquer permanência do oficial em Escola do Exército ou Civil, como aluno), a natureza e grau de dificuldade dos serviços prestados, elogios e repreensões recebidas pelo oficial, e outros que evidenciem de qualquer modo seu caráter, sua habilidade e seu valor para o serviço.

A média de tais medidas em um período de 5 a 10 anos dá um "grau de eficiência geral" que se destina a mostrar o valor relativo de cada indivíduo, da maneira mais objetiva e justa possível.

Vejamos, portanto, em que consiste o

RELATÓRIO DE EFICIENCIA

1 — Histórico.

O Exército Americano passou a adotar um "Novo Relatório de Efi-

ciência" a partir de 1 de julho de 1947. O anterior esteve em uso com pequenas modificações durante 25 anos. Suas grandes deficiências eram por demais conhecidas e várias tentativas de obter um grau numérico baseado num cálculo matemático foram tentadas, sem resultado.

Por que era ele considerado grandemente defeituoso?

Porque falhava lamentavelmente em fornecer elementos básicos para seleção de oficiais para promoção, eliminação, missões especiais e especialização.

Vejamos um exemplo típico de sua ineficiência: Em 1940 o Ministério da Guerra Americano precisava de 150 Oficiais-Generais de terra. Os "Relatórios de Eficiência", ao invés de apresentarem os 150 melhores para isto, de 4.000 oficiais em condições, apenas forneceram 2.000 nas classes "excelente e superior". Abro aqui um parêntesis para esclarecer que no Exército Americano há 5 classes gerais: Insatisfatório, Satisfatório, Muito satisfatório, Excelente e Superior. Pois bem, tão recente quanto em 30 de junho de 1945. Os "Graus Gerais de Eficiência" de todos os oficiais do Exército Americano mostravam que 99 % deles estavam incluídos nas classes "Excelente e Superior" — 49 % estavam na classe superior. Ora, tal classificação é evidente, ridícula e inteiramente inútil para qualquer seleção consciente.

Qual a providência tomada?

Foram reunidos os maiores técnicos do país em testes, graus, psicologia e todos os ramos correlatos

e contratados pelo Ministério da Guerra para produzir algo mais científico.

Depois de experiências que duraram 2 anos, inclusive a aplicação simultânea de 5 tipos diferentes de "Relatórios de Eficiência" nas tropas do interior americanas e em duas divisões em além-mar, ficou constatado que a chamada forma 67-1 era a melhor.

2 — Idéia Geral.

O novo "Relatório de Eficiência" consiste de duas partes:

Parte 1 — Proporciona informações detalhadas necessárias ao planejamento das missões que serão dadas ao oficial e de que maneira será orientada sua carreira futura, qual será sua especialização, etc. É arquivada na "Divisão do Pessoal e de Administração da Ajudância Geral de Washington, Seção da Arma ou Serviço a que pertence o oficial". (A Ajudância Geral, composta de diversas divisões, correspondente ao nosso D. G. A.). Nela se inclui um grau de eficiência numérico, proveniente da Parte 2.

Parte 2 — Consiste de itens que são assinalados pelos oficiais relator e endossante por meio dos quais eles descrevem o oficial analisado, tanto no exercício de seus deveres profissionais como no seu procedimento geral como oficial.

Esses itens são computados mecanicamente na Ajudância Geral (D. G. A.) de uma maneira absolutamente impessoal.

Itens que são característicos dos bons oficiais recebem pesos positivos, enquanto que os dos maus, recebem negativos.

As Seções IV e V fornecem um resultado numérico da capacidade profissional do oficial, enquanto que as Seções VI e VII fornecem um resultado de suas qualidades pessoais. Esses dois resultados são resumidos em um grau geral, e esses 3 números (os dois resultados parciais e o geral) são colocados em lugares para isto destinados, tanto na parte I como na II.

3 — Análise dos resultados.

Se o "Relatório de Eficiência" fosse perfeito, esse valor bruto obtido poderia ser usado diretamente. Como isso não acontece, é necessário transformar este grau bruto em grau padrão, variando de 0 a 99, e que pode ser comparado com outras avaliações. Levando-se em consideração o grau de dificuldade e a importância dos diversos trabalhos já efetuados pelo oficial nos anos mais recentes, teremos finalmente o "Grau Geral de Eficiência". A maioria dos oficiais que não são nem excepcionais nem seriamente deficientes receberão graus entre 30 e 70. Cerca de 68 % estão neste grupo. Apenas estarão 2 % acima de 90 e 2 % abaixo de 10.

Dessa maneira, combinando os resultados dos "Relatórios de Eficiência", dos "Relatórios Acadêmicos", e da folha de serviços dos oficiais, todos antes colocados em bases de comparação apropriados, um resultado será obtido que levará em conta todos os fatores significativos que afetam o valor de um oficial, dando o peso apropriado a cada um e fornecendo uma base justa e honesta para selecionar os melhores e piores oficiais.

O Exército terá assim um ponto de partida seguro, não somente para organizar suas promoções, como para designar oficiais para missões especiais, cursos, como motomecanização, transmissões, etc. colocando de uma maneira técnica e conscienciosa e não empiricamente como entre nós: "The right man in the right place".

O regulamento prescreve ainda que a seção da Arma ou Serviço da Ajudância Geral de Washington a que pertence o oficial, onde é arquivada a parte I, notifique-o individualmente quando seu "Relatório de Eficiência" e outras informações indicam estar ele caindo de uma maneira significativa abaixo da média, para que o oficial compreenda sua situação e tome uma ação corretiva. Além disso, qualquer oficial tem o direito de examinar seus Relatórios de Eficiência a qualquer momento, bastando para

isto ir pessoalmente ao arquivo apropriado.

4 — Distribuição das habilidades de uma maneira geral.

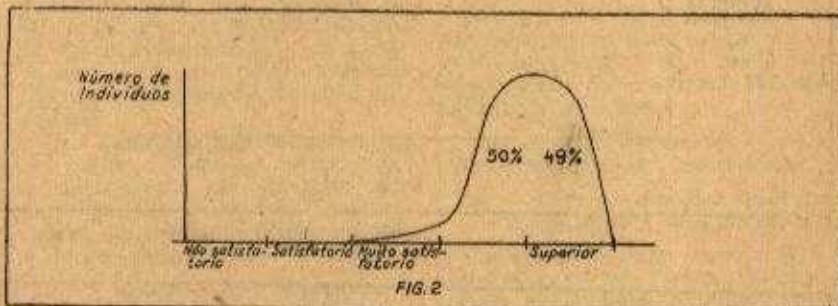
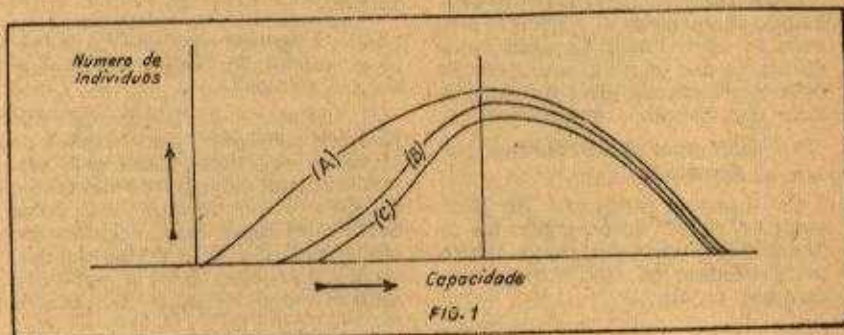
Sabemos que os indivíduos se distribuem aproximadamente de acordo com a curva (A) da fig. 1.

Como os oficiais são uma classe selecionada é natural que a distribuição geral dos indivíduos (A) à classe dos oficiais se apresente de acordo com a curva (B). Mesmo depois de eliminados alguns, por di-

dadeira e útil, para ser criteriosa e justa, deve fornecer resultados que se distribuam de uma maneira semelhante à curva (C), para que realmente distinga os oficiais muito acima da média e os gravemente ineficientes.

5 — Exemplo de um sistema defeituoso.

Temos na fig. 2 a curva do "Relatório de Eficiência" americano, como era feito até 1 de junho de 1947.



versos fatores, ainda permanece a curva (C) em que a grande maioria dos oficiais "normais" permanecem próximo do centro da curva, havendo uma pequena quantidade em cada extremo.

Assim, qualquer meio de julgamento e de análise dos oficiais, qualquer "Folha de Conceito" ou seja qual seja o nome, para ser ver-

É claro que tais resultados nada fornecem de positivo pois sabemos que a eficiência dos oficiais não se distribui como está na curva.

Um comando, baseado em tais relatórios, nenhuma solução justa e de bons resultados poderá ter, tendo que lançar mão de meios subjetivos para qualquer designação ou seleção.

6 — Exemplo de um sistema acci-tável.

Temos, na fig. 3, a curva do Relatório de Eficiência americano, como é feito a partir de 1 de junho de 1947, tomando-se os resultados brutos.

Os resultados em bruto obtidos do "Relatório de Eficiência" mostraram uma bem maior discriminação entre os oficiais permitindo uma muito melhor seleção entre os mais capazes e uma melhor determinação dos incapazes.

Estes resultados, entretanto, ainda não são perfeitos. Para que eles mais se aproximem da verdadeira eficiência dos oficiais, consideração deve ser dada ao grau de dificuldade dos trabalhos executados.

7 — Exemplo de um sistema padronizado.

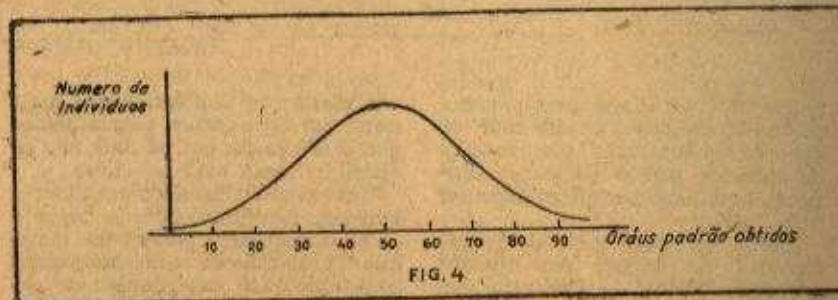
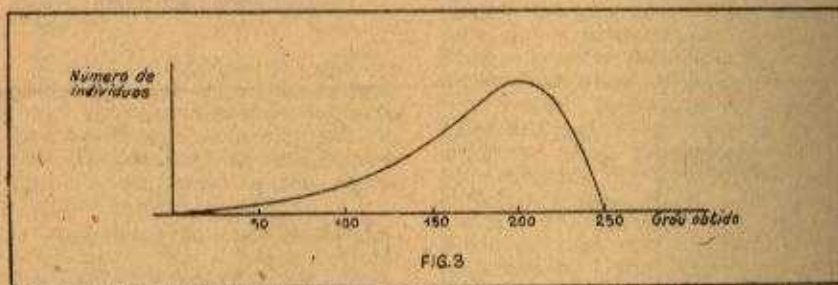
Os mesmos resultados do item anterior, depois de padronizados se distribuirão em uma curva muito mais próxima da real, como podemos ver na fig. 4.

Ao invés, portanto, de usar os resultados em bruto, provenientes do relatório, que não podem ser convenientemente interpretados e comparados, e ainda combinados com outras formas de avaliação, os graus brutos são convertidos em graus padrão de 0 a 99.

Depois de combinados com outros fatores significantes representando a natureza dos serviços efetuados e outras indicações, o resultado obtido indicará, tão objetivamente quanto possível, o valor relativo de cada indivíduo para o serviço.

8 — Considerações gerais a respeito do "Relatório de Eficiência"

O "Relatório de Eficiência" não somente contém a "performance" de serviços específicos feitos pelo oficial durante um período de tempo definido como fornece indicações detalhadas tanto da capacidade do oficial em relação a certas qualificações essenciais para a profissão militar como de suas habilidades



especiais, de valor potencial para o Exército.

Os oficiais não somente podem como devem procurar tomar conhecimento dos "Relatórios de Eficiência" submetidos a seu respeito para, por meio de uma crítica construtiva, poderem progredir.

Todas as observações colocadas no "Relatório" devem ter sido feitas em uma base real. Quaisquer conclusões são meras conjecturas e devem ser evitadas.

A eficiência de uma determinada unidade, em qualquer escalão, não deve servir de única base para o julgamento de seu comandante. É necessário ver em que grau sua influência é realmente notada, e levar em consideração os fatores tempo e meios.

A despeito do fato dos oficiais poderem tomar conhecimento dos relatórios de eficiência, os comandantes ou superiores, imediatos devem aproveitar todas as oportunidades para orientá-los e, obrigatoriamente, duas vezes por ano, devem ter uma entrevista particular com cada um de seus subordinados onde darão suas sugestões positivas para um maior progresso do oficial.

Em outras circunstâncias, quando um oficial fôr julgado incapaz por qualquer razão, um Relatório de Eficiência deve ser apresentado fora de época determinada, para servir de base para uma nova classificação, uma nova missão, ou ação disciplinar.

Nos dois últimos meses de cada ano todos os oficiais devem ler o regulamento do Exército número 600-185 que regula a aplicação do Relatório de Eficiência, devendo declarar isto por escrito.

9 — Quem faz o Relatório e quando.

O relatório é preenchido independentemente por dois oficiais: o relator e o endossante. O 1º é o superior imediato do oficial que está sendo submetido, salvo exceções específicas. O 2º é o superior imediato do 1º.

O relatório é organizado pelo menos duas vezes por ano e mais toda vez que o oficial tenha servido sob um determinado comando por 60

dias ou mais e por qualquer razão esta situação vá se modificar.

10 — Cuidados especiais.

a) Considerar somente o que foi observado o oficial fazer ou deixar de fazer. Não se basear em suposições, adivinhações ou desejos.

b) Considerar somente "performances" típicas, e não incidentes isolados, mesmo que chamem a atenção.

c) Considerar somente a situação atual. Não se deixar influenciar pelas observações anteriores feitas em outras funções.

11 — Descrição do "Relatório de Eficiência".

(Veja o relatório no fim do presente artigo.)

Há quatro tipos de relatórios:

- a) Relatório de Eficiência para oficiais;
- b) Relatório abreviado;
- c) Relatório Acadêmico;
- d) Relatório para Generais.

1º tipo — Relatório de Eficiência para oficiais.

É o mais completo e se compõe de duas partes:

Parte 1:

Secção I — Traz uma série de informações administrativas a respeito do oficial e deve ser preenchida, assim como a Secção III, pelo Ajudante do Corpo.

Secção II — Elementos e sugestões, para futuras classificações.

A — Diversas funções desempenhadas na situação atual.

O oficial relator deve indicar qual a principal função desempenhada pelo oficial e todas as demais, sendo minucioso o suficiente para que seja perfeitamente compreendido o que ele executar.

B — Descrição do oficial e comentários.

Tanto o oficial relator quanto o endossante devem fazer uma descrição breve mas completa, cobrindo suas qualidades morais, físicas e mentais; as suas especialidades de valor para o Exército e qual-

quer fraqueza ou defeito observados.

C — Como seria escolhido em várias situações.

Tanto o oficial relator quanto o endossante devem se colocar na situação de que comandam uma unidade na frente de combate. Devem em seguida imaginar como receberiam a indicação do oficial analisado para seu subordinado imediato em diversas situações. Um X deve ser colocado no retângulo correspondente, usando a coluna NA (não aplicável) se a questão não se adapta ao oficial analisado. Se a letra H deste parágrafo for usado é necessário especificar a especialidade.

Exemplo :

a) Representar o ponto de vista do comando e tomar decisões em seu nome num Quartel-General Superior.

Cinco soluções podem ser aceitas. Deve ser assinalado com um x a melhor :

- 1 — Não o queria ;
- 2 — Experimentá-lo-ia ;
- 3 — Aceitá-lo-ia ;
- 4 — Escolhê-lo-ia a maioria ;
- 5 — Seria o melhor para mim.

D — Recomendação para sua carreira futura.

O oficial relator deve fazer a si mesmo a pergunta : "Que tipo de serviço deve este oficial fazer depois do atual para desenvolver-se como oficial e tornar-se de mais valor para o serviço"? Veja bem que aqui não se trata de dizer qual o serviço que ele melhor desempenharia ou para o qual está em ótimas condições para ser útil. Dentro do possível os desejos e preferências do oficial que está sendo analisado devem ser levados em conta aqui. Além disso, a recomendação deve ser precisa : "Ajudante" e não "Administração".

E — Somente o oficial relator precisa assinalar qual o grau de contacto que teve com o oficial relatado.

Se o espaço não for suficiente, em qualquer parágrafo, pode ser

terminado em uma folha de papel e presa na parte 1.

Parte 2 :

Secção III — Idêntica à secção I.

Secção IV — Eficiência profissional.

Há 12 conjuntos de 4 frases descritivas. Em cada conjunto, deve ser escolhida uma (somente uma e sempre uma) frase como a MAIS descritiva do oficial e uma como a MENOS descritiva. As quatro frases devem ser lidas cuidadosamente e a que tiver maior número de exemplos a favor ou o menor número de argumentos contra será marcada como a mais descritiva e a que tiver menor número de exemplos a favor ou maior número de exemplos contra será marcada como a menos descritiva.

Sempre tem que ser marcada uma de cada e nunca mais de uma.

Não há necessidade de haver coerência entre os diversos conjuntos. O julgamento de cada conjunto deve ser feito independentemente.

A única responsabilidade do relator e do endossante é dar um relatório imparcial e preciso de suas observações. O restante cabe ao Ministério da Guerra.

Secção V — Eficiência profissional.

Nesta secção há sete situações em que um oficial possa ter se defrontado. Os oficiais relator e endossante devem marcar o número correspondente à situação em que o oficial analisado tenha se encontrado nas casas : Primário e Secundário. Nelas deve marcar em ordem as duas situações mais características durante o período em que o analisado está sendo considerado. Se não houver secundário, pode deixar em branco. Em seguida deve assinalar de 1 a 10 qual a posição do oficial analisado, em comparação a seus companheiros, na execução daqueles trabalhos escolhidos. Por exemplo, se ele for julgado nem dos piores nem dos melhores, de todos os que o oficial relator (ou o endossante) já viu desempenhar aquela função mas

ligeiramente abaixo da média, lhe seria marcado o n. 4.

Os oficiais relator e endossante não têm que concordar em nenhum aspecto.

Secção VI — Qualidades pessoais.

Da mesma maneira que na Secção IV, consiste de doze conjuntos de quatro frases, apenas aqui elas se referem às qualidades pessoais do oficial e não profissionais.

Secção VII — Qualidades pessoais.

Há aqui seis situações gerais em que um indivíduo pode se encontrar. Cabe aos oficiais relator e endossante marcar, de 1 a 10, da mesma maneira que na Secção V, qual o número que melhor descreve o oficial relatado.

Exemplo :

Grau em que ele é capaz de enfrentar situações difíceis sem prepotências e sem perturbações emocionais.

Se ele é dos melhores que o oficial relator já conheceu nessas circunstâncias, se bem que não o melhor, oito ou nove deve ser marcado.

Secção VIII.

Sómente o oficial relator indica quantos oficiais foram analisados por ele desta vez, e destes, em que situação relativa ele colocaria o que está sendo analisado, considerando sua utilidade futura para o Exército.

Secção IX.

Nesta os oficiais relator e endossante, depois de certificarem que leram os regulamentos e que fizeram o relatório de uma maneira verdadeira e imparcial, assinam, com nome, posto e unidade.

Além disso, declaram qual a relação do oficial analisado para com eles.

2º Tipo — Relatório abreviado

Consiste apenas de alguns itens do Relatório de Eficiência (itens I, II, III e IX somente) que são preenchidos, na medida de seus conhecimentos, pelos oficiais relator e endossante.

Destina-se a cobrir o tempo que o oficial permaneceu sob o comando de um outro, menor que 60 dias, ou a cobrir um determinado tempo na vida de um oficial, em que, por qualquer razão, não foi possível ser ele observado de uma maneira positiva pelo relator e pelo endossante.

3º Tipo — Relatório Acadêmico.

Este relatório é enviado em lugar do de Eficiência toda vez que o oficial estiver como aluno em qualquer Escola, como estudante, para cobrir o tempo dispendido nela.

Não devem ser dadas as seguintes informações :

- a) Designação da Escola ou Curso ;
- b) Duração ;
- c) Se o oficial o completou com sucesso ou não ;
- d) Colocação na turma (Ex. 5º de 27) ;
- e) Recomendação para serviço a ser designado no futuro (se houver) ;
- f) Capacidade de instrutor para o mesmo curso.

4º Tipo — Relatório para Gerais.

Consiste também em um Relatório de Eficiência, simplificado, constando apenas as Secções I, II, III, VII e IX.

12 — Considerações finais.

Do exposto na descrição do Relatório de Eficiência sente-se que é uma tentativa para dar uma informação segura da maneira de ser de cada oficial ao Ministério da Guerra. Não servirá ele, somente de base para as promoções, mas será um índice seguro para as indicações dos oficiais para cursos (evitando o processo absolutamente empírico de ser o mesmo, sem a menor lógica, compulsado, deixando de serem indicados outros com maior aptidão e tendência), para diversas funções específicas tais como instrutores, funções administrativas, etc.

É claro que os oficiais endossante e relator têm responsabilidade nas suas afirmações ; (e aqui uso a pa-

lavra "responsabilidade" na sua verdadeira acepção, isto é, como é interpretada pelos americanos), mas mesmo assim ele é feito de tal maneira que elimina dentro do possível, as proteções, pois, além de constar de um grande número de itens, que obrigam os oficiais que o estão preenchendo a agirem de uma maneira honesta, utiliza independentemente dois relatores (relator e endossante), duas vezes por ano no mínimo. No fim de cinco ou dez anos ou mais tempo, tendo sido observado por diversos indivíduos, não há dúvida que o número e as indicações provenientes dos "Relatórios de Eficiência" já se aproximarão bastante da situação real.

Apesar disso, no memorando circular em que o novo relatório é apresentado aos oficiais do Exér-

cito Americano, é tornado claro não ser ele ainda a perfeição, continuando as pesquisas a serem feitas para novos aperfeiçoamentos.

Não dispondo ainda o Exército Brasileiro de um mecanismo eficaz e científico para preencher as finalidades do "Relatório de Eficiência" Americano, tive como escopo neste artigo voltar a atenção dos oficiais brasileiros para este assunto, fornecendo-lhes a base de partida para futuros estudos a respeito, pois resumi aqui não somente os regulamentos americanos que tratam do assunto como também a conferência realizada pelo Major Banlay, em que o Novo Relatório de Eficiência foi apresentado ao Exército, com a devida justificação e ainda a carta de apresentação, distribuída ao Exército Americano a 1 de julho de 1947.

I — RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA

Veja AR 600-185 para detalhes

Ajudante preenche Seções I e II

Oficial Relator, Seções II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX

Oficial Endossante, Seções II, V, VII e IX

SEÇÃO I — RELATÓRIO DE OFICIAL

Faça a máquina ou a tinta — Use carbono para bater a Seção III ao mesmo tempo

Não escreva
neste espaço

ULT, nome, 1º nome, iniciais	Plato	Arma ou serviço	Componente	Período do Relatório De A		
Região Militar ou Teatro de Operações	Unidade e localização	Especialidade inicial	Função atual	Tempo de serviço Arregimen- tado	TNC	SP
Data do Relatório	Quando o Relatório tiver origem em transferência definitiva de unidade, assinala a unidade de destino :					PC
Nome, posto e unidade do Oficial Relator	Nome, posto e unidade do Oficial Endossante					OA

SECCAO II — ELEMENTOS E SUGESTOES PARA FUTURAS CLASSIFICACOES

OBS. — As informações desta página irão para a Divisão do Pessoal depois de determinados os graus. As classificações futuras e utilização do oficial dependerão do cuidado com que as informações nesta seção forem formuladas. Use máquina de escrever ou escreva a tinta com tipo de imprensa.

- A) *Descreva funções na situação atual* — A ser preenchido pelo Relator. Seja específico. Dê sua função principal e todos os deveres adicionais com detalhes suficientes
- B) *Descrição do oficial e comentários* — Estes parágrafos devem cobrir as qualidades físicas, mentais e morais do oficial analisado; especialidade de interesse para o Exército e defeitos afetando a determinadas funções

COMENTARIOS DO OFICIAL RELATOR

COMENTARIOS DO OFICIAL ENDOSSANTE

- C) *Como seria escolhido em diversas situações* — Suponha que V. é o comandante de uma unidade em campanha. Indique como V. receberia a indicação do oficial analisado para servir como seu subordinado imediato. Coloque um X no lugar indicado, usando a coluna NA se não for aplicável. Se usar linha h, especifique a especialidade

- a) Representar o ponto de vista do comando e tomar decisões em seu nome num Q.G. superior
- b) Comandar uma unidade imediatamente subordinada a você em uma missão de combate
- c) Ser responsável em uma emergência em que é necessário ter iniciativa, presença de espírito e capacidade de liderança
- d) Trabalhar em função que requiera grande atenção para detalhes e rotina
- e) Planejar todos os objetos de uma situação militar, usando julgamento, iniciativa e presença de espírito
- f) Desempenhar funções em uma força auxiliar ou civil tais como C.P.O.R. ou Guarda Nacional (Policia Militar)
- g) Representar a você quando lato e habilidade no trato forem necessários
- h) Trabalhar em uma função como especialista ou técnico (especificar)
- i) Executar deveres do tipo para o qual se acha designado presentemente

- D) *Recomendação para sua carreira futura* (ser específica)

Recomendação para futura classificação pelo Relator

Recomendação para futura classificação pelo Endossante

Recomendação para cursos pelo Relator

Recomendação para cursos pelo Endossante

- E) *Informações são baseadas em* (O Relator assinala)

Contacto
intimo
diário

Permanente observação dos
resultados de seu trabalho

Periódica observação dos re-
sultados de seu trabalho

Relatórios
acadêmicos

Relatórios
oficiais

RELATOR							ENDOSSANTE						
NA	1	2	3	4	5		NA	1	2	3	4	5	
	Não o queria	Experimenta-lo-la	Picaria satisfeito com ele	Escolhe-lo-la a maioria	Seria o melhor para mim			Não o queria	Experimenta-lo-la	Picaria satisfeito com ele	Escolhe-lo-la a maioria	Seria o melhor para mim	

RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA

Veja AR 600-185 por detalhes

Ajudante preenche Seções I e II

Oficial Relator, Seções II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX

Oficial Endossante, Seções II, V, VII e IX

SEÇÃO III - RELATÓRIO DE OFICIAL

Os mesmos dizeres da Seção I

Não escreva
neste espaço

ULT. nome, 1º nome, iniciais	Posto	Arma ou serviço	Componente	Período do Relatório		SP		
				De	A			
Região Militar ou Teatro de Operações	Unidade e localização	Especiali- dade inicial	Função atual	Tempo de serviço		SP		
				Arregimen- tado	TNC			
Data do Relatório	Quando o Relatório tiver origem em transferência definitiva de unidade, assinale a unidade de destino:					PC		

SECCÃO IV — EFICIÊNCIA PROFISSIONAL

Leia a folha de instruções cuidadosamente antes de marcar

Mais Menos	Mais Menos	Mais Menos	Mais Menos
A — Torna-se dogmático acerca de sua autoridade	A — Sempre critica, nunca elogia	A — Não trabalha pelo interesse da maioria	A — Não coopera com os oficiais, seus colegas
B — Sem cuidado e preguiçoso para com o serviço	B — Executa as ordens "passando-as adiante"	B — Tem um alto grau de iniciativa	B — Abusa de sua autoridade
C — Ninguém põe em dúvida sua habilidade	C — Conhece o serviço e executa-o bem	C — Nunca se desculpa por seus enganos	C — Dá ordens claras e concisas
D — Bem sentado em todas as fases da atividade militar	D — Não tem favorito	D — Demorado em executar seus trabalhos	D — Exato em todos os detalhes
Mais Menos	Mais Menos	Mais Menos	Mais Menos
A — Segue, fielmente, as ordens do escalão superior	A — Procura constantemente novos conhecimentos e idéias	A — Critica a maneira de agir dos seus superiores	A — Acusa outros por seus erros
B — Inclinação a "embromação"	B — Trabalhador	B — Outros não trabalham com ele	B — Sempre exige disciplina
C — Crítica sem necessidade	C — Aparentemente sem aptidão física	C — Reconhece quando está errado	C — Faz uma crítica construtiva de maneira excelente
D — Assume a responsabilidade	D — Não é bom julgador	D — Os homens sabem que podem confiar em seu julgamento	D — Extante em tomar decisões
Mais Menos	Mais Menos	Mais Menos	Mais Menos
A — Tipo agressivo, que sempre cumpre bem sua missão	A — Não assume responsabilidade	A — Não é "corredor"	A — Pode assumir o comando em uma emergência
B — Controlado em todas as circunstâncias	B — Sabe quando e como delegar sua autoridade	B — Conhece os homens, suas possibilidades e limitações	B — Honesto e justo em suas combinações
C — Não aceita sugestões	C — Oferece sugestões	C — Pouco eficiente	C — Desinteressado para com seu trabalho
D — Dirige ao invés de conduzir	D — Muda de opinião demasiadamente facilmente	D — Fala de modo monotônico	D — Discute as ordens recebidas

Leia a folha de instruções cuidadosamente antes de marcar

SECCÃO V — EFICIÊNCIA PROFISSIONAL

SECCAO V — EFICIENCIA PROFISSIONAL

Leia a folha de instruções cuidadosamente antes de marcar

11 — Direção e operação de assuntos militares não relacionados com tática e estratégica

2 — Direcção das operações em geral de uma unidade militar

3 — Ensinar em uma classe de uma organização militar ou civil

† — Exercício de uma função especializada, requerendo um treino técnico prolongado

5.5 — Auxiliar o comandante de uma unidade na organização dos métodos de resolução das necessidades que surgem nas diversas situações

6 — Deveres envolvendo conhecimentos de aeronáutica

7 — Instrução em Escolas de Instrução ou de Treinamento, Escolas Técnicas, etc.

OFFICIAL RELATOR

Principio

Secundário

OFFICIAL ENDOSSANTE

Primário

Secundário

Não escreva aqui

16	32
----	----

33

SECCAO VI - QUALIDADES PESSOAIS

Use lápis eletrográfico, seguindo as mesmas instruções do n. IV

Mais Menos				Mais Menos				Mais Menos				Mais Menos			
A - Pessoal trabalha para e com ele graças à sua personalidade				A - Falta-lhe habilidade para inspirar confiança aos oficiais e solds.				A - Farda-se e tem um bom porte militar				A - Obtém respeito e confiança sem causar ressentimentos			
B - Não tem complexos hierárquicos				B - É facilmente convencido				B - Normalmente alegre				B - Falta-lhe agressividade			
C - Pensa somente em si mesmo				C - Tipo que todos gostam de ter por amigo				C - Não aceita críticas				C - Conhece bem a língua e tem facilidade de expressão			
D - Vive aborrecido				D - Porte discreto e honesto				D - Não se dá bem com os outros				D - Falta-lhe boas conduta e bons hábitos de moral			
Mais Menos				Mais Menos				Mais Menos				Mais Menos			
A - Bom em atividades atléticas				A - Temperamento quente				A - Modesto e reservado				A - Controlado			
B - Firme mas sem exagero				B - Não sabe demonstrar originalidade				B - Precisa ser orientado				B - Infunde respeito pelas suas ações			
C - Egoísta				C - Reservado				C - Anti-social				C - Agressivo, arrogante			
D - Não conduz bem as pessoas				D - Impressiona a pessoas favoravelmente				D - Respeitado por todos os colegas				D - Indiferente			
Mais Menos				Mais Menos				Mais Menos				Mais Menos			
A - Elogia um homem pelo seu trabalho bem feito				A - É "garganta"				A - Oficial calmo e modesto				A - Inaturo			
B - Perde a cabeça, fica excitado				B - Inspira orgulho à sua unidade				B - Ao invés de comandar segue os demais				B - Modesto mas não retraído			
C - Goza da admiração tanto dos oficiais quanto dos homens				C - Falta-lhe tato				C - Tem uma atitude de superioridade				C - Nervoso			
D - Veste-se e apresenta-se mal				D - Preocupa-se demais com os outros				D - Indivíduo de tato				D - Coopera integralmente em seu trabalho			

SECCAO VII - QUALIDADES PESSOAIS

SECÇÃO VIII — POSIÇÃO RELATIVA

Para o Relator somente

O número de oficiais neste posto analisados por mim foi

Se estes oficiais fossem colocados em ordem, considerando sua utilidade futura para o Exército, do melhor (n. 1), para o pior, este oficial seria o número do Grupo total analisado

SECÇÃO IX — AUTENTICAÇÃO

Eu certifico que li o AR 690-185 e que todas as informações foram prestadas de acordo com as instruções nele contidas e que no meu entender são todas reais e imparciais.

Assinatura do oficial relator

Assinatura do oficial endossante

Nome, posto, unidade

Nome, posto, unidade

Posição relativa do oficial analisado para o relator

Posição relativa do oficial analisado para endossante

At

Vet

N
ComO
que
pitã
cito
no p
efei
trã
naci
a)
cert
que
mai
chen
cad
vant
alterb)
tend
pitã
tãve
situa
que
tal s
mere
por
fixa
posto
que
cend
de C
prom
go n
das s
denta
do Q
reza

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 20 de dezembro de 1949 a 31 de janeiro de 1950

VETO OPOSTO A DECRETO

Veto oposto ao Decreto do Congresso Nacional que dispõe sobre a promoção de Capitães Médicos e Intendentes do Exército ativo, nas condições que menciona e publicado em obediência ao disposto na parte final do § 1º do art. 70, da Constituição

N. 784 — Senhores Membros do Congresso Nacional:

O Decreto do Congresso Nacional que dispõe sobre a promoção de Capitães Médicos e Intendentes do Exército, que tenham dez ou mais anos no posto, ou trinta computáveis para efeito de inatividade, resultaria contrário aos interesses do Exército e aos nacionais, pelas seguintes razões:

a) possibilitaria a promoção de certos oficiais, em preterição a outros que lhes precedem, atualmente, como mais antigos, os quais, por não preencherem todos os requisitos especificados, não poderão gozar de idêntica vantagem, provocando tal fato sérias alterações de ordem hierárquica;

b) especialmente no Quadro de Intendentes, onde inúmeros são os Capitães que contam 30 anos computáveis para a inatividade, criaria uma situação difícil e anômala, além da quebra da hierarquia já assinalada, tal seja a de vir a ser duplicado o número de Maiores que, no momento e por força de disposições legais está fixado no total de 55 oficiais daquele posto. Simples exame do "Almanaque do Exército" evidencia que ascenderia a muito mais de 20 o número de Capitães a promover. Efetuadas as promoções tornar-se-ia necessário largo número de anos para a absorção das agregações consequentes, com evidente prejuízo de rejuvenescimento do Quadro, já por sua própria natureza pouco pródigo em vagas;

c) facultaria acesso a Capitães que, de conformidade com a Lei de Promoções do Exército, não o poderiam ter, por ausência do Curso de Aperfeiçoamento, e constituiria injusta exceção com referência aos Capitães das Armas, que se encontrassem em idênticas condições;

d) além dos motivos apontados, sobreleva a injustiça resultante para com os Capitães Médicos e Intendentes, pois embora satisfizessem as condições de acesso, legalmente habilitados, não poderiam ser promovidos enquanto existissem Maiores agregados, sendo, por isso, vitalmente prejudicados em seus direitos e desestimulados nos seus esforços;

e) maior inconveniente ainda apresenta o Decreto em causa, dado que a sua vigência não foi delimitada e daí resultar tornar-se regra o regime proposto, o que, indiscutivelmente, representaria grave desvantagem para o Exército, pela instabilidade a que ficariam expostos os Quadros dos dois serviços atingidos;

f) acresce que se encontra em estudo no Congresso Nacional a reestruturação do Quadro de Médicos e que o Governo última o dos Intendentes, para submeter ao Poder Legislativo.

Ante o exposto, a fim de possibilitar o reexame do assunto pelo Poder Legislativo e usando da atribuição que me confere o art. 70, § 1º, da Constituição, resolvi negar sanção ao citado Decreto do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1949 — EDRICO G. DUTRA.

("Diário Oficial" de 26-XII-49.)

PLANO DE UNIFORMES PARA AS ESCOLAS PREPARATÓRIAS

O "Diário Oficial" n. 302, de 30 de dezembro de 1949, publica as pá-

ginas 18008, 18009 e 18010, o Decreto n. 27.584, de 14 de dezembro de 1949 que "Aprova o Plano de uniformes para as Escolas Preparatórias", e o respectivo Plano.

COBRANÇAS DE TAXAS ADUANEIRAS

Tendo em vista a comunicação feita em Ofício n. 3.361, de 30 de novembro último, pela Superintendência da Administração do Porto do Rio de Janeiro, de que as despesas originadas com capatazias, cabotagens e demais taxas aduaneiras e que vinham sendo cobradas em conjunto com as despesas de transportes, para posterior entrega àquela Administração pela Empresa Transportadora, passaram a ser cobradas em separado desde 1 de junho do corrente ano, determino às autoridades requisitantes de transportes por conta deste Ministério, a emissão da requisição correspondente àquelas despesas, independente da requisição de transporte, nos termos da letra b), item II, do art. 1º, das Instruções para Requisição de Passagens e Transportes, baixadas com o Decreto n. 22.596, de 30 de março de 1933.

(Aviso n. 853, de 30-XII-49 — "Diário Oficial" de 31-XII-49.)

ENGAJAMENTO E REENGAJAMENTO A SARGENTOS EXCEDENTES DAS COTAS

Declaro que se concedidos os engagements e reenagements de Sargentos dentro das normas estabelecidas nos Avisos ns. 422, de 21-VI-49 e 617, de 20-IX-49, ainda existirem nas Regiões Militares Sargentos excedentes que tenham permanência assegurada nas fileiras do Exército, até a idade limite, pelo Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946, dever-se-á conceder-lhes reenagemento independente de cotas e efetivos, ficando, porém, as R.M. encarregadas de procederem o reajustamento correspondente, enviando à Diretoria do Pessoal, após a concessão do reenagemento, a relação dos que continuam excedentes, os quais serão movimentados, se por ventura existir vaga em outras R.M.; caso contrário, continuarão na mesma Região até serem absorvidos pelos claros que forem aparecendo.

(Aviso n. 858, de 30-XII-49 — "Diário Oficial" de 31-XII-49.)

EQUIVALÊNCIA DO CURSO DE RADAR

Consulta o Cmt. da 2ª Bta. O.C., Forte Duque de Caxias, se a um 3º Sargento possuidor do Curso Operacional de Radar do Centro de Instrução de Tática Anti-submarina, poderá ser concedido reenagemento com amparo no parágrafo único do art. 89, da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 23-VII-46).

Em solução, aprovando o parecer do E.M.E., declaro:

A — Enquanto não forem organizados e entrarem em funcionamento cursos especiais para formação de operadores e mecânicos de Radar, são válidos para o Exército os cursos realizados, durante essa transição, na Marinha de Guerra.

B — Os Sargentos habilitados com os cursos acima citados, estão amparados pelo parágrafo único do art. 89, do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946 e deverão servir, preferencialmente, na Escola de Artilharia de Costa, no C.I.D.A.Aé., ou na Escola de Transmissões.

(Aviso n. 859, de 30-XII-49 — "Diário Oficial" de 31-XII-49.)

PENSOES AS VIÚVAS DE VETERANOS

LEI N. 1.031 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1949

Regula a concessão de pensão às viúvas dos veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É atribuída às viúvas dos ex-combatentes do Paraguai, a pensão criada pelo Decreto-lei n. 1.544, de 25 de agosto de 1939, com as majorações constantes do Decreto-lei número 8.512, de 31 de dezembro de 1945 e da letra b), do art. 26, da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, indistintamente, quer a habilitação seja anterior, quer posterior ao citado Decreto-lei n. 8.512.

Art. 2º. Na aplicação do disposto no art. 30, da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, serão abrangidas pelas majorações constantes do Decreto-lei n. 8.512, e do art. 26, da Lei n. 488, supracitados, todas as filhas de veteranos da Campanha do Paraguai, cujos direitos tenham sido

ou vierem a ser reconhecidos, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei não haverá distinção entre as beneficiárias cujas progenitoras habilitadas tenham falecido antes ou depois da vigência do citado Decreto-lei n. 8.512, e aquelas que se tenham habilitado ou venham a habilitar-se, originariamente, aos respectivos proventos.

Art. 3º. O disposto na presente Lei aproveitará, igualmente, às viúvas e filhas dos ex-combatentes das Campanhas do Uruguai.

Art. 4º. Esta Lei produzirá seus efeitos a contar da vigência da Lei n. 438, de 15 de novembro de 1948, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1949: 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA.

Silvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Guilherme da Silveira.

Arnando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 3-I-1950.)

* *

CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO

O "Diário Oficial" n. 2, de 3 de janeiro de 1950, publica às págs. 82 e 83, a Lei n. 3.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.

* *

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DECRETOS

Despacho:

O Ministro de Estado resolve aprovar e mandar publicar o seguinte:

PARECER N. 270, DE 22-XI-1949

Processo n. 5.504-43:

1. Vem o presente processo a esta Consultoria, a fim de que emita parecer sobre o requerimento de fls. em que os Capitães R/2 Alarico Câmara Castro, Nelson Mateus da Rocha e Mário Frederico Stoky, solicitam a interpretação de textos do Decreto-lei n. 8.159, de 1945 (arts. 1º, letra b, 3º e 4º).

2. Estabelecem os dispositivos citados:

Art. 1º. É facultado aos oficiais subalternos da reserva de 1ª e 2ª

classes, das armas, médicos e intendentes convocados, em serviço, na F.E.B., ou que, durante o período de 22 de agosto de 1942 a 15 de agosto de 1945 hajam servido por mais de um ano:

b — a permanência nas fileiras, como convocado, até a idade limite, com faculdade de transferência para a reserva remunerada após 25 anos de serviço:

1 — a todos os de 1ª classe;

2 — aos de 2ª classe que revelaram conduta excepcional nos campos de batalha e no esforço de guerra.

Art. 3º. É facultado aos Subtenentes e Sargentos, que possuírem medalha de campanha:

a) o ingresso nos quadros de oficiais das armas, de intendentes e médicos, após a conclusão dos cursos da Escola Militar ou da Escola de Saúde do Exército;

b) a permanência nas fileiras até a idade limite, com faculdade de transferência para a reserva após 25 anos de serviço.

Art. 4º. Aplica-se o disposto no art. 3º, aos cabos e soldados portadores da cruz de combate de 1ª classe ou condecoração equivalente (estrela de prata americana).

3. Não se nos afigura existir relação entre os dispositivos supratranscritos, como pretendem os requerentes.

Na verdade, o art. 3º fixa um critério de aproveitamento, que é o de ser o militar portador de medalha de campanha. O art. 4º estende a outros militares o disposto no art. 3º, portadores da cruz de combate de 1ª classe ou de condecoração equivalente.

Mas o art. 1º, letra b), refere-se a conduta excepcional nos campos de batalha e no esforço de guerra, o que, por certo, faculta à Administração fixar critério, nos limites e termos das leis e regulamentos militares.

Dizer-se o oficial teve ou não conduta excepcional nos campos de batalha cabe exclusivamente aos chefes militares, face aos assentamentos daquele e às normas gerais adotadas para a classificação respectiva.

4. No que tange a esta Consultoria, o que cabe esclarecer é que a interpretação do art. 1º, letra b), do Decreto-lei n. 8.159 independe do disposto nos arts. 3º e 4º, do mesmo diploma legal — Demosthenes Madureira de Pinho, Consultor Jurídico.

(Parecer n. 270, de 22-X-1949 — "Diário Oficial" de 4-I-1950.)

CONTAGEM DE PONTOS DE ESTÁGIO

O Comando da 1ª Região Militar, tendo em vista a solicitação do Comandante da Escola de Motomecanização para que constasse das fichas de promoção de três Sargentos o estágio feito pelos mesmos na General Motors do Brasil S.A., consulta se, em face do Aviso n. 3.073, de 5 de outubro de 1944, está em vigor o Aviso n. 2.393, de 15 de setembro de 1942, no que se refere a "estágio e serviço de natureza técnico-militar, realizado com aproveitamento".

Em solução, aprovando parecer do Estado-Maior do Exército, resolve que o estágio de natureza técnico-militar, quando autorizado pela alta administração do Exército e feito com aproveitamento, será considerado como contribuição de caráter técnico-profissional, devendo-se computar, na ficha de promoção dos Sargentos, cinco pontos para estágio independentemente de grau de aprovação.

(Aviso n. 18, de 9-I-950 — "Diário Oficial" de 11-I-950.)

MATRÍCULA NO CURSO ESPECIAL DE EQUITACÃO

Atendendo às ponderações da Diretoria de Ensino, e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, autorizo o aproveitamento, no corrente ano, de todos os candidatos inscritos para matrícula no Curso Especial de Equitação, desde que satisfaçam, no mínimo, as condições definidas no art. 4º, do Decreto-lei número 8.097, de 16-X-945, e não ultrapassem o número de vagas já fixado para o referido curso.

(Aviso n. 17, de 9-I-950 — "Diário Oficial" de 11-I-950.)

MATRÍCULA NO CURSO DE GEODESIA

Atendendo à sugestão da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército e de acordo com o parecer do D.T.P.E., os atuais alunos do Curso de Topografia que obtiverem nota final igual ou superior a 6 (seis) e desejarem matrícula no Curso de Geodésia da Escola Técnica do Exército, em 1950, ficam dispensados do estágio previsto no art. 16 das instruções que regulam o funcionamento daquele Curso, desde que se submetam a uma prova de seleção versando sobre as disciplinas essenciais do Curso de

Preparação da mesma Escola e obtenham classificação dentro das dez vagas existentes.

(Aviso n. 18, de 9-I-950 — "Diário Oficial" de 11-I-950.)

EXAMES PARA A E.E.F.E.

Atendendo à sugestão da Diretoria de Ensino e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolvo:

a) que o exame médico e a prova de seleção física dos candidatos à E.E.F.E. sejam feitos na Região Militar correspondente;

b) que sejam atendidas, com rigor as instruções ditadas pelo R-92 (artigo 69). (B.E. n. 30, de 1941, página 2.193).

(Aviso n. 19, de 9-I-950 — "Diário Oficial" de 11-I-950.)

SITUAÇÃO DE SARGENTOS POSSUIDORES DO C.R.A.S.

Consulta o Comando da 8ª Região Militar, se podem permanecer nos órgãos de intendência, aguardando matrícula no C.R.A.S., de Intendência, os Sargentos possuidores do C.R.A.S. da Arma de origem que sirvam nos referidos órgãos desde data anterior a 11 de dezembro de 1947, amparados, portanto, pelo número dois, segundo caso, da alínea d, da solução de consulta do Comando da 5ª R.M., publicada no "D.O." de 6 de setembro do corrente ano.

Em solução, aprovando parecer do Estado-Maior do Exército, declaro que aos Sargentos nas condições dos da presente consulta deve ser aplicado o que determina a parte final do inciso 2º, do Aviso n. 506, de 25-VII-949.

(Aviso n. 20, de 9-I-950 — "Diário Oficial" de 11-I-950.)

MATRÍCULA NA E.A.C.

Atendendo às ponderações da Diretoria de Ensino, e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolvo que, no corrente ano, a matrícula de oficiais na Escola de Artilharia de Costa, dentro do total de vagas fixado, seja efetuada independentemente do critério estabelecido na Portaria n. 149, de 5 de dezembro

de 1949 (distribuição das vagas pelas Regiões Militares).

(Aviso n. 21, de 9-I-950 — "Diário Oficial" de 11-I-950.)

SITUAÇÃO DE SARGENTOS APROVEITADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE

Atendendo ao que propõe o Estado-Maior do Exército, referente à situação dos Sargentos das armas e serviços aproveitados na organização das Unidades de Saúde, face às condições de acesso dessas praças, resolve:

a) a escolha dos candidatos a Subtenentes das Unidades de Saúde deve recair nos 1.ºs Sargentos habilitados com o C.R.A.S. de Saúde;

b) os Sargentos oriundos das armas e transferidos para essas Unidades, por ocasião de sua organização, e que não se habilitarem com o curso de Saúde, deverão retornar à Arma de origem (Aviso n. 499, de 16-I-947);

c) fica permitido, até maio de 1950, aos Subtenentes e Sargentos das armas, atualmente servindo em Unidades de Saúde, e na medida exata das necessidades dessas Unidades, completarem o Curso Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos que já possuem, para assegurarem a permanência e acesso nessas Unidades.

(Aviso n. 25, de 9-I-950 — "Diário Oficial" de 11-I-950.)

DISTRIBUIÇÃO DOS CADETES DA ESCOLA MILITAR, PELAS ARMAS

O Ministro de Estado resolve fixar, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, a seguinte percentagem de distribuição, pelas Armas, dos cadetes da Escola Militar, aprovados no 1.º ano do Curso:

Infantaria	20 %
Cavalaria	20 %
Artilharia	45 %
Engenharia	15 %

(Portaria n. 3, de 9-I-950 — "Diário Oficial" de 11-I-950.)

SALVAGUARDA DE INFORMAÇÕES

O D.O. n. 10, de 12-I-950, publica o Decreto n. 27.583, de 14 de dezembro de 1949, que aprova o Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional.

DEPENDENTE DE MILITAR MATRICULADO NA E.S.A.

(Solução de consulta)

O Ministro de Estado resolve:

Mandar publicar o seguinte:

Parecer da S.G.M.G. de 27 de dezembro de 1949.

Processo n. 17.82-49.

1. Processo originado pelo rádio de folha 1, no qual o Chefe da 27.ª Circunscrição de Recrutamento consulta se o militar que possui dependente, com 18 anos de idade incluído na Escola de Sargentos das Armas, continua a perceber o salário-família.

2. O caso focalizado na presente consulta terá de ser estudado à luz das Portarias ns. 196, de 6 de dezembro de 1948 (Boletim do Exército n. 50-Suplemento n. 1, de 11 dos mesmos mês e ano) e 9.538, de 5 de agosto de 1946 (Boletim do Exército n. 32-Suplemento, de 10 de agosto de 1948) com as quais foram baixadas instruções para habilitação e pagamento do salário-família e para o funcionamento da Escola de Sargentos das Armas, respectivamente.

3. Iniciando-se o estudo pela Portaria n. 196, encontra-se, em seu artigo 2.º, a definição precisa do que seja dependente, para fins de abono do salário-família:

"Considerando-se dependentes, desde que vivam total ou parcialmente a expensas do militar:

a) os filhos menores de 21 anos;

b)

§ 1.º Compreende-se nas alíneas a e b deste artigo os filhos de qualquer condição, ou enteados e os adotivos."

4. Compulsando-se por outro lado, a Portaria n. 9.538, verifica-se que na Escola de Sargentos das Armas funcionam, simultaneamente, dois cursos:

a) Curso A — de Formação;

b) Curso B — de Aperfeiçoamento.

5. Interessa ao caso em estudo o curso referido na alínea a. Prosseguindo, pois, na leitura da referida Portaria, verifica-se ainda que além de instrução, tem todos os alunos, durante o curso, direito a alojamento, alimentação e vencimentos, estes na seguinte progressão:

A) 1.º período (5 meses): Como soldado engajado ou sejam Cr\$ 400,00;

B) No 2º período (5 meses):

a) 1ª fase (12 semanas): Como cabo ou sejam Cr\$ 800,00;

b) 2ª fase (8 semanas): Como 3º Sargento ou sejam Cr\$ 1.580,00.

6. A exposição feita no item anterior torna patente que o Estado assegura aos alunos do Curso de Formação da Escola de Sargentos das Armas, direito integral à instrução, alojamento, alimentação e vencimentos, fato esse que, aliado à declaração de fls. 4, não permite enquadrar-se a situação do dependente focalizado nesta consulta nos dispositivos do art. 2º, transcrito no item 2 e que lhe traria o benefício do salário-família.

7. Sob o ponto de vista lógico, chega-se à conclusão análoga pois se o Estado, como já se viu, assegura aqueles direitos aos alunos da citada Escola, não será razoável conservar ainda o encargo do salário-família, para com os militares que possuam dependentes naquela situação, máxime, se atentarmos que a instituição deste benefício tem em vista justamente auxiliar a subsistência e educação de seus dependentes.

8. Em face do exposto e submetendo o assunto à consideração de V. Excia., é esta Secretaria Geral de parecer que aos militares que possuam dependentes matriculados na Escola de Sargentos das Armas não deve assistir direito ao salário-família correspondente — Paulo Figueiredo, General de Brigada, Secretário Geral do M.G. — Despacho: — De acordo. Publique-se, General Canrobert, 9 de janeiro de 1950.

(Despacho de 9-I-950 — "Diário Oficial" de 12-I-950.)

REAJUSTAMENTO DE PROVENTOS DA INATIVIDADE

LEI N. 1.050 — DE 3 DE JANEIRO DE 1950

Reajusta os proventos da inatividade dos servidores públicos civis e militares atacados de moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os proventos da inatividade dos servidores públicos civis e militares, atingidos de moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei e os dos inválidos em consequência de acidente ocorrido no exercício de suas atribuições, ou de

doença adquirida no desempenho da profissão, serão reajustados aos vencimentos da atividade da respectiva categoria, padrão ou posto.

Art. 2º. É estabelecida a inspeção médica periódica, de dois em dois anos, para os inativos, de que trata o artigo anterior. A reversão dos funcionários públicos à atividade e a convocação dos militares processar-se-ão de acordo com o laudo favorável da inspeção, independente de quaisquer formalidades.

§ 1º. Os julgados capazes que não desejarem retornar ao trabalho terão seus proventos de novo, revistos, como se, na ata do laudo favorável da inspeção médica houvessem normalmente passado à inatividade.

§ 2º. Para os efeitos do parágrafo anterior, será contado, pela metade, como tempo de serviço, o intervalo decorrente entre a primeira inspeção em que se tenha verificado a moléstia e a em que se haja positivamente a cura. Os proventos não poderão exceder aos já percebidos durante a fase de incapacidade.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1950; 129ª da Independência e 62ª da República.

ENRICO G. DUTRA.

Adroaldo Mesquita da Costa.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Raul Fernandes.

Guilherme da Silveira.

Clovis Pestana.

Daniel de Carvalho.

Clemente Mariani.

Honório Monteiro.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 13-I-950.)

GRATIFICAÇÃO A PARA-QUEDISTAS

De acordo com o art. 5º, do Decreto-lei n. 8.444, de 28-XII-945, combinado com o § 4º, do art. 59, das Instruções Provisórias do Núcleo de Formação e Treinamento de Para-quedistas (Portaria n. 45-45 — Reservada, de 12 de agosto de 1946), e nos termos do art. 43 dos Estatutos dos Militares, resolve fixar as seguintes gratificações mensais de para-quedismo para Unidades e Escola de Para-quedistas, para o ano de 1950:

a) para 2º Tenente — igual ao soldo mensal deste posto;

b) para cada um dos postos seguintes — um aumento sucessivo de

10 % sobre a gratificação de pára-quedismo de 2º Tenente;

c) para Aspirante a Oficial — 90 % da gratificação de pára-quedismo de 2º Tenente;

d) para Subtenente — igual ao soldo mensal desta graduação;

e) para 1º, 2º e 3º Sargento — um decréscimo sucessivo de 10 % sobre a gratificação de pára-quedismo de Subtenente;

f) para cabos e soldados — igual a 50 % da gratificação de pára-quedismo de Subtenente.

(Aviso n. 26, de 10-I-950 — "Diário Oficial" de 13-I-950.)

* *

PROCEDIMENTO COM DESPESAS EMPENHADAS NO TÍTULO "RANCHO"

Consulta o tesoureiro do 2º B.S., como proceder com a despesa empenhada por conta do título "Rancho", cujas contas não tenham sido pagas até o último dia do mês.

Em solução, declaro o seguinte:

a) a despesa empenhada que não tiver sido paga até o último dia do mês, passará para o mês seguinte como saldo, no próprio título "Rancho", exceto no último mês do exercício, quando deverá ser considerada como "Restos a pagar";

b) as percentagens devidas à Caixa Geral de Economias da Guerra (10 % a 15 %) incidirão sobre o saldo real apurado no mês, isto é, sobre a importância restante depois de deduzidas todas as despesas empenhadas, pagas ou não;

c) na demonstração do "Estado Financeiro", que acompanha o balanço, deverão ser discriminadas as parcelas que constituem o saldo do balanço, com menção do número, importância e beneficiário dos empenhos.

(Aviso n. 27, de 10-I-950 — "Diário Oficial" de 13-I-950.)

* *

EXCESSO DE CONTINGENTE DAS CLASSES DE 1925 A 1928

A vista dos pareceres da Diretoria do Recrutamento e Estado-Maior do Exército, declaro que os cidadãos das classes de 1925 a 1928 que foram desligados de Tiros de Guerra e não foram incorporados, deverão ser considerados no excedente do contingente da respectiva classe, de acordo com o art. 63, da Lei do Serviço Militar,

devendo-se em consequência aplicar-se-lhes o disposto no Aviso n. 788, de 30 de novembro de 1949.

(Aviso n. 36, de 11-I-950 — "Diário Oficial" de 13-I-950.)

* *

REENGAJAMENTO DE 2os SAR- GENTOS MUSICOS

De acordo com a proposta da Diretoria do Pessoal e parecer do Estado-Maior do Exército, declaro, em aditamento ao Aviso n. 422, de 21 de junho de 1949, que é de 100 % a percentagem de reengajamento de 2os Sargentos músicos.

(Aviso n. 37, de 11-I-950 — "Diário Oficial" de 13-I-950.)

* *

CURSO DE INTENDÊNCIA DOS C.P.O.R.

Consulta o Comando do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo:

a) se o curso de Intendência do C.P.O.R. é ou não considerado órgão de Intendência;

b) se os Sargentos possuidores dos Cursos das Armas podem ou não desempenhar as funções de monitores do Curso de Intendência;

c) se os Sargentos possuidores do C.R.A.S. de Intendência devem preferir aqueles que somente possuem o C.R.A.S. das Armas, nas funções de monitores do Curso de Intendência.

Em solução, aprovando parecer do Estado-Maior do Exército, resolvo:

1) que o Curso de Intendência dos C.P.O.R. não deve ser considerado como órgão de Intendência;

2) que a função de monitor do referido Curso deve ser desempenhada privativamente por Sargentos de Intendência aperfeiçoados;

3) que, para preenchimento dos claros em monitores desse Curso, o Comandante do C.P.O.R., em época oportuna, faça a necessária indicação ao Comandante da Região Militar que:

a) tratando-se de Sargentos pertencentes a Unidades ou Estabelecimentos subordinados, fará a nomeação de acordo com o art. 22, do R-166 e comunicará à Diretoria de Intendência para que esta faça a movimentação, consoante o que prescreve a alínea b, do art. 42, do Decreto-lei n. 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Lei do Movimento de Quadros);

b) se o Sargento proposto pertencer a outra Região Militar, solicitará sua nomeação à Diretoria de Intendência do Exército.

(Aviso n. 39, de 11-I-950 — "Diário Oficial" de 13-I-950.)

...

FUNÇÕES DE PESSOAL DO Q.R.E.

Atendendo à solicitação da Diretoria de Transmissões do Exército e de acordo com os pareceres do Departamento Geral de Administração e do Estado-Maior do Exército, recomendo não seja o pessoal do Quadro de Radiotelegrafistas do Exército distraído de suas funções no quadro especial a que pertence, evitando-se, assim, o emprego dos radio-operadores em serviços estranhos à sua especialidade e na instrução da tropa dos Quartéis-Generais e das Unidades.

(Aviso n. 40, de 11-I-950 — "Diário Oficial" de 13-I-950.)

...

SITUAÇÃO DOS OFICIAIS EM GÓZO DE LICENÇA ESPECIAL

(Solução de consulta)

1. Consulta a Diretoria do Pessoal se os oficiais em gózo de licença especial de seis ou mais meses de duração devem ser exonerados de suas funções.

2. Em solução, tendo em vista o que estabelece o art. 5º, da Lei n. 283, de 24 de maio de 1948, e considerando que as atuais disponibilidades em oficiais não possibilitam a substituição dos licenciados declaro que, em princípio, os oficiais em gózo de licença especial devem permanecer classificados nos cargos em que se encontravam ao serem licenciados.

As movimentações ficarão limitadas aos casos em que a licença for de doze meses de duração e aqueles em que a conveniência do serviço se impuser.

(Aviso n. 43, de 13-I-950 — "Diário Oficial" de 16-I-950.)

...

OFICIAIS QUE CONCLUEM O CURSO DA E.E.M.

Torno extensivo aos oficiais que concluem o curso da Escola de Motomecanização o disposto no item 3, do Aviso n. 78, de 30 de janeiro de 1948.

(Aviso n. 51, de 23-I-950 — "Diário Oficial" de 24-I-950.)

PRECEDÊNCIA DE OFICIAIS ORIUNDOS DO C.O.R.

Aprovando a informação n. 22, de 11 de janeiro, deste ano, do C.P.E., em solução à consulta feita pelo 1º Tenente de Infantaria Kleber Garcia de Lacerda sobre a interpretação do art. 8º, do Decreto-lei n. 8.159, de 3 de novembro de 1945, declaro que os oficiais oriundos do Curso de Oficiais da Reserva, enquanto não contarem antiguidade do posto em que se encontram agregados, nenhuma precedência têm sobre aqueles que forem promovidos até a data de sua reversão ou que até essa mesma data, com igual posto, havendo ou não logrado aprovação no C.O.R., tenham sido incluídos no Quadro Auxiliar de Oficiais.

(Aviso n. 52, de 23-I-950 — "Diário Oficial" de 24-I-950.)

...

DATAS DE PROMOÇÃO DE SUBTENENTES

Consoante proposta da Diretoria do Pessoal, aprovada pelo Departamento Geral de Administração, resolvo o seguinte:

— alterar as datas de promoção de Subtenentes, fixadas no art. 4º, das "Instruções para nomeação, classificação e transferência de Subtenentes", baixadas com a Portaria n. 6.123, de 1 de março de 1934, aos quais, a partir da data deste Aviso, passarão a ser: 10 de abril, 10 de junho, 10 de outubro e 10 de janeiro,

— que a remessa de documentos à Comissão de Promoções de Subtenentes seja feita, semestralmente, até 30 de abril e 30 de outubro e não como prevê o art. 5º, da citada Portaria n. 6.123, devendo ser remetidas via rádio as alterações porventura não incluídas nessas remessas e que possam influir na classificação do candidato.

(Aviso n. 53, de 23-I-950 — "Diário Oficial" de 24-I-950.)

...

MATRÍCULA DE OFICIAIS NA E.M.M.

Atendendo às ponderações da Diretoria do Ensino, e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolvo que, no corrente ano, a matrícula de oficiais nos diferentes Cursos da Escola de Motomecanização, dentro do respectivo total de vagas fixado, seja efetuada independentemente

temente do critério de distribuição pelas Regiões Militares, conforme estabelece a Portaria n. 193, de 8 de dezembro de 1949, devendo, ainda, reverter as vagas restantes da Artilharia em proveito da Arma de Cavalaria.

(Aviso n. 55, de 25-I-950 — "Diário Oficial" de 28-I-950.)

VAGAS PARA O CURSO DE CLASSIFICAÇÃO DE PESSOAL

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com a proposta da Diretoria de Ensino e parecer do Estado-Maior do Exército, fixar os seguintes números de vagas para o Curso de Classificação de Pessoal no corrente ano:

Diretoria de Ensino do Exército:

(Centro de Instrução, Escolas e Unidades-Escola).....	5
1ª Região Militar.....	7
3ª Região Militar.....	8
5ª Região Militar.....	4
2ª Região Militar.....	3
4ª Região Militar.....	3

As vagas não preenchidas por esses elementos reverterão em proveito das 6ª, 7ª e 9ª Regiões Militares.

(Portaria n. 12, de 25-I-950 — "Diário Oficial" de 28-I-950.)

VAGAS EM 1950 PARA AS ESCOLAS MILITAR E PREPARATÓRIAS

O Ministro de Estado da Guerra resolve fixar, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, os seguintes números de vagas em 1950, para a Escola Militar e Escolas Preparatórias:

A — Escola Militar:

a) no Curso das Armas — 380, reservados:

— 285 para as Escolas Preparatórias;

76 para o Colégio Militar;

19 para os candidatos de concurso.

b) no Curso de Intendência — 100, reservados:

— 40 para as Escolas Preparatórias;

— 6 para o Colégio Militar;

— 54 para os candidatos de concurso.

B — Escolas Preparatórias:

— Fortaleza — 100;

— São Paulo — 90;

— Porto Alegre — 100.

assim discriminados: 85 % para o 1º ano; 10 % para o 2º ano; 5 % para o 3º ano.

(Portaria n. 13, de 25-I-950 — "Diário Oficial" de 28-I-950.)



"SAL DE FRUCTA" ENO

combate a prisão de
ventre, eliminando os tó-
xicos do organismo. Eno
dá bom humor diário.
Mas só em vidros
é "Sal de
Fructa".

Antiácido
alcalinizante



PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL" agradece as seguintes publicações recebidas :

1) *Do estrangeiro*

- 1 — Argentina — Revista Militar — Março e abril — 1950
- 2 — Argentina — Revista del Suboficial — Abril — 1950
- 3 — Argentina — Memorias de un Conscrito da Bib. del Suboficial
- 4 — Bolivia — Revista Militar — Jan.-Fev.-Março/1950
- 5 — Chile — Revista de Infanteria — Jan.-Fev./1950
- 6 — Colombia — Memorial del Estado Mayor — Janeiro e fevereiro/1950
- 7 — México — Revista del Heroico Colegio Militar — Março/1950
- 8 — Perú — Revista Militar del Perú
- 9 — E.E. U.U. — Military Review — Maio — 1950
- 10 — França — Revue Defense Nationale — Março e maio — 1950
- 11 — França — Revue Militaire d'Information — Abril
- 12 — Itália — Revista Militare — Fevereiro — 1950
- 13 — Portugal — Revista de Cavalaria — Março — 1950

2) *Nacionais*

- 14 — Revista do Club da Aeronáutica — Out-Dez. — 1949
- 15 — Revista "Militia" da F.P.S.P. — Jan.-Fev. — 1950
- 16 — Relatório de 1949 do Banco do Brasil
- 17 — Resenha Econômica Mensal do B. do Brasil — Março
- 18 — Revista "Brasil Açucareiro" — Fevereiro e março
- 19 — Revista "Libertas" — Março
- 20 — Revista de Intendência — Ns. 43, 44, 45, 46 e 49

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

• •

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

• •

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

• •

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 80,00
Semestre	Cr\$ 40,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no indicador de firmas recomendadas	Cr\$ 500,00

Obs. — O pagamento das assinaturas de ano pode ser feito em 4 (quatro) prestações de Cr\$ 20,00 ou em 12 (doze) prestações mensais de Cr\$ 7,00.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. A. Castro Nascimento.
Cel. J. B. Magalhães.
Cel. Niso Montezuma.
Ten.-Cel. Adalardo Fialho.
Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.
Ten.-Cel. A. Sena Campos.
Ten.-Cel. J. H. Garcia.
Ten.-Cel. Manoel Ignácio Carneiro da Fontoura.
Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.
Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.
Major Cesar Neves.
Major Lafayette de Brito.
Major Saturnino Lange.
Cap. Acaia.
Cap. Amerino Raposo Filho.
Cap. Nilton Freixinho.
Ten. Gualter Gill.
Ten. Hélio Augusto Canongia.
Ten. Jonas Correia Neto.
Ten. José Figueiredo de Albuquerque.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
Rio de Janeiro — 1950